

**Oposição das mulheres portuguesas à guerra colonial:
o caso da manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto**

Inês do Rosário Gomes da Costa

**Dissertação de Mestrado em
Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo**

Junho, 2023

(Versão corrigida e melhorada após a defesa pública)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Dulce Pimentel e a co-orientação científica do Professor Doutor Miguel Bandeira Jerónimo

Epígrafe

“De todas as sementes confiadas à terra, é o sangue derramado pelos mártires que faz levantar as mais copiosas searas” – José Dias Coelho

Para a Margarida Tengarrinha, o José Dias Coelho, a Maria José Ribeiro e todos os outros resistentes anti-fascistas

Para a Marta, a nossa estrelinha

Resumo

Em Portugal, a perspectiva feminina da guerra colonial (1961-1974) que conduziu ao colapso do império, ao contrário da masculina, tem vindo a ser persistentemente negligenciada, senão omitida, no relato deste capítulo da história do país. No entanto, as mulheres, assim como os homens, sentiram os seus efeitos, reflectiram e formaram opiniões acerca da sua ocorrência, assumiram posições face ao regime e à sua política colonial, responsável pela guerra – da aprovação e do apoio à reprovação e à oposição, incluindo a resignação e a complacência, a neutralidade e a indiferença – e desempenharam papéis com a intenção de preservar ou ameaçar a sua continuidade – numas vezes periféricos e acessórios, noutras centrais e imprescindíveis; numas ocasiões esporádicos e espontâneos, noutras regulares e organizados. Em qualquer um dos casos, influenciaram, invariável e incontestavelmente, a evolução e o desfecho dos eventos. Esta dissertação visa contrariar a tendência da historiografia portuguesa para marginalizar ou invisibilizar as mulheres e a sua presença na guerra colonial e demonstrar que os seus posicionamentos e envolvimentos nela foram tão relevantes e determinantes como os dos homens e, por isso, merecem ser igualmente documentados e considerados. Nesse sentido, propõe-se a investigar a sua oposição à guerra num acontecimento específico que revela algumas das suas experiências, visões e actuações: a manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto. Através da análise de várias fontes (panfletos, relatórios, jornais e testemunhos), algumas delas inéditas, procura evidenciar a enorme importância dessa manifestação.

palavras-chave: mulheres, guerra colonial, ditadura fascista, oposição feminina

Abstract

In Portugal, the feminine perspective of the colonial war (1961-1974) that led to the collapse of the empire, unlike the masculine one, has been persistently neglected, if not omitted, in the reporting of this chapter of the country's history. Nevertheless, women, as well as men, felt its effects, reflected and formed opinions about its occurrence, took on stances before the regime and its colonial policy, responsible for the war – from approval and support to disapproval and opposition, including resignation and complacency, neutrality and indifference – and played roles with the intention of preserving or threatening its continuity – sometimes peripheral and accessory, others central and indispensable; in some occasions sporadic and spontaneous, in others regular and organised. In any case, they, invariably and indisputably, influenced the evolution and the outcome of the events. This dissertation aims to counter the Portuguese historiography's tendency to marginalise or invisibilise women and their presence in the colonial war and to demonstrate that their positionings and involvements in it were as relevant and determinant as men's and, hence, deserve to be equally documented and considered. In that sense, it proposes to investigate their opposition to the war in a specific event which reveals some of their experiences, visions and behaviours: the 8th of March 1962 demonstration in Oporto. Through the analysis of several sources (pamphlets, reports, newspapers and testimonies), some of them undisclosed, it attempts to point out the great importance of that demonstration.

key-words: women, colonial war, fascist dictatorship, feminine opposition

Índice

Siglas e acrónimos	1
Agradecimentos	3
I. Introdução	5
1. Problematização	5
2. Estrutura da dissertação	9
3. Enquadramento histórico	10
4. Revisão da literatura	17
5. Metodologia de investigação	24
II. Manifestação de 8 de Março de 1962: uma manifestação “precursora a muitos títulos”	31
1. Características	31
2. Organização	32
3. Concretização.....	53
4. Repressão	67
5. Cobertura e divulgação	97
6. Consequências.....	102
III. Conclusão	110
Referências	114
Apêndice	122
Biografias	122

Siglas e acrónimos

AFPP – Associação Feminina Portuguesa para a Paz

ARA – Acção Revolucionária Armada

BR – Brigadas Revolucionárias

CDM – Comissão Democrática de Mulheres

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

DGS – Direcção-Geral de Segurança

DGSC – Direcção-Geral dos Serviços de Censura

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GNR – Guarda Nacional Republicana

JCCP – Junta Central das Casas do Povo

LP – Legião Portuguesa

LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária

MDM – Movimento Democrático de Mulheres

MDP – Movimento Democrático Português

MND – Movimento Nacional Democrático

MNF – Movimento Nacional Feminino

MP – Mocidade Portuguesa

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MUD – Movimento de Unidade Democrática

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMEN – Obra das Mães pela Educação Nacional

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PSP – Polícia de Segurança Pública

SAFCV – Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses

Agradecimentos

Escrever esta dissertação foi um desafio indescritível, que eu definitivamente não teria conseguido enfrentar sem a ajuda preciosa de muitas pessoas.

O professor Miguel Bandeira Jerónimo, que não só me introduziu a uma boa parte destes temas e me inspirou a estudá-los com mais profundidade como me encaminhou com imensa paciência e interesse do início ao fim da minha investigação, aconselhando-me e motivando-me em todas as fases deste longo e exaustivo processo. E a professora Dulce Pimentel, que também me acompanhou com a máxima calma e entusiasmo do primeiro ao último instante, encorajando-me constantemente, sobretudo nos momentos de maior dúvida e insegurança. Os dois foram absolutamente incansáveis.

A professora Maria Margarida Marques, que me ensinou e marcou muito, académica e pessoalmente, incitando-me com a mesma dose de empatia e boa-disposição.

As resistentes anti-fascistas Margarida Tengarrinha e Maria José Ribeiro, mulheres ímpares que, de forma extremamente prestável e amável, partilharam os seus testemunhos imprescindíveis comigo, tornando este trabalho viável. E os resistentes anti-fascistas Conceição Matos, Domingos Abrantes, Maria Machado, Raimundo Narciso e Helena Pato, que, de maneira igualmente solícita e gentil, me contaram as suas experiências e me transmitiram os seus conhecimentos sobre o tema. Não poderia nutrir mais respeito, estima e admiração por nenhum deles.

O investigador João Madeira, que atenciosamente me prestou imensos esclarecimentos cruciais. E os investigadores Mariana Lagarto, João Miguel Almeida, Helena Janeiro, Maria José Lobo Antunes, Inês Ponte, Miguel Cardina, Fernando Rosas e Margarida Calafate Ribeiro, que também me deram conselhos e fizeram recomendações fundamentais.

Os jornalistas Diana Andringa, Mariana Carneiro, Sofia Branco e Ricardo Esteves Ribeiro, que generosamente trocaram ideias comigo, me sugeriram referências bibliográficas e cederam contactos.

Os coronéis Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, que cordialmente me responderam a várias perguntas e ofereceram diversas indicações, todas elas excelentes.

A directora do Museu do Aljube, Rita Rato, que preparou exposições e organizou eventos que estimularam as minhas reflexões e me proporcionaram a oportunidade de conhecer e interagir com muitas das pessoas que mencionei.

Os membros das direcções regionais do Partido Comunista Português em Lisboa e no Porto, que prontamente me facultaram muitas informações essenciais. E os funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Hemeroteca Municipal de Lisboa, que me explicaram onde encontrar alguns materiais.

O presidente do júri e a arguente da minha prova pública, professor Rui Santos e investigadora Vanda Gorjão, que teceram comentários tão justos e certos quanto necessários e valiosos ao meu trabalho.

A minha família. Sobretudo a minha mãe, Eneida, que, além de ser a mulher mais forte, corajosa, independente, altruísta e doce que eu conheço e me amparar incondicionalmente, me ensinou quase tudo o que eu sei hoje, e se sacrificou imenso ao longo da vida para que eu pudesse chegar aqui. O meu pai, João Carlos, que, já não estando comigo, para minha enorme tristeza, eu nunca deixarei de amar profundamente. A minha irmã e o meu irmão, Sara e João, que, além de serem meninos que eu adoro e dos quais me orgulho muito, cada vez mais, me animaram e fizeram as tarefas de casa por mim não sei quantas vezes. Os meus avós maternos, Nazaré e Adelino, e os meus avós paternos, Helena e João, que sempre garantiram que nada me faltava. Os meus inúmeros tios e primos, que também me ouviram e tranquilizaram em múltiplas ocasiões.

Os meus amigos. Especialmente o Rafael, as Carolinas, a Rita, a Ana, o Pedro, a Inês, o Ricardo, a Sofia, a Filipa, a Beatriz, as Madalenas, a Laura, a Marta, o Nuno, a Sasha, a Joana, a Tanya, a Sezan, a Elena e a Frida, que me apoiaram, incentivaram e reconfortaram permanentemente.

E tantos outros.

Nunca lhes poderei agradecer o suficiente.

I.

Introdução

Problematização

Uma parte substancial das descrições, análises e interpretações sobre as guerras – como, aliás, sobre outros fenómenos históricos – tem descurado ou até mesmo ignorado as experiências, as visões e as actuações femininas, centrando-se predominante ou exclusivamente nas masculinas.

Esta tendência para a enfatização diferenciada das vivências, das ideias e das condutas das mulheres e dos homens face às guerras deve-se, em grande medida, aos estereótipos de género, que atribuem uma natureza frágil e pacífica às mulheres e uma natureza forte e agressiva aos homens e, conseqüentemente, ditam que as mulheres estão menos predispostas a contactarem (de forma directa ou significativa) com a realidade bélica, a expressarem-se quanto às guerras e a interferirem nelas do que os homens (Elshtain 1987).

No entanto, as mulheres, à semelhança dos homens, têm não só conhecido os impactos das guerras como exposto uma série de impressões e adoptado uma panóplia de posturas perante elas em todas as épocas históricas, da antiguidade à contemporaneidade. Na maioria das vezes a partir das margens, da rectaguarda, mas em algumas outras a partir do próprio centro, da dianteira (Mathers 2012; Thébaud 2014; Oluwaniyi 2019).

Mais precisamente, tanto tomando conta das casas e das crianças, trabalhando (nos seus lugares e nos dos homens ausentes) e sustentando as suas famílias e as suas sociedades, constituindo a “infraestrutura primária” (Oluwaniyi 2019: 11), como socorrendo ou tratando os homens e combatendo ao lado deles nas frentes de batalha. Em poucas palavras, viabilizando a guerra e a resistência à guerra.

Ainda assim, por geralmente serem apoiantes ou assistentes dos guerrilheiros em vez de guerrilheiras, por oferecerem os seus contributos nos bastidores ao invés de nos palcos de guerra, as mulheres são votadas a uma notável falta de reconhecimento e apreciação (Mathers 2012; Thébaud 2014; Oluwaniyi 2019).

Esta propensão também se verifica no contexto português, relativamente à guerra colonial. Salvo raras excepções, como o número especial *As Mulheres e a Guerra*

Colonial da Revista Crítica de Ciências Sociais (2004)¹, as descrições, análises e interpretações sobre a guerra, por norma, negligenciam ou até omitem a perspectiva feminina, debruçando-se preponderante ou unicamente sobre a masculina.

Porém, em sintonia com o que se passou em casos análogos, não só em Portugal mas também nas ex-colónias portuguesas, as mulheres, assim como os homens, sentiram os seus efeitos, reflectiram e formaram opiniões acerca da sua ocorrência, assumiram posições e desempenharam papéis face ao cenário de guerra.

Em Portugal, suportaram a partida dos seus pais, filhos, irmãos, amigos, namorados, maridos para os teatros de guerra e para o exílio, a separação deles, a sua ausência. Aguentaram a espera pela sua chegada, vendo-os regressar traumatizados, doentes, permanentemente feridos e incapacitados, quando não mortos. Ou nem sequer os vendo regressar. Acompanharam-nos na mobilização, na refração e na deserção.

Moveram-se num vasto espectro de opções e constrangimentos, que compreendeu a aprovação e o apoio; a resignação e a complacência; a neutralidade e a indiferença; a reprovação e a oposição; e responsabilizaram-se por funções mais ou menos essenciais e decisivas para possibilitar e prolongar a guerra ou para a impossibilitar e travar, de forma regular e organizada ou esporádica e espontânea.

Foram, entre outras coisas, voluntárias do Movimento Nacional Feminino (MNF) e da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha (SAFCV), enfermeiras paraquedistas, católicas progressistas, militantes do Partido Comunista Português (PCP) e integrantes do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), militantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), integrantes da Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), da Acção Revolucionária Armada (ARA) e das Brigadas Revolucionárias (BR). Participaram, por exemplo, nos protestos e nas greves estudantis em Lisboa, em Coimbra e no Porto (1962 e 1969); nas vigílias na Igreja de S. Domingos e na Capela do Rato em Lisboa (1968-1969 e 1972-1973) e na manifestação do dia internacional da mulher no Porto (1962).

¹ “Os textos reunidos neste número da Revista Crítica de Ciências Sociais tiveram a sua origem no colóquio [com o mesmo nome], [que foi] organizado pelo Centro de Estudos Sociais em colaboração com o Centro de Documentação 25 de Abril e realizado na Universidade de Coimbra, nos dias 22 e 23 de Maio de 2003, [tendo contado] com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros de diversas áreas”. (Revista Crítica de Ciências Sociais, 2004, Introdução)

Nas ex-colónias portuguesas, foram submetidas ao dobro da violência física e moral, simbólica e material, facto em relação ao qual a historiografia é ainda mais silenciosa, tirando uma ou outra obra, como *Violence and Gender in Africa's Iberian Colonies*, de Andreas Stucki (2019). Além de terem enfrentado as situações de constante tensão, angústia e dor associadas à guerra, sofreram a invasão, a ocupação, a dominação e a espoliação dos seus territórios; a imposição ou conversão religiosa; a segregação étnica e racial, a escravização e o trabalho forçado; a exotização, a sexualização e a violação dos seus corpos; o massacre das suas populações.

Mais, embora se tenham igualmente pronunciado em vários sentidos e procedido de diversos modos, viram e continuam a ver a sua agência e as suas diligências ainda mais subestimadas ou esquecidas, nomeadamente na resistência ao fascismo e ao colonialismo que animaram, por exemplo, no seio da Casa dos Estudantes do Império (CEI), do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Portanto, quer num campo quer no outro há muitíssimo para investigar. Contudo, esta dissertação cinge-se às mulheres portuguesas, da “oposição”, concretamente às organizadoras e participantes da manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto. Ou seja, não inclui as mulheres angolanas, guineenses, cabo-verdianas, moçambicanas e as mulheres da “situação”, ou que não eram nem da “oposição” nem da “situação”. Não por estas não terem relevância ou interesse, mas porque, dadas as limitações de espaço e de tempo da investigação, não é exequível englobar todas as mulheres, sendo mais conveniente abordar aquelas cuja informação (arquivística, testemunhal, etc.) se encontra mais próxima, mais acessível e, em alguns casos, mais desenvolvida. Seja como for, pesquisas futuras podem, e devem, seguir estes trajectos de investigação.

O presente trabalho visa contrariar a tendência de marginalização ou invisibilização das mulheres e da sua presença na guerra colonial e demonstrar que as suas experiências, visões e actuações perante ela foram tão relevantes e determinantes como as dos homens e, por isso, merecem ser igualmente documentadas e consideradas, do ponto de vista histórico, historiográfico e de memória histórica. Procura fazê-lo a partir da manifestação de 8 de Março de 1962, que dá a conhecer algumas delas, designadamente no lado da “oposição”.

Esta manifestação é muito importante, por um conjunto de razões: não só foi a primeira manifestação no dia internacional da mulher em Portugal como foi organizada sob uma ditadura fascista que atentava contra os direitos, as liberdades e as garantias e propiciava a miséria, a ignorância, o obscurantismo e o conservadorismo, recorrendo a um forte aparato de censura, propaganda, doutrinação e repressão; ainda por cima, em parte, por mulheres, as principais vítimas da pobreza e do analfabetismo, ensinadas a só aspirarem a ser esposas, mães e donas de casa pela escola, pela igreja e pelas organizações femininas estatais; e para protestar, além de contra o regime e pelos direitos das mulheres, contra a guerra colonial, um assunto absolutamente proibido para o regime e controverso mesmo dentro da oposição. No entanto, praticamente ainda não foi investigada, o que até certo ponto explica porque é que também não é devidamente recordada e valorizada.

Aqui reside a pertinência desta dissertação, que parte da seguinte pergunta: o que é que a manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto dá a conhecer sobre as experiências, as visões e as actuações das mulheres portuguesas perante a guerra colonial, nomeadamente no lado da “oposição”?

Dessa pergunta principal, decorrem muitas outras perguntas secundárias, com ela intimamente relacionadas: Que manifestação foi esta? Quem a organizou? Com que motivação? Com que objectivos? Como a planeou ou preparou? Como a concretizou? Quantos e quais foram os seus manifestantes? Que características tinham? Entre eles havia mais homens, mais mulheres ou aproximadamente o mesmo número de uns e outros? Mais jovens, mais velhos, ou os dois? De que classes ou estratos sociais? Com que ocupações? Eram maioritariamente estudantes, trabalhadores ou intelectuais? Que forças policiais estiveram presentes? Qual era o seu plano de actuação? Como foi a sua implementação? Houve prisões? Se sim, quantas e de que pessoas? Houve agressões? Se sim, quantas e de que pessoas? Quão graves? Houve torturas? Que repercussão teve a manifestação nos meios de comunicação portugueses? E estrangeiros? Quantos e quais a reportaram, e de que modo? Que informação revelaram e/ou não revelaram? De que forma? Com ou sem correcção e rigor? Que interpretação promoveram? Que impacto teve a manifestação na opinião pública? Que reacções provocou por parte das pessoas, envolvidas na manifestação ou não, sobretudo das mulheres? E do governo e da assembleia nacional? Suscitou ou não a consciência de mais gente para os problemas da guerra colonial, do colonialismo e do regime fascista como um todo? E da condição das mulheres? Proporcionou ou não a criação e/ou a consolidação de identidades e

solidariedades femininas em torno da luta contra a guerra, o colonialismo e o regime? Traduziu-se ou não em mais acções com vista a contestar a guerra, o colonialismo e o regime? Se sim, com que regularidade, natureza e eficácia?

Na medida do possível, e tendo em conta várias limitações, este trabalho pretende responder a estas perguntas, mobilizando a informação constante nas fontes utilizadas. Além de atribuir sentido à importância histórica da manifestação, tenciona criar condições para um aprofundamento analítico futuro dos seus traços fundamentais.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação está estruturada nos seguintes três capítulos: “Introdução”, “Manifestação de 8 de Março de 1962” e “Conclusão”. O capítulo da Introdução está dividido em cinco partes: “Problematização”, “Estrutura da dissertação”, “Enquadramento histórico”, “Revisão da literatura” e “Metodologia de investigação”. Na primeira parte, a da Problematização, enuncia-se o problema, ou a questão central, da dissertação, indica-se o seu objectivo e justifica-se a sua pertinência, isto é, a sua relevância social e científica, enquanto se define o seu âmbito temporal e espacial. Na segunda parte, a da Estrutura da dissertação, que é esta, esquematiza-se o trabalho. Na terceira parte, a do Enquadramento histórico, caracteriza-se brevemente o contexto político, social e cultural em que a manifestação estudada aconteceu e procura-se situá-la numa sequência de eventos relevantes e evidenciar a sua importância e especificidade. Na quarta parte, a da Revisão da literatura, sintetizam-se, analisam-se e comparam-se criticamente os trabalhos que existem sobre o tema e explica-se a sua utilidade para a dissertação. Na quinta parte, a da Metodologia de investigação, revelam-se as opções metodológicas tomadas e enumeram-se as fontes utilizadas, referindo-se as suas potencialidades e os seus limites. Por sua vez, o capítulo da Manifestação de 8 de Março de 1962, que é o objecto do trabalho, está dividido em seis partes: “Características”, “Organização”, “Concretização”, “Repressão”, “Cobertura e divulgação” e “Consequências”. Em cada uma dessas partes descrevem-se os traços da manifestação e os seus respectivos estágios, confrontando-se e interpretando-se as informações sobre eles reveladas pelas fontes consultadas. Por fim, no capítulo da Conclusão tecem-se algumas considerações finais e identificam-se as insuficiências da dissertação, apontando-se possibilidades futuras de investigação.

Enquadramento histórico

Só um enquadramento histórico vasto e completo permite compreender a importância da manifestação que é objecto desta investigação em toda a sua amplitude e profundidade. No entanto, por razões de ordem prática, nesta versão do trabalho não se pôde fazê-lo. Tendo-se plena consciência da sua relevância, espera-se que, numa versão futura, se possa, desenvolvendo melhor certos pontos e dialogando mais sistemática e efectivamente com a literatura académica e a restante bibliografia (que são bastante abundantes e contraditórias). Para já, apresentam-se apenas alguns dos factores contextualizadores e explicativos que esse enquadramento histórico deve incluir.

De modo muito sintético, a manifestação teve lugar em 8 de Março de 1962, ou seja, durante a ditadura do auto-denominado Estado Novo (1933-1974) e pouco depois do início da guerra colonial (1961-1974), num dos períodos de maior convulsão política e social a que o regime assistiu. Esta ditadura nacionalista e corporativa que atentava contra os direitos, as liberdades e as garantias e propiciava a miséria, a ignorância, o obscurantismo e o conservadorismo, segundo Fernando Rosas, pode ser definida como “fascista”², já que, à semelhança das ditaduras afins, tinha a violência inscrita no seu “código genético”. Uma violência com duas vertentes, uma “preventiva” e outra “punitiva”, que combinava habilmente a dissuasão e a opressão para produzir o máximo efeito com o mínimo custo ou, nas palavras de Hermínio Martins, para atingir o “coeficiente óptimo de terror” (Martins *apud* Rosas 2013: 196). A vertente “preventiva” dessa violência assentava na censura (centralizada na DGSC), na propaganda (centralizada no SPN), na doutrinação (exercida pela escola, pela Igreja Católica, pela MP masculina e feminina, pela OMEN, pela FNAT, pela JCCP, entre outras organizações), enquanto a “punitiva” assentava na repressão (exercida pela PIDE, pela PSP, pela GNR, pela LP, entre outras instituições). Ambas concorriam para o cumprimento do desígnio totalizante da ditadura, que pretendia fabricar uma “mulher nova” e um “homem novo”, formados nos valores da “ordem nova” (Rosas 2013: 190-210, 318-352; 2019: 207, 214-222, 225-232).

² Para outros autores essa designação não é a mais apropriada. Há um extenso e complexo debate académico em torno deste tópico, que neste espaço não se pode resumir convenientemente. Veja-se, por exemplo, a visão alternativa de António Costa Pinto expressa na recente obra *O Estado Novo de Salazar: Uma Terceira Via Autoritária na Era do Fascismo* (Lisboa: Edições 70, 2022).

Nos anos que antecederam e sucederam a manifestação, a ditadura debateu-se com incontáveis desafios, externos e internos, que aqui se sumarizam muito sucintamente, destacando sobretudo eventos relacionados com a questão colonial, porventura a que mais desestabilizou o governo e agitou os sectores oposicionistas, em particular de mulheres. Por exemplo, foi confrontada com a vaga geral de descolonizações do pós-Segunda Guerra Mundial e as crescentes pressões para conceder a independência às suas colónias no seio de organizações como a ONU, na qual Portugal entrou em 1955, e a OIT, mas, ao invés de seguir o rumo das restantes ex-potências e abrir mão do império, montou toda uma operação política e, eventualmente, militar para o manter. Por um lado, reviu as disposições da Constituição de 1933, nomeadamente as do Acto Colonial de 1930 nela incorporado, substituindo os termos “Império Colonial” pelo termo “Ultramar” e o termo “colónias” pelos termos “províncias ultramarinas”, em 1951; revogou o Estatuto dos Indígenas de 1954, que restringia a atribuição da cidadania portuguesa aos “nativos assimilados”³, em 1961; e aboliu formalmente o trabalho forçado, em 1962 (Pinto 2001; Jerónimo e Pinto 2014; Jerónimo e Pinto 2015; Santos 2017; Monteiro 2018). Por outro, criou uma gigante campanha mediática para instigar a revolta da população portuguesa e justificar a sua opção pela guerra colonial, no início dos anos 1960 (Ramos 2014). Tentou eliminar, sobretudo na letra da lei, todos os vestígios da subjugação que caracterizava a sua relação com as antigas colónias para convencer o mundo inteiro de que era uma nação “pluri-continental e multi-racial, una e indivisível”, a defender legitimamente a integridade do seu território contra os interesses ocultos de agentes infiltrados a soldo de inimigos estrangeiros e, no processo, silenciar todas as críticas à sua decisão. Apesar destas e de outras manobras do governo, o facto colonial nunca deixou de ser um dos elementos agregadores da contestação ao regime.

Não obstante, por causa da tentativa de interdição absoluta desse tema pela ditadura, mas também da interiorização consciente ou inconsciente da retórica colonial por si difundida, a oposição, como um todo, demorou muito tempo a tomar ou, pelo

³ Esse diploma legal estipulava que os “indígenas” das “províncias” da Guiné, de Angola e de Moçambique, que eram “os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não [possuíam] ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (art. 2.º), só podiam adquirir a cidadania portuguesa se satisfizessem os requisitos da “assimilação”, isto é, se tivessem mais de 18 anos; falassem correctamente a língua portuguesa; exercessem profissão, arte ou ofício de que auferissem rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo ou possuísem bens suficientes para o mesmo fim; e tivessem bom comportamento, não tendo sido notados como refractários ao serviço militar nem dados como desertores (art. 56.º). E essa aquisição não era garantida, já que os “indígenas” estavam sujeitos a perder a cidadania portuguesa por decisão do juiz de direito da respectiva comarca (art. 64.º).

menos, a assumir uma atitude anti-colonialista clara e firme, tanto condenando abertamente a guerra colonial como apoiando e defendendo desassombadamente a independência das colónias e a auto-determinação dos povos coloniais. Até o PCP, que foi a primeira organização oposicionista a desbravar esse caminho, e em certa medida a liderá-lo, tendo-o iniciado ainda antes da guerra colonial, agiu muito tardiamente, e sempre com muita relutância e inconsistência, abdicando constantemente das suas reivindicações: porque não queria comprometer a confluência com as restantes correntes da oposição (visto que esta era uma questão tão controversa e fracturante), mas também porque não considerava o problema prioritário (acreditava que o derrubamento do regime conduziria ao fim da guerra colonial, à concessão da independência às colónias e ao reconhecimento da auto-determinação dos povos coloniais e não o inverso, secundarizando-o por isso). Foram as organizações de extrema-esquerda que surgiram bastantes anos mais tarde que realmente privilegiaram essas exigências, inclusive optando pela via da luta armada, e pressionaram as outras no sentido da sua colocação no topo da agenda da oposição. Ainda assim, claro que houve sempre atitudes destoantes e vozes dissonantes mesmo dentro das organizações mais titubeantes (Rosas 2017; Madeira 2013; Cardina 2010; Ferreira 2015).

Em resultado, durante treze anos, Portugal travou uma guerra colonial em três frentes (Angola, a partir de 1961; Guiné-Bissau, a partir de 1963; e Moçambique, a partir de 1964), com sérias implicações sociais, políticas, económicas e financeiras, tanto na antiga metrópole como nas antigas colónias. Segundo a maioria dos autores que se dedicam ao estudo deste tema, fez um “esforço de recrutamento e mobilização” sem precedentes nos seus “oito séculos de história” (Sousa 2021: 17; Afonso e Gomes 2020: 303). Empenhou cerca de 800 mil militares (Sousa 2021: 19), numa média de 117 mil, que aumentou de ano para ano e atingiu o máximo de 149 mil em 1973 (Resenha 1988: 240-242), numa altura em que o país tinha aproximadamente 8 milhões de habitantes (Sousa 2021: 21).

É mais difícil obter números sobre os movimentos de libertação (nomeadamente, a FNLA, o MPLA e a UNITA; o PAIGC; e a FRELIMO). Contudo, estima-se que, em Angola, na Guiné e em Moçambique, estes mobilizaram cerca de 11 000, 8000 e 8500 militares individualmente, isto é, 27 500 militares colectivamente, e contaram com o apoio de 100 000, 80 000 e 200 000 civis em separado, ou seja, 380 000 civis em conjunto (Sousa 2021: 331).

Dos militares empenhados pelas Forças Armadas portuguesas, 92% pertenciam ao Exército, 5% pertenciam à Força Aérea e 3% pertenciam à Marinha (Sousa 2021: 19).

No tempo da guerra, “o sistema de recrutamento⁴ para a prestação do serviço militar” no país era o da “conscrição obrigatória” (sem que fosse excluída a incorporação por voluntariado), pelo que todos os cidadãos portugueses, “originários ou naturalizados”, estavam obrigados a prestar serviço militar, por dois anos, “em harmonia com as suas aptidões físicas, profissionais e intelectuais”⁵. De acordo com a lei em vigor, “a isenção só era permitida no caso de inaptidão para servir nas tropas ou nos serviços auxiliares”. Em contrapartida, o adiamento da incorporação era autorizado, por uma ou mais vezes, “aos mancebos que estivessem a frequentar determinados cursos” ou tivessem irmãos a ser incorporados em simultâneo (Resenha 1988: 215-220).

Porém, os indivíduos que não satisfizessem “a prestação normal do serviço militar” por inaptidão ou qualquer outro motivo “eram obrigados ao pagamento de um imposto (...) especial (taxa militar)”, no período “correspondente à obrigação total do serviço militar” (Resenha 1988: 220). Acresce que, à medida que a situação se tornou mais crítica e as necessidades de efectivos se agudizaram, os anos de serviço militar foram aumentados, começando apenas a contar no dia do embarque para os teatros de operações; o limite mínimo de idade para a sua prestação foi diminuído; as possibilidades de isenção ou adiamento do serviço militar foram drasticamente reduzidas, mesmo por razões de saúde; os jovens antes dados como inaptos foram reinspeccionados e os estudantes que participaram em acções de contestação ao regime, como as manifestações académicas, foram convocados antes de concluírem os seus cursos e compulsivamente incorporados (Resenha 1988: 233; Afonso e Gomes 2020: 162-163, 484).

Assim, na sua generalidade, os militares milicianos oriundos da metrópole cumpriram uma comissão de dois anos nas colónias, em quatro anos de serviço militar, e os militares do quadro permanente cumpriram várias, tendo visto o seu retorno ser sucessivamente adiado (Resenha 1988: 252; Afonso e Gomes 2020: 164).

⁴ Entre outras questões, o recrutamento tornou-se um problema grave, que ajuda a perceber o impacto da guerra colonial na sociedade portuguesa e o seu reflexo nas acções dos opositores, entre os quais as mulheres.

⁵ Na metrópole, o recenseamento era efectuado pelas câmaras municipais e pelas administrações dos bairros de Lisboa e do Porto no mês de Janeiro de cada ano, e abrangia todos os indivíduos naturais dos respectivos concelhos ou bairros, sujeitos ao serviço militar, que completassem 20 anos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro (Resenha 1988: 220).

Nesse panorama, Portugal alargou progressivamente o recrutamento local ao longo da guerra, até os contingentes das colónias (de onde provinham 30% dos efectivos) representarem mais de 40% das tropas regulares nos anos 1970 (Cardina 2020: 371), tanto para aliviar a crescente exaustão física e psicológica dos contingentes da metrópole (de onde provinham 70% dos efectivos) como para combater com mais eficácia, ao recorrer a elementos indistintos dos “rebeldes”, “adaptados ao clima e ao terreno”, mais preparados para a guerrilha. No entanto, “o peso relativo do recrutamento local” foi diferente em cada uma das frentes: enquanto em Angola a média de efectivos recrutados localmente foi de 32,8%, na Guiné foi de 15,7% (mais de 30% incluindo as milícias normais) e em Moçambique foi de 43,2%, tendo ultrapassado os 50% a certo ponto. Em todas as frentes, a percentagem mais elevada de tropas do recrutamento local foi alcançada em 1973, tendo sido, respectivamente, de 42,4% na primeira, 20,1% na segunda e 53,6% na terceira. Os militares do recrutamento local foram integrados em unidades regulares (Comandos, Paraquedistas, Fuzileiros) e em unidades irregulares, dependentes das Forças Armadas (Grupos Especiais, Milícias Normais e Especiais, Caçadores Nativos) ou de outras entidades, como a PIDE/DGS (Tropas Especiais, Flechas, Fiéis, Leais) (Sousa 2021: 32-35).

Alguns dos homens obrigados ao serviço militar não o cumpriram, não dando os seus nomes para o recenseamento nem realizando o recrutamento (“compelidos”); não se apresentando à inspecção sanitária que conferiria se eles estavam aptos (“faltosos”); não se apresentando para incorporação depois de terem sido apurados (“refractários”) e abandonando as fileiras após já terem sido incorporados (“desertores”), não só mas também por razões políticas, isto é, por recusarem tomar parte na guerra. Ao todo, foram à volta de 230 mil (202 mil faltosos, 20 mil refractários e 9000 desertores). Quase todos os casos de deserção se registaram na metrópole, embora uns quantos se tenham registado nas colónias. Se uns militares desertaram antes de fazer o juramento da bandeira, ainda como recrutas, outros desertaram depois de integrar unidades prontas para intervir na guerra, prévia ou posteriormente ao embarque. Desses militares, muitos juntaram-se aos emigrantes (e aos exilados) que atravessaram as fronteiras legal e clandestinamente, procurando melhores condições de vida, em França e noutros países. Apenas nos anos da guerra colonial, saíram de Portugal aproximadamente 1 milhão e 500 mil pessoas (Sousa 2021: 19-27), que correspondiam a 47% da população activa e a 17% da população total em 1970 (Pereira 2014: 13).

Em consequência da guerra, houve cerca de 10 425 mortos e 31 300 feridos graves entre os combatentes das Forças Armadas portuguesas; 6000 mortos e 12 200 feridos graves entre a população civil que os apoiou; e 28 226 mortos e 9450 feridos graves entre os combatentes dos movimentos de libertação e a população civil que os apoiou; que somaram 44 651 mortos e 52 950 feridos graves no total. Metade das mortes dos militares do Exército, da Força Aérea e da Marinha ocorreu em combate, tendo a outra metade ocorrido em acidentes ou por doença. Dos feridos graves no seio desses militares, 14 000 tornaram-se deficientes, 5120 deles com graus de deficiência superiores a 60% (Sousa 2021: 97-100, 142-144). Da guerra resultaram também vítimas de stress pós-traumático, que foram pelo menos 100 000 somente entre os militares dos três ramos das Forças Armadas (desconhecem-se os números exactos das restantes) (Cardina 2020: 371).

Além de imensuráveis custos pessoais, a guerra colonial teve avultados custos materiais. No seu decurso, as despesas militares equivaleram, em média, a 30% das despesas globais do Estado, chegando a constituir 6% do Produto Interno Bruto (PIB) e “levando o governo a criar (...) impostos, a contrair empréstimos e até a vender divisas e reservas de ouro” para lhes fazer face. Nessa altura, com excepção do ano de 1970, “Portugal viveu sempre em défice”, devido à subida da despesa pública, que o aumento do PIB e do consumo interno não conseguiu contrabalançar. Actualmente, crê-se que a guerra colonial custou mais de 24 mil milhões de euros ao Estado português (Sousa 2021: 259-261).

O drama da guerra era apenas um de muitos na teia de dramas em que a ditadura se viu enredada. Como Fernando Rosas aponta, o ano em que a manifestação ocorreu, 1962, foi “o ponto culminante” da “segunda crise histórica” do regime, “desencadeada pelo terramoto delgadista nas eleições de 1958 e prolongada em sucessivas ondas de choque – de onde se destaca o ‘ano terrível de 1961, o de todas as crises’ – até às grandes mobilizações de massa contra o regime em 1962”. Nesta “segunda crise histórica”, ao contrário da primeira (entre 1945 e 1947, após a Segunda Guerra Mundial), em que o regime salazarista sobreviveu, se “recompôs” e até se “reforçou”, o regime “sobreviveu mas nunca mais se recompôs” (Rosas 2012: 27-28, 31).

Quando a manifestação se deu, já tinham, portanto, acontecido a candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais em Junho de 1958 e as posteriores manifestações contra a “farsa eleitoral” em Novembro de 1958 (Rosas 2012: 32); a revolta da Sé e a prisão de militantes nacionalistas em Março de 1959 e o massacre de Pidjiguiti

em Agosto de 1959; a fuga dos dirigentes comunistas do Forte de Peniche em Janeiro de 1960 e o massacre de Mueda em Junho de 1960; o massacre da Baixa do Cassange e o desvio do paquete *Santa Maria* em Janeiro de 1961; o assalto às cadeias de Luanda em Fevereiro de 1961; o ataque às fazendas e aos postos administrativos e policiais no norte do país, que marcou o início da guerra colonial em Angola, em Março de 1961; o golpe palaciano do general Júlio Botelho Moniz e o envio das Forças Armadas para Angola em Abril de 1961; a fuga dos 100 estudantes anti-colonialistas em Maio de 1961; o desvio do avião *Mouzinho de Albuquerque* em Novembro de 1961; a fuga dos dirigentes comunistas da cadeia de Caxias e a tomada de Goa, Damão e Diu em Dezembro de 1961; o golpe de Beja e a manifestação de dia 31 em Janeiro de 1962.

Pouco depois, aconteceram a crise académica de Março a Junho de 1962; a conquista das 8 horas de trabalho no Alentejo e no Ribatejo e a manifestação de dia 1 em Maio de 1962; a fundação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) em Dezembro de 1962; o ataque ao quartel de Tite, que marcou o início da guerra colonial na Guiné, em Janeiro de 1963; e o ataque ao posto de Chai, que marcou o início da guerra colonial em Moçambique, em Setembro de 1964.

É fundamental situar a manifestação nesta conjuntura fértil em adversidades magnas para o regime, que, num curto espaço de tempo, foi posto à prova por imensos episódios problemáticos, cada um com as suas próprias dinâmicas, e pensá-la na sua relação com eles, identificando as suas especificidades.

No contexto da ditadura, as mulheres estavam numa situação de autêntica inferiorização em todas as dimensões das suas vidas, enfrentando formas específicas de discriminação, exclusão e opressão. Tinham um estatuto jurídico e uma condição política, social, económica e cultural de segunda categoria, sendo, por exemplo, as principais vítimas da pobreza e do analfabetismo. Eram penalizadas pela legislação, pela ideologia e pela prática do regime e, ainda, pela moral e pelos costumes dominantes. Quando (co-) organizaram a manifestação, as organizações femininas e tendencialmente feministas republicanas, como o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), já tinham sido dissolvidas e as organizações femininas estado-novistas, como a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) e a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), com que a ditadura as pretendia substituir já tinham sido criadas. Só seis anos mais tarde uma nova organização feminina e feminista, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), seria concebida. Ou seja,

os seus horizontes eram muito estreitos. O destino pelo qual a escola, a igreja e as organizações femininas criadas pelo regime – ou comprometidas com ele, casos do Movimento Nacional Feminino (MNF) e da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha (SAFCV) – as ensinavam a aspirar era o de mães, esposas e donas de casa (Pimentel e Pereira 2015; Gorjão 2002; Mascarenhas, Neves e Calado 2001; Cova e Pinto 1997). Mas as mulheres não ficavam inertes e também desenvolviam as suas formas específicas de rebelião. É isso que se vê na manifestação que, contra todas as probabilidades, ajudaram a idealizar, planear e concretizar.

Como se disse, esta é uma brevíssima síntese histórica, uma mera amostra do esforço de contextualização necessário para se entender a manifestação e o que ela dá a conhecer sobre a oposição feminina ao regime e à guerra colonial, um pequeno conjunto de exemplos dos exercícios analíticos que se precisa de realizar com esse intuito. Um enquadramento histórico robusto da manifestação tem, necessariamente, de descrever o regime (a sua natureza e as suas características, nomeadamente os seus princípios ideológicos, incluindo a sua retórica e a sua política imperial), a guerra colonial (as suas causas e as suas consequências) e a situação das mulheres (o seu estatuto jurídico e a sua condição política, social, económica e cultural) de forma mais detalhada e rigorosa, para também examinar a manifestação, os seus protagonistas, as suas motivações e os seus objectivos de maneira mais adequada e significativa.

Revisão da literatura

Para se tratar o tema desta dissertação, considerou-se, então, necessário conhecer a natureza e as características do regime vigente à data da manifestação; o contexto de emergência da guerra colonial; o estatuto ou a condição das mulheres na época; a relação entre as mulheres e a guerra, num âmbito global; a relação entre as mulheres e a guerra colonial, num âmbito restrito; e, por fim, a relação entre as mulheres e a manifestação de 8 de Março de 1962. Sem ambições de exaustividade, dada a dimensão desta investigação, abaixo apresentam-se os trabalhos que foram mais importantes para esse empreendimento, indicando-se as suas respectivas aplicações.

No primeiro ponto, o da natureza e das características do regime, as obras *Salazar e os fascismos* (2019) e *Salazar e o poder: a arte de saber durar* (2013), ambas da autoria de Fernando Rosas, foram fundamentais. As duas argumentam que o regime pode definir-

se como “fascista” (ainda que, como já se disse, outras argumentem o contrário, pois a literatura não é unânime nesta matéria), e possuiu facetas como as da censura, propaganda, doutrinação e repressão, que também se procurou compreender individualmente. No que concerne à repressão, as obras *A História da PIDE* (2011), da autoria de Irene Flunser Pimentel, e *História do Partido Comunista Português: das origens ao 25 de Abril (1921-1974)* (2013), da autoria de João Madeira, foram muito esclarecedoras, pois deram a conhecer os agentes repressivos do regime, sobretudo os que pertenciam à polícia política, e os seus métodos de actuação, especialmente em relação ao seu principal adversário ideológico: o PCP (partido que foi, além do mais, um dos principais actores na manifestação de 8 de Março de 1962).

No segundo ponto, o do contexto de emergência da guerra colonial, além da *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (1988), da autoria da Comissão para o Estudo das Campanhas de África do Estado-Maior do Exército⁶, as obras *Guerra Colonial* (2020), da autoria de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes; *Os Números da Guerra de África* (2021), da autoria de Pedro Marquês de Sousa; *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação* (2018), com organização de Miguel Cardina e Bruno Sena Martins; *O Fim do Império Português* (2001), da autoria de António Costa Pinto; *Portugal e o fim do Colonialismo* (2014), com organização de António Costa Pinto e Miguel Bandeira Jerónimo; *O Adeus ao Império. 40 anos de descolonização portuguesa* (2017), da autoria de Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira; *Portugal, uma retrospectiva: 1961* (2019), da autoria de Pedro Aires Oliveira e António Tomás; *O Século XX Português* (2020), da autoria de Fernando Rosas, Francisco Louçã, João Teixeira Lopes *et al*; e *Sinais de Vida* (2019), da autoria de Joana Pontes, foram absolutamente incontornáveis. Iluminaram não só as causas, os momentos mais marcantes e as consequências da guerra, mas também a sua conjuntura e os traços distintivos do império colonial na sua origem.

No terceiro ponto, o do estatuto (jurídico) ou da condição (política, social, económica, cultural) das mulheres na época, a obra *Mulheres Portuguesas. História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança* (2015), da autoria de Irene Flunser Pimentel e Helena Pereira de Melo; a obra *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo* (2002), da autoria de Vanda Gorjão; e o artigo “O

⁶ Este trabalho é útil e interessante, mas requer algumas precauções, na medida em que está vinculado institucionalmente.

salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa” (1997), da autoria de Anne Cova e António Costa Pinto, foram essenciais, tendo sido complementados, ao nível da doutrinação feminina, pela obra *O Estado Novo e as Mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização* (2001), com coordenação de João Mário Mascarenhas, e, ao nível da repressão e da resistência femininas, pelas obras *Mulheres da Clandestinidade* (2017), da autoria de Vanessa Almeida, e *Elas estiveram nas prisões do fascismo* (2021), da autoria da União de Resistentes Antifascistas Portugueses. Permitiram apreender a situação de autêntica inferiorização das mulheres em todas as dimensões das suas vidas e as suas formas específicas de discriminação, exclusão e opressão, mas também de rebelião.

No quarto ponto, o da relação entre as mulheres e a guerra, os artigos “Women and war” (2012), da autoria de Jennifer Gayle Mathers, “Understanding twentieth-century wars through women and gender: forty years of historiography” (2014), da autoria de Françoise Thébaud, e “Women’s Roles and Positions in African Wars” (2019), da autoria de Oluwatoyin O. Oluwaniyi, distinguiram-se entre uma extensa literatura⁷. Apresentaram uma síntese e uma reflexão crítica sobre as vivências, as ideias e as condutas das mulheres face às guerras ao longo dos tempos, mostrando a necessidade imperiosa de estudar mais estas questões, tantas vezes invisibilizadas na própria literatura.

No quinto ponto, o da relação entre as mulheres e a guerra colonial, o número especial *As Mulheres e a Guerra Colonial* (2004), da Revista Crítica de Ciências Sociais; a obra *As Mulheres e a Guerra Colonial* (2015), da autoria de Sofia Branco; a obra *África no Feminino* (2007), da autoria de Margarida Calafate Ribeiro; a obra *Adeus, até ao teu regresso: o Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)* (2003), da autoria de Sílvia Espírito Santo; e a obra *Anjos na Guerra* (2011), da autoria de Susana Torrão, foram cruciais. Ofereceram um retrato amplo e completo dos efeitos sentidos, das opiniões formadas, das posições assumidas e dos papéis desempenhados pelas mulheres durante a guerra.

No sexto ponto, o da relação entre as mulheres e a manifestação, a tese de doutoramento “Feminismos em Portugal (1947-2007)” (2008), da autoria de Manuela Tavares, e a obra *As Mulheres e a Guerra Colonial* (2015), da autoria de Sofia Branco, a

⁷ Atente-se, por exemplo, em Carol Cohn, *Women and Wars: Contested Histories, Uncertain Futures* (Cambridge: Polity Press, 2013).

par das reportagens “A manifestação das mulheres que não está nos livros” (2020), da autoria de Andreia Friaças, e “Quando o Estado Novo reprimia as manifestações do Dia da Mulher” (2022), da autoria de Ana Luísa Rodrigues, e do artigo “Mulheres na oposição: o caminho foi-se fazendo” (2022), da autoria de Helena Pato, foram particularmente relevantes. Constituíram os principais e quase únicos pontos de partida para a interrogação e para a exploração do tema.

Mergulhemos mais profundamente nos dois últimos pontos, que se tratam do cerne desta dissertação. Como foi referido atrás, são poucas as análises sobre a guerra colonial portuguesa que têm a perspectiva feminina como foco, e ainda menos as que têm como foco primordial. Pelo que se apurou, a literatura académica acerca do tópico é diminuta. As auto-biografias e os testemunhos pessoais, relatados pelas próprias mulheres ou por intermediários, apesar de terem proliferado nos últimos tempos, também não são abundantes, podendo dizer-se o mesmo dos conteúdos áudio-visuais.

Existem, por exemplo, alguns trabalhos académicos centrados nas mulheres que acompanharam os militares (por norma os maridos, mas também os pais e os irmãos) mobilizados até aos teatros de guerra, nomeadamente o livro de Margarida Calafate Ribeiro (2007), e o seu artigo sobre o mesmo tema (2004). Há, também, um livro, da Liga dos Combatentes, organizado por Alberto Ribeiro Soares (2017), e um documentário, de Marta Pessoa (2011)⁸. Existem outros, designadamente os artigos de Manuela Cruzeiro (2004) e Helena Neves (2004), que mencionam as mulheres que aguardaram pelos militares mobilizados na metrópole. Mas não existem nenhuns que se debrucem sobre as mulheres que se exilaram com os militares mobilizados que refrataram/desertaram à guerra noutros países. Apenas uns quantos testemunhos pessoais, concedidos em entrevistas como as realizadas por Sofia Branco (2015) – cujo livro aborda os três grupos de mulheres previamente referidos – e Mariana Carneiro (desde 2017).

Existem ainda alguns trabalhos académicos sobre as voluntárias do MNF, nomeadamente o livro de Sílvia Espírito Santo (2003), o texto da mesma autora (2022) e o artigo de Verónica Ferreira (2018), e outros que as mencionam, como o de Manuela Cruzeiro (2004). Há, igualmente, livros que as incluem, casos do livro organizado por Fernando Rosas (1998) e dos livros assinados por Sofia Branco (2015), Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2020) e Pedro Marquês de Sousa (2021). Já sobre as

⁸ Marta Pessoa, *Quem Vai à Guerra*, 2011.

voluntárias da SAFCV não existem nenhuns especialmente focados nelas, apenas alguns que as referem, como o artigo de Manuela Cruzeiro (2004). Há, contudo, mais uma vez, livros que as englobam, como o livro organizado por Fernando Rosas (1998) e o livro assinado por Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2020).

Não existem trabalhos académicos particularmente dedicados às enfermeiras paraquedistas, apenas trabalhos académicos que as mencionam, como os artigos de Margarida Calafate Ribeiro (2004) e Manuela Cruzeiro (2004). Há, porém, um livro, de Susana Torrão (2011), assim como uma reportagem curta, de Pedro Benevides (2009)⁹, e um filme, de José Carlos Santos (2007)¹⁰. O livro de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2020) e o documentário de Marta Pessoa (2011) também as abrangem. E há, ainda, pelo menos uma auto-biografia, de Rosa Serra (2014).

Também não existem trabalhos académicos especificamente centrados nas católicas progressistas, somente trabalhos académicos que as referem, como os de João Miguel Almeida (2008) e António Araújo (2011). Há, todavia, alguns testemunhos pessoais, partilhados em auto-biografias como a elaborada por Joana Lopes (2007) e recolhidos em entrevistas como as concretizadas por Sofia Branco (2015), Ana Aranha (desde 2015) e Mariana Carneiro (desde 2017).

Não existem trabalhos académicos acerca das militantes de organizações, partidos e movimentos “subversivos”, como o PCP, o MDM e o MRPP, do ponto de vista da sua oposição ao colonialismo e à guerra colonial, apenas do ponto de vista da sua oposição à ditadura, embora ambas acabem por estar muito associadas, pelo menos a partir de certa altura, tirando, quanto ao MDM, o texto de Manuela Tavares (2022). No caso do MRPP, há, porém, no mínimo um que as menciona, o de Miguel Cardina (2010). E testemunhos concedidos em auto-biografias e em entrevistas, como as do livro de Sofia Branco (2015), do projecto do Museu do Aljube (2015-actualidade; em curso)¹¹, conduzido por Ana Aranha, e do caderno do Esquerda.Net (2017-actualidade; em curso)¹², organizado por Mariana Carneiro.

Praticamente não existem trabalhos académicos que incidam sobre as integrantes dos grupos de luta armada, como a ARA, as BR e a LUAR, tirando o de Carla Machado

⁹ Pedro Benevides, *Heroínas em Combate*, RTP, 2009.

¹⁰ José Carlos Santos, *Entre o Céu e o Inferno*, 2007.

¹¹ Museu do Aljube, *Vidas Prisionáveis*, 2015-actualidade.

¹² Esquerda.Net, *Mulheres de Abril*, 2017-actualidade.

e Raquel da Silva (2012). O de Ana Sofia Ferreira (2015), não sendo sobre elas, também as refere. No caso da ARA, há, contudo, no mínimo um livro que as menciona, o de Raimundo Narciso (2000). E, no das BR, um livro que se centra mesmo nelas, o de Isabel Lindim (2012). Há, ainda, testemunhos concedidos em auto-biografias, como a publicada por Isabel do Carmo (2017), e em entrevistas, como as realizadas por Sofia Branco (2015), Ana Aranha (desde 2015) e Mariana Carneiro (desde 2017).

Por fim, não existem trabalhos académicos que se debrucem estritamente sobre as contribuições femininas para a luta contra a guerra colonial nos protestos e nas greves estudantis em Lisboa, em Coimbra e no Porto (em 1962 e 1969); nas vigílias na Igreja de S. Domingos e na Capela do Rato em Lisboa (em 1968-1969 e 1972-1973) e, sobretudo, na manifestação no dia internacional da mulher no Porto (em 1962). Esta dissertação visa enveredar pelo último acontecimento.

O tema não tem sido alvo de muita atenção: nem académica, nem literária ou mediática. Além da tese de doutoramento de Manuela Tavares (2008), só o livro de Sofia Branco (2015), as reportagens de Andreia Friaças (2020)¹³ e Ana Luísa Rodrigues (2022)¹⁴ e o artigo de Helena Pato (2022)¹⁵ abordam a manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto, e todos eles de modo relativamente breve, seja por causa dos seus objectivos ou do seu carácter. Na sua tese de doutoramento, Manuela Tavares (2008) pretende traçar o percurso dos feminismos em Portugal de 1947 a 2007, pelo que alude rapidamente à manifestação, entre vários outros assuntos. Por seu turno, no seu livro, Sofia Branco tenciona revelar os olhares e os lugares das mulheres portuguesas na guerra colonial, pelo que também menciona sinteticamente a manifestação, no meio de diversas temáticas. Nas suas reportagens, Andreia Friaças (2020) e Ana Luísa Rodrigues (2022) pretendem aproveitar o dia internacional da mulher para recordar uma manifestação importante e quase desconhecida nessa data, pelo que se focam exclusivamente na manifestação, só que dentro dos limites inerentes aos trabalhos jornalísticos que desenvolvem (os quais não lhes retiram valor). Por sua vez, no seu artigo, Helena Pato

¹³ Andreia Friaças, “8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros”, *Público*, 2020. <https://www.publico.pt/2020/03/08/impar/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>

¹⁴ Ana Luísa Rodrigues, “Quando o Estado Novo reprimia as manifestações do Dia da Mulher”, *RTP*, 2022. https://www.rtp.pt/noticias/pais/quando-o-estado-novo-reprimia-as-manifestacoes-do-dia-da-mulher_v1389960

¹⁵ Helena Pato, “Mulheres na oposição: o caminho foi-se fazendo”, *Seara Nova*, n.º 1754, Primavera, 2021.

(2022) tenciona recordar a participação política das mulheres da oposição durante a ditadura fascista, pelo que fala muito sucintamente da manifestação, enquanto um de múltiplos eventos.

Parece haver um grande desconhecimento ou, pelo menos, esquecimento deste episódio tanto no meio académico como nos meios literário e mediático e, por conseguinte, uma ainda maior falta de recordação e valorização deste mesmo episódio na sociedade como um todo. No entanto, a manifestação em causa foi de uma importância histórica inegável, pelas razões que se enunciarão em maior detalhe à frente, e merece investigação. Foi sobretudo esta constatação que motivou a escolha do tema para a presente dissertação, a qual se propõe a acrescentar as suas próprias contribuições às já feitas pela tese de doutoramento, pelo livro, pelas reportagens e pelo artigo acima listados, usando-os como base.

Estes trabalhos alertaram para fontes sobre a manifestação, como o processo da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e as entrevistadas Margarida Tengarrinha (membro da redacção e autora do artigo sobre a manifestação no *Avante!*) e Maria José Ribeiro (organizadora, participante e detida da manifestação), e apresentaram respostas, ao facultar certos dados. Ao mesmo tempo, suscitaram perguntas, ao não facultar outros dados, ou ao facultar dados contraditórios. Por exemplo, em relação ao organismo ou aos organismos responsáveis pela organização da manifestação: PCP, CDM ou ambos? Quem dentro deles? Em relação aos manifestantes: quantos, afinal? Mais homens ou mulheres? Estudantes ou trabalhadores? Quais, além de Maria José Ribeiro? Em relação às instituições responsáveis pela repressão: PIDE e PSP? Quem dentro delas? Qual era o seu plano de actuação, ao certo? Como foi a sua implementação, exactamente? Em relação aos presos: quantos, afinal? Quais? Aos feridos: quantos, afinal? Quais? Quão graves? Aos torturados: quais, além de Maria José Ribeiro? Em relação aos meios de comunicação que reportaram a manifestação: os citados eram os únicos, ou havia mais? Quantos e quais? De que modo a reportaram? Revelando ou não revelando que informação? De que forma? Com ou sem correcção e rigor? Promovendo que interpretação? Essas dúvidas sinalizaram a necessidade de averiguar se a informação dessas fontes foi toda usada e analisada; se há outras fontes, com mais informação; se as perspectivas das diferentes fontes foram ou podem ser comparadas (por exemplo, na forma como classificam os organizadores, explicam as suas motivações e os seus objectivos, descrevem a preparação

e a concretização da manifestação, classificam os manifestantes, encaram e se referem à sua repressão, classificam os repressores, falam das consequências da manifestação, etc.). Os trabalhos foram, portanto, muito úteis.

Metodologia de investigação

Nesta investigação, optou-se por recorrer a métodos qualitativos – que, pela sua essência, permitem reunir informação mais exhaustiva e pormenorizada –, uma vez que o tópico na base desta dissertação se encontra pouco estudado e se ambiciona conhecê-lo com a máxima profundidade ao alcance. Resolveu-se explorar tanto aspectos teóricos como aspectos empíricos, tendo-se utilizado fontes escritas – secundárias e primárias – e fontes orais.

Quanto às fontes escritas¹⁶, para além de literatura académica e outra bibliografia relacionadas com a natureza e as características da ditadura fascista; o contexto de emergência da guerra colonial; o estatuto ou a condição das mulheres na época; as experiências, as visões e as actuações das mulheres em relação à guerra, em geral, e no lado da oposição – mais especificamente no quadro da manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto –, em particular, consultaram-se os panfletos dos organizadores da manifestação para apelar à participação, assim como os relatórios deles sobre o seu planeamento e a sua execução; os relatórios da PIDE e da PSP sobre a sua vigilância e a sua repressão; os jornais portugueses legais¹⁷, ou seja, visados pela censura (*Novidades*, *Diário da Manhã*, *O Comércio do Porto*, *Diário Popular*, *Jornal de Notícias*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *A Voz*), os jornais portugueses clandestinos (*Avante!* e *A Voz das Camaradas*) e os jornais estrangeiros (*L'Humanité*, *Le Monde*, *O Jornal*, *Última Hora*, *Luta Democrática*, *Diário de Notícias*) da época; um jornal português actual (*Público*); e uma revista portuguesa¹⁸ que já existia na época e continua a existir na actualidade (*Seara Nova*) com artigos acerca da sua concretização. Acedeu-

¹⁶ Para se evitar a multiplicação de notas de rodapé, citar-se-ão os materiais arquivísticos (os processos consultados e os relatórios e jornais neles inseridos) nas referências.

¹⁷ Além destes, consultaram-se outros jornais portugueses legais de relevo da época (*República*, *Diário de Lisboa*, *Diário Ilustrado*, *Diário de Coimbra*, *Diário da Noite*, *Jornal do Fundão*, *Notícias da Amadora*), que se pensou que também pudessem ter artigos sobre este assunto, tendo-se constatado que não era esse o caso. Porém, desses jornais, o *República*, não tendo reportado a manifestação, publicou um artigo surpreendentemente progressista para a época sobre o dia internacional da mulher.

¹⁸ Também se consultaram outras revistas portuguesas legais de relevo da época (*Seara Nova*, *Flama*, *Vida Mundial*, *Eva*, *Século Ilustrado*), pelas mesmas razões.

se aos panfletos e aos relatórios no Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais (GES) do PCP e no Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança (PIDE/DGS), situado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), concretamente no processo da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), no processo relativo à manifestação de 8 de Março constante no fundo da Delegação do Porto (DP) e no processo individual (PI) nele mencionado; aos jornais portugueses legais no Arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML) e no Arquivo da PIDE/DGS, mais propriamente nos dois primeiros processos; aos jornais portugueses clandestinos no arquivo *online* do *Avante! Clandestino* (AC) e no Arquivo da Fundação Mário Soares (FMS), designadamente no seu *site* Casa Comum (CC); aos jornais estrangeiros no Arquivo da PIDE/DGS, nomeadamente no primeiro processo; ao jornal português actual no *site* do *Público* e à revista portuguesa que já existia na época e continua a existir na actualidade em formato físico, ou seja, manuseando-se o próprio exemplar da *Seara Nova*.

Também se procuraram digitalmente materiais no Arquivo Municipal do Porto (AMP), no Arquivo da Polícia de Segurança Pública (PSP), no Arquivo do Ministério da Administração Interna (MAI) e no Arquivo Distrital do Porto (ADP) e se contactaram os seus funcionários. No entanto, constatou-se que o Arquivo Municipal do Porto não possui uma única informação sobre a manifestação; o Arquivo da PSP, segundo os seus responsáveis, ainda se encontra em fase muito preliminar de organização, não estando em condições de disponibilizar os seus documentos para consulta; o Arquivo do Ministério da Administração Interna, de acordo com as pesquisas efectuadas, inclusive pelos seus responsáveis, também não inclui quaisquer dados sobre a temática em questão; o Arquivo Distrital do Porto, especificamente o fundo do extinto Governo Civil do Porto, tem cerca de 50 caixas que não estão separadas por temas nem organizadas por datas, tornando a procura de informação durante o período de tempo à disposição impraticável. Ainda se indagou se o Arquivo Oliveira Salazar teria conteúdos alusivos ao assunto junto dos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo estes respondido que não, e se consultou o arquivo virtual dos debates parlamentares, onde se leram os que tiveram lugar na data em causa na Assembleia Nacional, não se tendo identificado nenhuma referência ao acontecimento.

Relativamente às fontes orais, recolheram-se testemunhos através de entrevistas semi-directivas ou semi-estruturadas (isto é, conduzidas a partir de um guião que

contemplou algumas perguntas e categorias de análise pré-definidas mas que se manteve flexível à introdução de tópicos não considerados até ao momento em que elas se realizaram) dirigidas a Margarida Tengarrinha, membro da redacção e autora do artigo sobre a manifestação no *Avante!*, e Maria José Ribeiro, uma das organizadoras, participantes e detidas da manifestação, e de pedidos de esclarecimento endereçados à Direcção do PCP e a João Madeira, investigador de história contemporânea especializado na trajectória histórica desse mesmo partido (além de outras entidades e pessoas cujas declarações acabaram por não ser citadas nesta dissertação). As entrevistas foram realizadas pelo telefone e gravadas, com o consentimento das entrevistadas, que foram informadas acerca do seu propósito, e almejaram conhecer as suas experiências, as suas visões, as suas actuações e as suas leituras do acontecimento nas suas próprias palavras. Os pedidos de esclarecimento foram efectuados via *e-mail*, e pretenderam obter materiais e informações adicionais sobre o eventual papel do partido na co-organização da manifestação e a constituição dos seus organismos, mais precisamente do Porto, à data.

Na realização deste trabalho, enfrentaram-se vários desafios. Desde logo, o tema que se seleccionou inicialmente era demasiado vasto (os papéis de todas as mulheres, isto é, das mulheres portuguesas, angolanas, guineenses, cabo-verdianas e moçambicanas, perante a guerra colonial), tendo tido de ser progressivamente afinado (primeiro para os papéis das mulheres portuguesas perante a guerra colonial, depois para os papéis das mulheres portuguesas na oposição à guerra colonial e, por fim, para os papéis das mulheres portuguesas num acontecimento específico de oposição à guerra colonial: a manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto), de modo a que a investigação fosse possível no quadro de uma dissertação de mestrado.

Depois, a informação que existe sobre o tema é simultaneamente escassa e excessiva. Por um lado, há poucas fontes académicas, e mesmo bibliográficas, mas, por outro, há bastantes fontes arquivísticas, e cada uma dessas fontes encerra uma quantidade considerável de materiais, embora estes em parte se repitam de umas para as outras (por exemplo, muitos dos panfletos produzidos pelos organizadores da manifestação estão tanto nos arquivos do PCP como nos arquivos da PIDE, e muitos dos relatórios dos agentes da PIDE estão tanto no fundo da delegação de Lisboa como no fundo da delegação do Porto).

Ao mesmo tempo, essa informação está muito dispersa e fragmentada. Isto é, as fontes arquivísticas mencionadas encontram-se espalhadas por diversos sítios (em Lisboa,

no Porto e dentro de cada uma das cidades), instituições (ANTT, PCP, HML, FMS, AMP, PSP, MAI, ADP, AR, etc.) e acervos (por exemplo, o processo da Federação Democrática Internacional de Mulheres, o processo relativo à manifestação de 8 de Março constante no fundo da delegação do Porto e o processo individual nele referido do arquivo da PIDE/DGS, presente no ANTT), em formato físico e digital.

Foi difícil aceder a todas essas fontes e, conseqüentemente, tirar proveito dos seus conteúdos no tempo de investigação de que se dispôs. Primeiro, porque, não sendo muito divulgadas, não são fáceis de conhecer e localizar. Segundo, porque, em muitos casos, ou não estão disponíveis para consulta ou o estão com significativos entraves e restrições, presencial e virtualmente (os fundos dos arquivos não estão tratados e organizados e os seus respectivos conteúdos não estão inventariados; os documentos neles preservados não estão todos digitalizados, os seus catálogos estão desactualizados, as pesquisas nos seus *sites* são complicadas e muitas vezes infrutíferas).

Mais, atendendo ao contexto, às condições e intenções da sua produção, é preciso ter muito cuidado a analisá-las. Os arquivos não são repositórios “neutros” do passado, e a documentação arquivística não é “inócua” (Almeida 2017: 15). Neste caso em particular, os panfletos e os relatórios dos organizadores da manifestação, os relatórios das forças policiais e os artigos dos jornais foram produzidos sob uma ditadura fascista que os sujeitava a diversas limitações, as quais se somavam às suas próprias pretensões, e não são inteiramente fiáveis.

Os panfletos e os relatórios do PCP (e dos outros organizadores) e os relatórios da PIDE (e da PSP e das restantes polícias suas aliadas) não só expressavam os seus pontos de vista e veiculavam as suas convicções ideológicas, diametralmente opostas, como se baseavam nas suas versões truncadas da realidade. Além de, nos seus documentos, os dois se demonizarem mutuamente, o PCP por vezes exacerbava os seus progressos, tomando “desejos por realidades” (Cardina 2010: 38), para mobilizar os seus militantes e simpatizantes, persuadir os que ainda não o fossem a passar a sê-lo e convencer todos eles de que estava a suceder na missão de fazer o regime ruir, e a PIDE muitas vezes aumentava as suas vitórias e diminuía os seus fracassos, adoptando o comportamento inverso com os do partido, para desmoralizar os seus adversários, dissuadir os que ainda não o fossem de passar a sê-lo e convencer o governo de que estava a suceder na missão de os destruir. Por cima disso, na maior do tempo ambos propagavam informações erradas ou duvidosas um sobre o outro, por desconhecerem ou mal conhecerem as suas

movimentações, visto que operavam de forma clandestina ou secreta: o PCP para mais dificilmente a PIDE capturar os seus militantes e interromper as suas actividades e a PIDE para mais facilmente capturar os militantes do PCP e interromper as suas actividades. No entanto, não se pode equiparar o primeiro à segunda. É imperativo manter presente que o PCP (e as outras organizações da oposição) e a PIDE (e as restantes polícias suas aliadas) não tinham o mesmo carácter nem se encontravam na mesma posição. O PCP era um partido político que tentava erradicar um regime apostado em destroçar os seus opositores, enquanto a PIDE era uma polícia política que tentava eternizar esse mesmo regime, em nome do qual destroçava os tais opositores. Os militantes do PCP eram vigiados, perseguidos, ameaçados, presos e torturados pelos agentes da PIDE. De resto, os relatórios da PIDE, a par de erros e falhas acidentais, tinham erros e falhas intencionais. Neles, os agentes da PIDE mentiam ou omitiam propositadamente dados sobre a sua investigação. Reconhecer isto não é ser parcial, é ser fiel à verdade. Se não se pode negar que os investigadores, não estando imunes a julgamentos morais, até por possuírem os seus próprios ideais, devem esforçar-se ao máximo para evitá-los (Pimentel 2011: 14), também não se pode contestar que o relato da História não é nem tem de ser neutral, mas antes factual.

Os artigos dos jornais, na maioria das vezes, apresentavam descrições falsas, distorcidas ou incertas da realidade, voluntária ou involuntariamente, por causa dos seus vieses e/ou dos condicionamentos que lhes eram impostos. Se os jornais portugueses legais eram visados pela censura e, por isso, muito controlados na publicação, os jornais portugueses clandestinos eram redigidos com bastante precariedade e sob imensa tensão e os jornais estrangeiros, ao mínimo “deslize”, eram postos fora de circulação. Em acréscimo, todos estavam despojados dos direitos ao acesso e à transmissão livres de informação.

Não obstante, como Miguel Cardina (2010: 37) assinala, os materiais destes arquivos não deixam de ser “incontornáveis” em investigações relacionadas com a ditadura fascista.

Para lá das fontes escritas mencionadas, há algumas fontes orais relevantes. E, considerando a sua essência, também há que ter bastante cautela a interpretá-las. Os testemunhos em questão, sobre um evento já distante no tempo, foram conferidos por mulheres que se basearam nas suas memórias, inevitavelmente influenciadas pelas suas crenças e vivências subjectivas do acontecimento, com o qual estão directamente

relacionadas de maneiras distintas. Ora, a memória não é estanque. Enzo Traverso (*apud* Almeida 2017: 17) afirma que a memória não fica parada no tempo, está em permanente transformação, sendo a lembrança de determinado acontecimento afectada pelos “conhecimentos adquiridos” e pelas experiências tidas *a posteriori*. Já Walter Benjamin (*apud* Almeida 2017: 17), declara que, “enquanto “um acontecimento vivido [se pode considerar] terminado”, “um acontecimento recordado [é ilimitado]”. Mas a memória é selectiva: enfatiza uns detalhes e recalca outros. E, acima de tudo, é falível. Não está livre do esquecimento. Sobretudo se, como neste caso, precisar de evocar uma situação antiga, que se reporte a um passado remoto. Em suma, é insegura, imperfeita. Mesmo quando pertence a pessoas que viveram os acontecimentos, não constitui necessariamente uma prova, ainda que possa contribuir para ela (Pimentel 2011: 16). Por esses motivos, não é totalmente credível. Porém, como Alessandro Portelli (*apud* Cardina 2010: 35; Almeida 2017: 17) relembra, o interesse dos testemunhos não reside apenas na sua “exactidão”: às vezes, a sua divergência com os factos é mais reveladora do que a sua convergência, permitindo conhecer melhor as concepções dos seus emissores, e os sentidos que estes dão aos acontecimentos. Por outro lado, as fontes orais são “construídas” pelos próprios investigadores (os testemunhos são “provocados”, ou solicitados, por eles, em função de entendimentos e narrativas prévios, alheios aos entrevistados), o que não acontece com as fontes escritas. Estas, embora também sejam construídas, não o são pelos investigadores, ao contrário daquelas (Pimentel 2011: 15-16). Contudo, a interferência dos investigadores no processo de construção das fontes orais “pode ser vista como uma vantagem”, na medida em que possibilita “o diálogo com [os entrevistados] na presença de [diferentes fontes ou dados], o esclarecimento de certos pontos e o confronto com mais leituras (Cardina 2010: 39). Por outro lado ainda, ao escolherem as palavras para fazer ouvir os entrevistados, os investigadores não deixam de os “privar” da sua voz (Pimentel 2011: 16). No entanto, as fontes orais podem ser muito úteis, e compensar a “carência” ou a “adulteração” das fontes escritas, completá-las ou corrigi-las, clarificá-las e ajudar a compreendê-las, resgatar sujeitos e objectos esquecidos, fornecer apreciações alternativas, contribuir para o retrato mais alargado e detalhado dos eventos. Podem até ser indispensáveis; por exemplo, quando as fontes escritas são inexistentes ou exíguas (Cardina 2010: 36-38).

Resumindo, em primeiro lugar, sentiram-se dificuldades na definição do tema que se estudou e detectaram-se problemas em todas as fontes, escritas (secundárias e

primárias) e orais, que se utilizaram; e, em segundo lugar, existem fontes provavelmente úteis e elucidativas que não se empregaram, devido a todo o tipo de constrangimentos (localização, inacessibilidade, tempo), o que implica que certos dados sobre a manifestação estarão ausentes da dissertação ou serão incompletos e imprecisos.

Ainda assim, acredita-se que, por um lado, tendo sido conjugadas, as fontes utilizadas supriram, tanto quanto possível, as lacunas umas das outras, se complementaram e aperfeiçoaram mutuamente na sua diversidade, e, por outro, que os dados presentes, mesmo que incompletos e imprecisos, são suficientes para não comprometer a dissertação e oferecer uma abordagem adequada da temática.

II

Manifestação de 8 de Março de 1962:

uma manifestação “precursora a muitos títulos”¹⁹

Para se revelar o que a manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto dá a conhecer sobre as experiências, as visões e as actuações das mulheres portuguesas perante a guerra colonial, nomeadamente no lado da “oposição”, tem, primeiro que tudo, de se descrever e analisar a manifestação, a sua organização, concretização, repressão, cobertura e divulgação na imprensa e, ainda, as suas consequências. Procedeu-se a essa descrição e a essa análise com recurso às fontes utilizadas: aos panfletos dos organizadores; aos relatórios dos organizadores, da PIDE e da PSP; aos jornais portugueses legais ou clandestinos e estrangeiros da época; e aos testemunhos de Margarida Tengarrinha e Maria José Ribeiro.

Características

Que manifestação foi esta?

Como se disse, esta foi a primeira manifestação no dia internacional da mulher em Portugal. Aconteceu no dia 8 de Março de 1962, no Porto, no contexto referido, tendo começado por volta das 18:30 e acabado por volta das 20:00. Segundo o que se sabe, foi organizada pelo Partido Comunista Português (PCP) e pela Comissão Democrática de Mulheres (CDM) e teve como finalidade mobilizar as pessoas, em especial as mulheres, contra a ditadura fascista (na altura já vigente há 36 anos) e a guerra colonial (decorrente há um ano), por um lado, e pelos direitos das mulheres (particularmente ameaçados pelo regime), por outro. Contou com centenas a milhares de manifestantes, tendo algumas dezenas deles sido presos e agredidos ou torturados pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Iniciou-se na Praça da Liberdade, tendo prosseguido até à Rua 31 de Janeiro (na época renomeada Rua de Santo António pela ditadura), onde terminou depois de ser interrompida por essas mesmas forças repressivas.

¹⁹ Sofia Branco, *As Mulheres e a Guerra Colonial. Mães, filhas, mulheres e namoradas. A retaguarda dos homens na frente de batalha* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015), 88.

Organização

Quem a organizou?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se depreender que pelo menos o PCP e a CDM (grupo de mulheres proveniente das comissões femininas de apoio às sucessivas candidaturas da oposição às eleições que se continuou a reunir após os períodos eleitorais), mais precisamente as suas células do Porto, estiveram envolvidos na organização da manifestação.

No entanto, não se consegue perceber quem, dentro desses organismos, teve a ideia de a realizar, fez parte da sua discussão ou foi responsável pela sua materialização. Assim, contactou-se tanto o PCP como Maria José Ribeiro, única organizadora e participante da manifestação que se logrou entrevistar, com o intuito de se obter esse esclarecimento. O PCP comunicou que não encontrou dados fidedignos na sua pesquisa. Citando o capítulo “Sem organização não há vitória possível” do livro *Rumo à Vitória* (1979), da autoria de Álvaro Cunhal²⁰, confirmou apenas que a “organização feminina do Partido” teve um “importante papel de direcção” na manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto, sem especificar por quem era composta essa organização. Maria José Ribeiro mencionou alguns nomes, não tendo garantido que eles estejam correctos, visto já se terem passado 60 anos e a entrevistada não estar certa da fiabilidade das suas memórias.

Não se podendo identificar, sem dúvidas, os membros desses organismos que estiveram implicados na organização da manifestação, pode-se, pelo menos, supor quem foram alguns deles com base em certas pistas, como as deixadas pela composição dos organismos à data, mesmo que com hesitações.

No que concerne ao PCP, atendendo-se ao que o próprio disse no seu livro de memórias, *Outrar-se ou a Longa Invenção de Mim* (2003), pode-se admitir que foi **Alexandre Castanheira** quem, dentro do partido, dinamizou a manifestação de 8 de Março de 1962: foi ele quem impulsionou a manifestação de 31 de Janeiro do mesmo ano e era ele o quadro com mais responsabilidades no norte nessa altura, dado vários

²⁰ Nas páginas 250 e 251 desse capítulo, Álvaro Cunhal escreveu: “para a manifestação do 8 de Março de 1962 no Porto, a organização feminina do Partido promoveu anteriormente numerosas reuniões amplas de mulheres, onde foi discutido e estabelecido o plano da manifestação, chamou à sua colaboração numerosas mulheres democratas sem-partido, editou 48.000 tarjetas, manifestos e cartazes, organizou a sua distribuição à mão nos bairros pobres, mercados e escolas, preparou cartazes para erguer na manifestação (‘Paz em Angola’, ‘Amnistia’, ‘Baixa do Custo de Vida’). O resultado foi uma grande manifestação no centro da cidade, de 10 a 15.000 pessoas”.

dirigentes, como Joaquim Pires Jorge e Octávio Pato, terem sido presos depois de a PIDE detectar uma reunião do Comité Central em Dezembro de 1961. Alexandre Castanheira não terá actuado sozinho. Com ele terão colaborado outros elementos do partido. Segundo João Madeira²¹, na conjuntura da manifestação, a Direcção da Organização Regional do Norte (DORN), além de Alexandre Castanheira, presumivelmente era constituída por **João Honrado** e **Dinis Miranda**, enquanto o Comité Local (CL) do Porto, que se manteve relativamente estável desde 1958, era constituído por **Isidro da Conceição Paula**, “Quim”; **António Pinto Ferreira**, “Antero”; **Francisco Canais Rocha** e **Rosalina Labaredas**.

No que diz respeito à Comissão Democrática de Mulheres, **Maria José Ribeiro** refere que, além de si, **Virgínia Moura**, **Maria Teresa Ruela**, **Olívia Vasconcelos**, **Maria Proença** e **Ruth Rodrigues** são as mulheres que lhe ocorrem, “mesmo com algum erro”, por terem sido aquelas com que lidou de perto. Comenta que “havia muitas mais”, estudantes e trabalhadoras (professoras, empregadas, operárias), mas que receia nomeá-las e confundir este evento com outros, rematando que aquelas seguramente pertenceram à comissão e, no mínimo, participaram na discussão. Pelo que diz, o grupo organizador da manifestação foi o que resultou das várias comissões femininas de apoio às candidaturas da oposição às eleições. Dessa forma, quando a manifestação aconteceu, além das mulheres que Maria José Ribeiro lista, o grupo possivelmente era constituído por mais mulheres que, ao longo dos anos, apoiaram as sucessivas candidaturas. De acordo com Vanda Gorjão (2002 e 2022), no Porto, em adição a Virgínia Moura e Olívia Vasconcelos, foram Emília Verdial²², Irene Castro, Amélia Cal Brandão, Virgínia Castro, Beatriz Cal Brandão, Maria Branca Lemos, Irene Cortesão, Maria Silva, Natália David Campos, Maria Alcina Cunha, Maria Carolina Campos, Beatriz Almeida, Maria Nazaré Patação, Aurora Araújo Lima e Maria Elvira Cortesão²³ as mulheres que apoiaram as candidaturas de José Norton de Matos (1949), Rui Luís Gomes (1951), Arlindo Vicente (1958) e Humberto Delgado (1958).

²¹ O investigador adverte que esses dados são bastante “precários”, uma vez que derivam do cruzamento de processos da PIDE, designadamente de declarações prestadas por militantes presos, “com tudo o que isso tem de sensível” (Esclarecimento).

²² No entanto, à data da manifestação, Emília Verdial já tinha falecido, sendo inclusive uma das figuras que os manifestantes homenagearam, como será explicado mais tarde.

²³ Aos nomes destas mulheres poderão vir a somar-se os de outras, visto que a literatura académica que existe sobre o tema não está “selada”, aguardando o surgimento de mais informações sobre as mulheres que compuseram as comissões femininas.

Com a informação de que se dispõe também não se consegue perceber se o PCP e a CDM organizaram a manifestação em conjunto - e, nesse caso, como é que se articularam, se repartiram ou dividiram áreas de actuação e tarefas - ou em separado (apesar de em paralelo) - e, nesse, como é que souberam do envolvimento um do outro; se a iniciativa partiu dos dois em simultâneo ou de apenas um deles primeiro, tendo o outro seguido o seu exemplo; quando é que a manifestação começou a ser pensada e preparada, dentro de um ou do outro ou entre ambos, porquê e para quê²⁴; qual foi o balanço efectuado pelos seus "idealizadores", ou seja, se eles a consideraram um sucesso ou um fracasso, e o que decidiram fazer quanto a isso: se tiraram lições para o futuro, exploraram a consternação/revolta observadas, decidiram prolongar o ambiente vivido com novas iniciativas, identificaram mais pessoas dispostas a agir consistentemente contra o regime/captaram ou recrutaram mais pessoas para os seus círculos da oposição.

Os manifestos surgiram assinados por “um grupo de Mulheres Democratas do Norte”; pela “Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português”, pelo “Sector Intelectual do Porto do Partido Comunista Português”, pelas “mulheres do Porto”, por “um grupo de mulheres democratas”, por um “grupo de portuenses”; por “um grupo de mulheres”, pelos “organismos juvenis do Porto do Partido Comunista Português”, por “um grupo de operários”, por um “Núcleo de Junta de Acção Patriótica” (FDIM, DP, GES), e surgiram não assinados.

Um relatório-manifesto da DORN referiu que “**as mulheres do Porto** [organizariam] no dia 8 de Março dignas comemorações do DIA MUNDIAL DA MULHER, parecendo atribuir a organização da manifestação às mulheres do Porto ou, no mínimo, atribuir-lhes centralidade e realçar o seu papel na organização da manifestação (GES).

Em vários dos seus relatórios, o sub-director da PIDE à data, Rogério Coelho Dias, mencionou “panfletos **com a indicação de serem da autoria da ‘direcção da organização regional do Norte do partido comunista’**” e “panfletos **sem indicação de origem**” que chegaram à delegação da PIDE no Porto (969-S.R.); sugeriu que os

²⁴ De acordo com as declarações de Margarida Tengarrinha para a reportagem de Andreia Friaças, o principal objectivo do PCP neste protesto era “demonstrar que continuava a ter força” na luta anti-fascista depois do golpe que tinha sofrido “em Dezembro de 1961” (as prisões dos responsáveis pela Direcção Regional de Lisboa, como Octávio Pato e [Joaquim] Pires Jorge, e o assassinato de José Dias Coelho). Andreia Friaças, “8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros”, *Público*, 2020. <https://www.publico.pt/2020/03/08/impair/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>

organizadores foram os “*agitadores* que levaram a cabo as manifestações do ‘31 de Janeiro’” (1.027-S.R.) / “os *agitadores* que certamente promoveram já as manifestações do ‘31 de Janeiro’” (18/62-S.C.) e destacou a “*categoria revolucionária* dos promotores da manifestação”, para ele “claramente assinalada nas duas fotografias”²⁵ que juntou a um deles (1.027-S.R.) (FDIM).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se: “um **grupo de mulheres** pretendeu concentrar-se” (*Novidades*, HML); “o *chamado Partido Comunista Português* pretendeu (...) organizar hoje, ao fim da tarde, aquilo que apelidou de grandiosa manifestação das mulheres democratas do Porto” (*Diário da Manhã*, HML); “um **grupo de mulheres** pretendeu (...) concentrar-se” (*O Comércio do Porto*, HML); registou-se uma “concentração pública (...) para a qual **elementos subversivos** haviam convidado nos últimos dias as mulheres portuenses” (*Diário Popular*, HML); “**elementos subversivos** espalharam pela cidade manifestos de propaganda hostil ao Governo convidando as mulheres portuenses a concentrarem-se” (*O Século*, HML); “os *especuladores* procuravam agitar” (*A Voz*, DP), ou não se escreveu nada a propósito dos organizadores (*Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, HML; *O Primeiro de Janeiro*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se: “o **nosso Partido** apelou para uma outra manifestação no dia 8 de Março”; “o **nosso Partido e outras forças democráticas** exortaram [à] manifestação” (*Avante!*, AC) e “ter sido isto possível pelo apoio *incondicional* das massas trabalhadoras e das mulheres do Porto ao apelo do **Partido** para que se fizesse a manifestação” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros não se escreveu nada a propósito dos organizadores (*L’Humanité*, *Le Monde*, *O Jornal*, *Última Hora*, *Luta Democrática*, *Diário de Notícias*, FDIM).

Na sua entrevista, Margarida Tengarrinha declarou: “o artigo do *Avante!* não deixa margem para dúvidas. Fala do nosso partido e de outras forças democráticas. De dois tipos de apelos. Do apelo do Partido Comunista feito em documentos próprios e do de outras forças democráticas. Não nos arrogámos, direcção do *Avante!*, de dizer que fomos nós e só nós que organizámos a manifestação. Mencionamos outras forças democráticas.

²⁵ Provavelmente as fotografias apreendidas por um agente da PIDE a um fotógrafo presente na manifestação mencionadas mais adiante.

Não enunciámos quais são por uma questão de defesa dessas forças. Nisso insere-se o que disse a Maria José Ribeiro”. Acrescentou ainda que “todas as manifestações debaixo do fascismo foram organizadas por várias forças democráticas. Em primeiro lugar, pelo Partido Comunista, porque tinha a possibilidade de usar tipografias e de fazer outro tipo de materiais em stêncil. Em segundo lugar, por outras forças democráticas, que também colaboraram”.

Já na sua, Maria José Ribeiro afirmou que foi “a Comissão Democrática de Mulheres”, concretamente a sua delegação do Porto, que organizou a manifestação. Essa comissão “dimanou das comissões femininas de apoio às candidaturas da oposição às eleições que se formaram sobretudo nas grandes cidades (Lisboa, Porto, Coimbra, etc.)”, e cujas integrantes²⁶ se continuaram a reunir²⁷ após os períodos eleitorais, por entenderem que não deviam “fechar a porta” e “desperdiçar os conhecimentos” adquiridos durante esses breves momentos de (aparente) pequena abertura para “engrossar realmente a luta contra o estado de opressão” em que as pessoas, principalmente as mulheres, viviam. Nas palavras da entrevistada, “as mulheres não tinham direitos absolutamente nenhuns, eram completamente dependentes. Se fossem casadas, dos maridos; se não fossem, dos pais. Consoante as mentalidades das famílias”. As comissões foram criadas não só para apoiar os candidatos da oposição às eleições, mas também para pugnar pelas reivindicações das mulheres. Quando os candidatos estavam a elaborar os programas, as mulheres, à semelhança dos jovens, apresentavam-lhes tanto as suas ideias gerais para o combate à repressão que os “aprisionava [a todos] dentro do país” como as suas propostas específicas para a abordagem dos problemas e dos desafios que elas enfrentavam. Como Maria José Ribeiro salientou, “o movimento de mulheres foi crescendo desde os anos 30”. Houve o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a Associação Feminina Portuguesa para a Paz. “E algumas destas mulheres já vinham dessas lutas de trás, desenvolvidas no sentido da libertação, emancipação, intervenção femininas. Primeiro pelo voto e depois por todas as outras coisas que se foram seguindo. Uma das coisas pelas quais mais se lutava era a educação/instrução. Porque as mulheres tinham capacidades; só não tinham meios, condições, possibilidades. Lutava-se pela igualdade de

²⁶ Cerca de 15 a 20 mulheres, segundo o que Maria José Ribeiro comunicou na reportagem de Andreia Friaças: “8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros”, *Público*, 2020. <https://www.publico.pt/2020/03/08/impar/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>

²⁷ Nas casas umas das outras, visto que não tinham uma sede, de acordo com o que a entrevistada transmitiu no mesmo trabalho jornalístico.

oportunidades”. Relativamente ao envolvimento do PCP na organização, a entrevistada declarou: “foi na Comissão Democrática de Mulheres que eu contribuí para a manifestação, por isso, é a informação que a envolve que eu posso dar. Eu fazia parte dela e asseguro-a de que a comissão decidiu ir para a rua. Quem a lançou eu não sei, mas a ideia definitivamente foi discutida e desenvolvida no grupo. Havia até quem não quisesse que nós fôssemos, por ser demasiado arrojado. Mas, depois de muita ponderação, ficou decidido que íamos. E fomos. O que não quer dizer que não tenha existido uma orientação do PCP nesse sentido a alguém do grupo. Eu mesma sou militante do partido desde os 20 anos e não ponho de parte que o partido tenha emitido essa orientação a alguns militantes (nessa altura, por razões de segurança, as reuniões não se faziam como hoje; os encontros eram muito mais individualizados, na rua, com responsáveis do partido pelos vários sectores; não se punha toda a gente ao monte, era preciso ter muitas cautelas). É perfeitamente plausível que uma entidade com a organização do PCP se batesse por isso e tentasse que as restantes entidades acompanhassem. Bastava também o partido ter tido conhecimento de que a manifestação se encontrava em preparação, e achado que uma coisa dessas era importante, para ter passado a palavra às várias organizações que nele estavam filiadas e ganhado pessoas para a ideia. Nós mobilizámos imensa gente, contámos com muitos apoios. Um amigo trazia outro. Portanto, é natural que tenham aparecido muitos comunicados, com diversas autorias. E que tenham ido tantas pessoas à manifestação”.

Como se vê, as fontes utilizadas apontam para múltiplas autorias na organização da manifestação, e aparentemente convergem na sua identificação, ainda que não esclareçam quais são as proveniências de todas elas. Os panfletos, os relatórios, um jornal português legal (*Diário da Manhã*), os jornais portugueses clandestinos e Margarida Tengarrinha confirmam a autoria do PCP. Maria José Ribeiro, não a confirmando, também não a desmente. Em contrapartida, confirma a autoria da CDM, e os panfletos, os relatórios e os jornais portugueses legais e clandestinos, referindo as “mulheres do Porto”, possivelmente também a indiciam. Alguns panfletos chamam ainda a atenção para a hipotética intervenção de mais entidades “anti-situação”, visto que referem as Juntas de Acção Patriótica, que eram grupos unitários da “oposição”, e para os contributos específicos dos jovens e dos trabalhadores dentro ou fora dessas e/ou de outras agremiações. Contudo, nenhuma das fontes clarifica quais foram os responsáveis de cada um, e de que tarefas eles se ocuparam. Se os panfletos e os relatórios dos organizadores

e os jornais portugueses clandestinos, de maneira geral, os definem de forma neutra ou positiva (“o PCP”, “as mulheres democratas” do Porto, etc.), legitimando-os (“o nosso Partido e outras forças democráticas”) e exaltando-os, os relatórios da PIDE e os jornais portugueses legais, de maneira geral, definem-nos de forma neutra ou negativa (“agitadores”, “elementos subversivos”, “especuladores”), descredibilizando-os (“o chamado Partido Comunista Português) e denegrindo-os. Curiosamente, os jornais estrangeiros não se pronunciam quanto aos organizadores. Seria importante saber porquê: se por não terem conseguido apurá-la; se por terem considerado mais prudente, por uma questão de protecção dos organizadores, não revelá-la; se por não terem visto importância em mencioná-la... O testemunho de Margarida Tengarrinha parece corroborar a segunda interpretação (“não enunciamos [quais são as outras forças democráticas que organizaram a manifestação com o PCP] por uma questão de defesa dessas forças”), tocando noutro ponto fundamental: “todas as manifestações debaixo do fascismo foram organizadas por várias forças democráticas”.

Com que motivação?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se facilmente concluir que a motivação dos organizadores para convocar a manifestação era a premência de fazer uma série de reivindicações, muitas delas comuns a outros grupos e eventos: o fim da repressão; a amnistia e a libertação de todos os presos políticos; o aumento dos salários e a diminuição do custo de vida; o fim da guerra colonial e o regresso imediato dos soldados; a independência das colónias e a auto-determinação dos seus povos; a dignificação e a emancipação das mulheres, com a concessão dos mesmos direitos políticos e sindicais; a instauração da democracia.

Os manifestos expunham-nas: “QUE ACABE A REPRESSÃO!”; “QUE ACABEM AS PRISÕES E PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS!”; “AMNISTIA E LIBERTAÇÃO DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!”; “NAS PRISÕES FASCISTAS ESTÃO [ENCERRADOS IRMÃOS E IRMÃS NOSSOS], [em alguns casos há largos anos], CUJO “CRIME” É DESEJAREM PÃO PARA OS NOSSOS FILHOS E PAZ PARA A NOSSA PÁTRIA!”; “homens, mulheres e jovens”, como “MARIA ÂNGELA VIDAL, NATÁLIA DAVID, MARIA LUÍSA COSTA DIAS, ALBINA FERNANDES, MARIA DA PIEDADE GOMES, CÂNDIDA VENTURA, [JOAQUIM] PIRES JORGE,

OCTÁVIO PATO, AMÉRICO DE SOUSA, CARLOS COSTA, ORLANDO RAMOS, MANUEL SERRAS, CAPITÃO [JOÃO] VARELA GOMES”, submetidos pela PIDE a “torturas horríveis”, pela simples razão de quererem o “bem-estar do nosso povo”; patriotas cujas vidas é urgente salvarmos; LIBERDADE PARA [OS NOSSOS IRMÃOS E IRMÃS ENCERRADOS] NAS PRISÕES!”; “SALVEMOS AS [SUAS] VIDAS!”; “NÃO CONSINTAMOS QUE A PIDE COMETA MAIS CRIMES [como o que vitimou José Dias Coelho]; [exijamos] um inquérito e a punição dos responsáveis!”; “REGRESSO DOS PROFESSORES AFASTADOS POR MOTIVOS POLÍTICOS, como o DR. RUY LUIZ GOMES”; “QUE SE AUMENTEM OS SALÁRIOS”; “QUE SE TRAVE A CARESTIA DA VIDA”; “QUE SE ANULE O IMPOSTO DE CONSUMO”; “QUE SE REVERTA A SUBIDA DO PREÇO DA ÁGUA, bem de primeiríssima necessidade”; “a vida para nós é cada vez mais pesada; o nível de vida exige de nós cada vez mais duros sacrifícios, e é sobre nós, [mulheres], que caem os encargos familiares”; “QUE TERMINE A GUERRA EM ANGOLA”, “QUE REGRESSEM OS NOSSOS FILHOS, MARIDOS, IRMÃOS E NOIVOS”; “QUEREMOS PAZ”; “Os [nossos] filhos não são para matar! [Ao defendermos] a paz, [defendemos] a[s] sua[s] vida[s]!”; “independência [das colónias e auto-determinação] dos povos coloniais, nossos aliados (...) na luta contra o terrorismo salazarista”; “estamos perante uma guerra colonial considerada insustentável por todo o Mundo e contra a qual se levantam já acusações na própria Assembleia Nacional de Salazar, situação que, a persistir, fará ‘mergulhar o País na maior tragédia da sua história’, como o afirmou o Deputado Dr. Vítor Barros no lúcido discurso pronunciado naquela Assembleia”; DIGNIFICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES”; “8 de Março é o dia [internacional] da mulher”, “o [nosso] dia”; “em Portugal, [as mulheres não têm] direitos, [vivem subjugadas], e [nós bem o sentimos] na própria carne”; “uma orgânica social retrógrada [mantém-nos] numa situação de desigualdade imerecida e muitas vezes ofensiva”; “por isso, façamos do 8 de Março um dia de luta pelos nossos direitos”; Catarina Eufémia, Maria Machado, Maria Fernanda Tomás, Maria Ângela Vidal, Alda Nogueira, Natália David, Ivone Lourenço, Aida Magro, Maria Luísa Costa Dias, Albina Fernandes, Maria da Piedade Gomes, mulheres que têm tomado “posições decisivas” contra o regime de opressão em que estamos, ao longo dos anos, exemplos de “perseverança, coragem e dedicação”, “apontam-nos o caminho na luta até à vitória final”; que acabe o fascismo e todo o seu “cortejo de misérias e injustiças”; “QUE SEJA RESTABELECIDO A DEMOCRACIA EM PORTUGAL” (FDIM, DP, GES).

O manifesto assinado pelo Sector Intelectual do Porto do Partido Comunista Português era especialmente contundente: “ao fim de 35 anos de poder descricionário (sic), com os cofres da nação às suas ordens, que ‘obra’ nos deixa o chamado Estado Novo?” – a tirania, “a miséria, a guerra, o descrédito internacional”, “a [hipoteca da] própria independência nacional”; “Portugal está transformado num imenso campo de concentração, [onde] o terror policial é a lei!”; “as prisões estão cheias dos [seus] melhores filhos, sujeitos às torturas e [aos] espancamentos da sinistra PIDE, que mata a tiro, nas ruas de Lisboa, dirigentes democráticos”; para o exílio partiram “alguns dos maiores [resistentes anti-fascistas e representantes] da nossa Cultura”; “[o Povo português] dispensa a ‘honra’ de ser, nas estatísticas internacionais, o ‘paraíso’ da mortalidade infantil, [da] sífilis, [da] tuberculose e [do] analfabetismo!”; “o Povo português rejeita a honra de ocupar o 2º lugar” em despesas militares, “logo a seguir aos Estados Unidos e à frente da Inglaterra, [de] França e [da] Alemanha Ocidental”, relativamente ao orçamento anual bruto, “e de morrer heroicamente na Índia e em África”; “o megalómano de S. Bento, ao ordenar ao governador [Manuel António] Vassalo e Silva que não houvesse feridos nem prisioneiros ‘mas só mortos ou vencedores’, tirou definitivamente a máscara de coveiro da Nação”; “oito anos depois de Salazar [ter processado e ordenado a prisão do Professor Rui Luís Gomes e dos seus companheiros], que lúcida e corajosamente apontavam o caminho da auto-determinação para os Povos de Goa, Damão e Diu como o único que salvaguardaria os interesses e aspirações daqueles Povos e do Povo português, os homens e [as] mulheres de Portugal viram horrorizados a que tragédias o tirano e a sua camarilha os pretendem conduzir”; o Povo português, que “sempre soube lutar pela sua independência”, “rejeita a ‘glória’ de ser expoliador (sic) e carrasco de outros povos”; “o Povo português deseja (...) a amizade e [a] fraternidade dos povos coloniais, a exemplo das que mantém com o Brasil, sua antiga colónia”; “o Povo português dispensa o ‘luxo’ de ver o nome de Portugal enxovalhado pela boca do Vasco Garin e quejandos, nas Assembleias institucionais – antes se prepara ansiosamente para merecer [o] respeito de todas as nações do mundo”; “aqueles que, pelo terror, negam ao povo português”, historicamente soberano, “os seus direitos e [as suas] liberdades fundamentais” percorrem o “caminho da ilegalidade e da traição nacional”; “a fraude (...) eleitoral [é um crime] contra a Nação”; “a violação da Constituição, que no art.º 8 confere a todos os portugueses as ‘liberdades de expressão de pensamento, de associação e de reunião’, é um crime de alta-traição” (GES).

Nos seus relatórios, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, baseando-se nos panfletos dos organizadores que tinha em sua posse na delegação da PIDE do Porto, disse que na manifestação “seria reclamada a amnistia para os presos políticos, paz em Angola, etc.” (1.027-S.R.; 18/62-S.C., FDIM).

Nos jornais portugueses legais não se escreveu nada a propósito das motivações dos organizadores, tendo-se reduzido a manifestação a “uma tentativa de desordeiros”, do “*chamado Partido Comunista Português*”, de perturbar “a ordem e o sossego” e desestabilizar “o bom povo do Porto” (*Diário da Manhã*, HML), a uma tentativa de “indivíduos que actuam na clandestinidade” de fomentar “a desunião e a intranquilidade” e incomodar cidadãos “pacíficos” (*O Século*, HML), e mencionado a exibição de “um letreiro”, a emissão de “slogans” (*O Século*, HML), “frases” (*Diário de Notícias*, HML) e “gritos subversivos” (*Diário da Manhã*, HML) e “[a entoação], a meia-voz, [de] algumas estrofes do hino nacional” (*O Século*, HML), “a ‘Portuguesa’” (*O Comércio do Porto*, HML), com a qual a manifestação “irrompeu” (*Jornal de Notícias*, HML), fora de contexto, ou nem sequer tendo feito isso (*Novidades*, HML; *Diário Popular*, HML; *O Primeiro de Janeiro*, DP). Até se foi mais longe e escreveu que os responsáveis pela manifestação, que não passavam de “elementos apostados em [gerar] tumultos, especulando com (...) a sensibilidade e [a] ingenuidade de gente humilde”, não “[desistiam]”: “[promoviam os incidentes] e faziam prender (...) uns quantos agentes, propositadamente provocadores, e depois [faziam manifestações espontâneas] para [reclamar] a libertação das ‘vítimas da tirania’”. Comentou-se, em tom mordaz, que “a táctica [era] velha mas eles não [sabiam] variar de processos” (*A Voz*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos já se escreveu a propósito das motivações dos organizadores, tendo-se explicado que “[desde a] grande jornada do 31 de Janeiro o povo do Porto [vinha demonstrando] a mais firme vontade de lutar contra o regime que [oprimia o] País”, o que conduziu à realização da manifestação do 8 de Março, na qual se ostentaram “dísticos com as reivindicações fundamentais” de “AMNISTIA! [PAZ EM ANGOLA!] (...), LIBERDADE!”, se deram “gritos” como “ABAIXO SALAZAR! FORA O FASCISMO!” e se cantou “o Hino Nacional a plenos pulmões” (*Avante!*, AC); que “em cartazes” e em voz alta os manifestantes clamaram “[Paz sim, Guerra não]” (*A Voz das Camaradas*, CC). Questionou-se ainda “porque teria sido possível esta colaboração das mulheres, se até há pouco [tempo] ainda parecia tão difícil trazê-las a manifestações de rua de carácter puramente político”, respondendo-se que isso se devia,

por um lado, “à situação excepcional que se [vivia] em Portugal, (...) empenhado numa guerra colonial destinada ao fracasso”, guerra que por si só tinha “esclarecido grande parte das mulheres no nosso país, com os seus sacrifícios, trazendo-lhes luto e a consciência da sua inutilidade”, e, por outro, “também e muito ao desenvolvimento que as massas trabalhadoras femininas [vinham] adquirindo na luta por melhores salários, contra o custo de vida e a exploração (...), lutas pelas suas reivindicações fundamentais e prementes que [tinham podido e poderiam] cada vez mais (...) educar e trazer as mulheres à luta política” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros também: clarificou-se que houve uma nova manifestação “da oposição” (*Le Monde*, FDIM), “anti-governo” (sic) (*O Jornal* e *Última Hora*, FDIM), “contra Salazar” (*L’Humanité* e *Luta Democrática*, FDIM) e “a sua política” (*Diário de Notícias*, FDIM), no Porto, a segunda “desde o princípio do ano” em que a população expressou “assim abertamente a sua hostilidade ao regime”, tendo a polícia intervindo na primeira para dispersar “uma multidão imensa que se [reuniu] para celebrar a República” (*L’Humanité*, FDIM), e que os manifestantes “exigiram (...) que se acabasse com a guerra em Angola e que as tropas” (*Luta Democrática*, FDIM) / os “soldados que [prestavam] serviço nos territórios ultramarinos” (*L’Humanité*, FDIM) regressassem e “protestaram contra a prisão de vários estudantes pelas forças de segurança” (*Le Monde*, FDIM) e “a carestia da vida, a fome, a falta do mais necessário” (*Luta Democrática*, FDIM), pela “diminuição do custo de vida” (*L’Humanité*, FDIM), contextualizando-se, assim, os cartazes onde se podia ler “[Paz sim; guerra, não]’ e ‘Portugal, sim; Salazar, não’, os gritos “‘Viva a Liberdade!’ e ‘Viva a Amnistia!’” (*Le Monde*, FDIM), o estribilho “fora Salazar” (*O Jornal* e *Última Hora*, FDIM) e o “hino nacional” (*L’Humanité*, FDIM).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro disse: “[Na Comissão Democrática de Mulheres] nós conversávamos, falávamos sobre todos os problemas. Particularmente nas datas mais memoráveis. Como o 8 de Março, por exemplo, que era proibido em Portugal. Fazíamos festas, organizávamos colóquios e debates sobre a situação das mulheres, das crianças, dos jovens. Sempre sob o olhar da PIDE, que lá entrava para as vigiar, para ver quem estava presente e o que dizia, por vezes interpelando-nos. Numa dessas ocasiões, decidimos sair à rua nesse 8 de Março. Porque, desde que a guerra colonial tinha eclodido, em 1961, as mulheres estavam a sofrer terrivelmente. Não mais do que os homens, mas de uma maneira particular. As mães e as irmãs sentiam muito quando os filhos e os irmãos lhes eram arrancados. Se a guerra ao longo dos treze anos foi sempre horrível, no início

foi tremenda. O clamor, a raiva, a dor das mulheres fazia-se ouvir. Entre outros momentos, quando os barcos saíam. Isso tocava-nos. Em 1962, já com um ano e pouco de guerra, muitos soldados que tinham partido, muito novos, sem experiência nenhuma, estavam a regressar, uns mortos e outros estropiados. Ninguém entendia a justiça daquela guerra. Então, nós achámos que devíamos levantar a voz, em solidariedade e em protesto, contra uma guerra injusta que nos estava a levar o que tínhamos de melhor: a juventude do nosso país. A principal [motivação] foi esta”.

Como se vê, no seu conjunto, as fontes utilizadas mostram que a motivação dos organizadores da manifestação era fazer as reivindicações elencadas. Porém, se umas fontes a enunciam explicitamente, outras não a enunciam de todo. Os panfletos expõem-na, por vezes de maneira muito contundente. Os jornais portugueses clandestinos e os jornais estrangeiros também a apresentam, em termos muito claros, contextualizando os cartazes e as faixas de pano que se viam e os gritos e o hino nacional que se ouviam, e revelando os conteúdos dos cartazes e das faixas, o que certamente tinha importância política para os manifestantes. Explicam que esta manifestação não era um evento isolado, mas vinha na sequência de manifestações anteriores, o que naquele contexto era muito relevante, pois demonstrava uma continuidade, e recorrência, do protesto, sinalizando a constância, e até o crescimento, de uma causa política contrária ao regime. Um dos jornais portugueses clandestinos (*A Voz das Camaradas*) pergunta-se “porque teria sido possível [a participação] das mulheres, se [pouco tempo antes era] tão difícil trazê-las a manifestações de rua” políticas, respondendo que isso se devia, primeiro, “à situação excepcional que se [vivia] em Portugal”, “empenhado numa guerra colonial” condenada, e que por si só tinha “esclarecido grande parte das mulheres” do país, e, segundo, “ao desenvolvimento que as massas trabalhadoras femininas [vinham] adquirindo na luta por melhores salários, contra o custo de vida e a exploração”, “lutas que [tinham podido e poderiam] cada vez mais (...) educar e trazer as mulheres à luta política”. Espelha, assim, dois aspectos importantes: a centralidade catalisadora da guerra colonial e a mobilização das mulheres no movimento da oposição, em espaço público. Maria José Ribeiro expressa igualmente a motivação dos organizadores, na primeira pessoa, destacando “o clamor, a raiva, a dor” causados às mulheres pela guerra colonial. Até os relatórios do sub-director da PIDE, baseando-se nos panfletos recolhidos pelos seus agentes ou enviados por informadores, mencionam que se reclamaria “amnistia para os presos políticos, paz em Angola, etc.” na manifestação. Contudo, os jornais

portugueses legais, na sua generalidade, quando não ignoram, voluntária ou involuntariamente, a motivação dos organizadores, diminuem a manifestação (que descrevem como uma “tentativa” de “indivíduos que actuam na clandestinidade” de perturbar “a ordem e o sossego”, ou fomentar “a desunião e a intranquilidade”, e incomodar “cidadãos pacíficos”, ou “desestabilizar o bom povo do Porto”) e desprovenha do seu contexto (ditadura fascista, guerra colonial, onda de protestos recentes). É revelador que, em contraste com os organizadores da manifestação e os seus apoiantes, os autores dos artigos destes jornais não apontem a guerra colonial como elemento crucial de mobilização social, considerando que, talvez por imposição do regime, não deixaram de disseminar informação manipulada após os acontecimentos de 1961 (Ramos 2014).

Com que objectivos?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se concluir que o objectivo geral dos organizadores era assinalar o dia internacional da mulher com uma manifestação no dia 8 de Março de 1962, pelas 18:30, na Praça da Liberdade, tanto para protestar contra o regime e a guerra e pelos direitos das mulheres como para consciencializar o máximo número de pessoas para as suas consequências, intensificando a revolta comum e convertendo-a numa luta mais forte e eficaz que eventualmente conduzisse à queda do regime e ao termo da guerra, e que os seus objectivos específicos eram abrir um estandarte, espalhar papéis com palavras de ordem e florir as campas de Herculana Carvalho e Emília Verdial.

Os manifestos apelavam às mulheres, aos homens, aos jovens, ao povo em geral: “no dia 8 de Março, DIA INTERNACIONAL DA MULHER, vamos todas fazer uma concentração na Praça da Liberdade às 18,30 horas”; “[compareçamos] com todas as pessoas de família e amigas”; “no dia 8 de Março, DIA INTERNACIONAL DA MULHER, vamos, com os homens a acompanhar-nos, à Praça da Liberdade às 18,30 horas”; “unidas como as Mulheres de todas as Organizações e Congressos Internacionais que lutam pela Democracia, pela Paz e pelo Progresso, vamos concentrar-nos às 18,30 horas do dia 8 de Março, na Praça da Liberdade”; “no dia 8 de março, [organizemos] dignas comemorações do DIA MUNDIAL DA MULHER, florindo as campas [de duas] mulheres que se distinguiram na luta contra o fascismo (...), D. Herculana de Carvalho [e] D. Emília Verdial”; “as nossas irmãs, mães e esposas vão concentrar-se no dia 8 de

Março, às 6 e meia da tarde, na Praça da Liberdade; com elas estaremos, ombro com ombro, a afirmar a vontade nacional”; “as nossas companheiras vão concentrar-se na Praça da Liberdade no dia 8 de Março de 1962; acompanhemo-las até lá; demos-lhes o nosso apoio mantendo-nos à sua volta; e, quando às 18,30 horas, as MULHERES DO PORTO, de gloriosas tradições, estiverem reunidas, que oiçam os nossos aplausos, que sintam a nossa simpatia, que [saibam] que não estão sós na luta que travam”; “que as mulheres do Porto sintam que os homens [entendem] os seus problemas, que são, afinal, os da Nação inteira”; “[respeitem e deixem] desfilar as mulheres do Porto, no dia 8 de Março, às 6 e meia da tarde, a partir da Praça da Liberdade”; “as nossas colegas concentrar-se-ão no dia 8 de Março pelas 18,30 horas na Praça da Liberdade; nesse dia e nessa hora acompanhemo-las mantendo-nos à sua volta; que elas sintam que não estão sós nas corajosas comemorações do DIA INTERNACIONAL DA MULHER, no Porto; que elas sintam que a sua luta é a nossa luta”; “[todos] de capa e batina, se for possível, no dia 8 de Março, às 18,30 horas, na Praça da Liberdade!”; “é o DIA INTERNACIONAL DA MULHER, comemorado também corajosamente pelas nossas colegas”; “no dia 8 de Março, às 6 e meia da tarde, acompanhemos as nossas colegas à concentração da Praça da Liberdade!; manifestemos-lhes a nossa confiança inabalável na luta comum”; “[no próximo dia 8 de Março], vamos todos em massa à manifestação (...) na PRAÇA DA LIBERDADE às 18,30h”, “mostrando o nosso descontentamento” e “apoiando as mulheres do Porto na sua luta”; “OS ANSEIOS DAS MULHERES DO PORTO SÃO OS ANSEIOS DE TODO O POVO PORTUGUÊS”; “NO DIA 8 DE MARÇO, DIA MUNDIAL DA MULHER, RECORDEMOS AS GRANDIOSAS FIGURAS DE D. HERCULANA DE CARVALHO E DE D. EMÍLIA VERDIAL, MÃES ESTREMOSAS (sic) DE VALOROSOS E QUERIDOS FILHOS DO PORTO, [FLORINDO] AS SUAS CAMPAS!”; “como no passado dia 31 de Janeiro, façamos desta concentração mais uma jornada de luta contra o fascismo” (FDIM, DP, GES).

Num relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, informou que “no próximo dia 8 do corrente se [faria] na Praça da Liberdade uma concentração, principalmente de mulheres, e nesse mesmo dia se [iriam] florir as campas de D. Herculana de Carvalho e D. Emília Verdial, mães respectivamente dos dirigentes comunistas Guilherme da Costa Carvalho e Henrique Nuno Verdial” (969-S.R., FDIM).

Noutro relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, comunicou que os promotores da manifestação fizeram “uma solicitação às mulheres para que naquela

data se reunissem na Praça da Liberdade” e “proclamassem como símbolos democráticos da mulher portuguesa as falecidas D. Herculana de Carvalho e [D.] Emília Verdial”, juncando as suas campas de flores (1.027-S.R., FDIM).

Em mais um relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, informou que “no dia 8 de Março corrente, data designada por ‘Dia Mundial da Mulher’, procuraram os agitadores que certamente promoveram [antes] as manifestações do ‘31 de Janeiro’, na cidade do Porto, assinalar tal data com mais uma manifestação de rua e escolheram de novo a cidade do Porto”, tendo feito “uma solicitação às mulheres para que naquele dia se reunissem na Praça da Liberdade”, onde seriam “[proclamadas] como símbolos democráticos da mulher portuguesa as falecidas Herculana de Carvalho e Emília Verdial”, cujas campas se cobririam de flores (18/62-S.C., FDIM).

Noutro relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, comunicou que a manifestação, “seria levada a efeito no dia 8 de Março corrente, data do que chamam ‘Dia Mundial da Mulher’” (20/62-S.C., FDIM).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se que “um grupo de mulheres *pretendeu concentrar-se* na Praça da Liberdade, a fim de comemorar o Dia Mundial da Mulher” (*Novidades*, HML); “o chamado Partido Comunista Português *pretendeu*, à semelhança do que acontecera no dia 31 de Janeiro último, organizar hoje, ao fim da tarde, *aquilo que apelidou de grandiosa manifestação* das mulheres democratas do Porto (...) [na] Praça da Liberdade” (*Diário da Manhã*, HML); “um grupo de mulheres *pretendeu*, ontem, **concentrar-se**, na Praça da Liberdade, ao fim da tarde, a fim de comemorar o Dia Mundial da Mulher” (*O Comércio do Porto*, HML); “teve *pretexto* na comemoração do Dia Mundial da Mulher a **concentração pública** que ontem à tarde se *esboçou* nesta cidade” (*Diário Popular*, HML); “o dia de ontem, *consagrado internacionalmente à mulher*, foi *aproveitado* no Porto para uma **manifestação pública**, efectuada cerca das 19 horas, no centro da cidade” (*Jornal de Notícias*, HML); “[as] mulheres portuenses [se **concentraram**], ontem, dia 8, às 18 e 30, na Praça da Liberdade” (*O Século*, HML); “[as] mulheres [se **manifestaram**] publicamente na Praça da Liberdade” (*Diário de Notícias*, HML); “a aglomeração na Praça da Liberdade e Avenida dos Aliados [começou] a ter um *aspecto de concentração*” (*O Primeiro de Janeiro*, DP); “as mulheres do Porto [se **manifestaram**] em 8 de Março, das 20 para as 20 e meia, na Praça da Liberdade” (*A Voz*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se que “*pela primeira vez* no nosso país se lançou a palavra de ordem de fazer uma **manifestação de massas** na rua para comemorar o 8 de Março, [Jornada Internacional da Mulher]” (*Avante!*, AC); “*pela primeira vez* na história do movimento democrático das mulheres portuguesas, o Dia Internacional da Mulher, que na maioria dos países há muito [é] festejado, [o foi] também em Portugal” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros escreveu-se: “nova **manifestação** no Porto” (*L’Humanité*, FDIM); “**manifestação** que se realizou quinta-feira, à tarde, no Porto (...) na Praça da Liberdade” (*Le Monde*, FDIM); “[as] pessoas (...) promoveram [uma] **manifestação** (...) hoje à noite” (*O Jornal, Última Hora*, FDIM); “notícias vindas da cidade do Pôrto (sic) (...) dizem-nos de uma **manifestação** havida nas ruas” (*Luta Democrática*, FDIM); “foi organizada” uma **manifestação** “em plena ‘Praça da Liberdade’ do Pôrto (sic)” (*Diário de Notícias*, FDIM).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro disse: “combinámos convidar as pessoas a dirigirem-se à Praça da Liberdade no dia 8 de Março por volta das 18:00. Não foi por acaso que se indicou esse local e essa hora. Na época, quando havia algum protesto, normalmente era tudo convocado para aquela zona, da Praça da Liberdade e da Avenida dos Aliados, que tinha muitas paragens de eléctricos, de preferência ao fim da tarde, altura em que estava cheia, porque as pessoas chegavam do trabalho e se juntavam ali para apanhar o transporte de volta para casa. Depois de haver gente suficiente, e no momento certo, a partir de um sinal qualquer, como um grito à liberdade, as manifestações iniciavam-se. No grupo, decidimos que, além de uns papelinhos com as palavras de ordem, devíamos ter um estandarte, e que, ao abri-lo, iniciáramos a manifestação e lançaríamos os papelinhos. Assim foi. Eu fiquei encarregue de receber uns papelinhos, porque tinha um amigo que os policopiava. Eram para entregar a uma rapariga, uma jovem estudante, que os devia distribuir ou atirar. Contudo, chegou a hora que marcámos e ela, por alguma razão, não apareceu, e eu vi-me com o saco cheio de papéis. Pensei: ‘isto deu tanto trabalho, corresponde a tanto risco, não pode ir para o lixo’. E resolvi ser eu a levá-los. Quando Salazar dizia ‘para Angola, rapidamente e em força’ não era fácil dar-se uma opinião, quanto mais ir para a rua. Sabíamos que estávamos a ousar enfrentar um poder que não era meigo. Mas tínhamos de fazer alguma coisa. Pela libertação dos presos políticos, pelo fim da guerra e pelo regresso dos nossos jovens, pela emancipação das mulheres. E o ambiente que se vivia desde a candidatura de Humberto Delgado às

eleições, em 1958, dava-nos coragem. A extraordinária afluência aos comícios e, mais tarde, às manifestações e às greves de protesto contra a fraude eleitoral enchiam-nos de esperança de que era daquela vez que o regime caía”.

Como se vê, no seu conjunto, as fontes identificam o objectivo geral e os objectivos específicos dos organizadores da manifestação, que agregavam três preocupações maiores da oposição: a da natureza do regime, a do problema colonial (consideravelmente amplificado pelo início das hostilidades em Angola) e a da situação das mulheres. Porém, não os encaram todas da mesma maneira. Os panfletos, quase sempre assinados pelas mulheres mas às vezes também pelos homens, apelavam às outras mulheres, aos outros homens, ao povo em geral que participasse na manifestação do dia internacional da mulher na data, na hora e no local definidos, levando família e amigos, e aos agentes “honrados” da PSP e da GNR que as deixassem manifestar-se; explanavam o seu significado e salientavam a sua importância. De um lado, as mulheres e as raparigas diziam às restantes que seriam acompanhadas pelos homens e pelos rapazes. Do outro, os homens e os rapazes pediam aos restantes que acompanhassem as mulheres e as raparigas, apoiando-as, mostrando-lhes que não estavam sozinhas e que a luta delas era a de todos eles. Os panfletos incentivavam ainda toda a gente a colocar flores nos jazigos de Herculana Carvalho e Emília Verdial, descritas como “mulheres que se distinguiram na luta contra o fascismo”, “mães extremosas de valorosos e queridos filhos do Porto”. Em conformidade, os relatórios do sub-director da PIDE comunicavam que no dia 8 de Março se faria na Praça da Liberdade uma manifestação “principalmente de mulheres” e se iriam “florir as campas” de Herculana Carvalho e Emília Verdial, descritas como “mães respectivamente dos dirigentes comunistas Guilherme da Costa Carvalho e Henrique Nuno Verdial” (o que demonstra que a PIDE as conhecia). Porém, não reconheciam o dia, apelidando-o de “data do que chamam ‘Dia Mundial da Mulher’”, e desvalorizavam a “comemoração”. Os jornais portugueses, legais e clandestinos, e estrangeiros também falam todos da manifestação. No entanto, não falam da colocação de flores nos jazigos de Herculana Carvalho e Emília Verdial. Além disso, os jornais portugueses legais ignoram ou desprezam o facto de a manifestação ter acontecido no dia internacional da mulher (*Diário Popular*: “teve *pretexto* na comemoração do Dia Mundial da Mulher a concentração pública [de] ontem”), embora na maior parte dos casos mencionem a presença e mesmo a centralidade das mulheres, com a relevante excepção do *Jornal de Notícias*, que relata que o dia “internacionalmente consagrado à mulher” foi

“aproveitado” para uma manifestação. Assim, esvaziavam-na de parte do seu simbolismo ou do seu sentido, que juntava a exigência de uma nova condição social e cultural para a mulher à exigência do reconhecimento do seu papel político, contrário à ideologia do regime. Em contrapartida, naturalmente, os jornais portugueses clandestinos não só referem que a manifestação ocorreu na “jornada internacional da mulher” como frisam que 8 de Março de 1962 foi a primeira vez que essa data foi “celebrada” nas ruas em Portugal. Já os jornais estrangeiros, de modo um tanto surpreendente, também não registam a efeméride, parecendo encará-la como apenas mais uma manifestação da oposição, focada nas suas habituais causas gerais (luta contra a ditadura fascista e a guerra colonial), questões nas quais Andreia Friaças (2020) reparou. Maria José Ribeiro acentua que “não foi por acaso” que se estabeleceu a Praça da Liberdade e as 18:30, mas porque, “na época, quando havia algum protesto, normalmente era tudo convocado para aquela zona”, que tinha “muitas paragens de eléctricos”, “de preferência ao fim da tarde, altura em que estava cheia, porque as pessoas chegavam do trabalho e se juntavam ali para apanhar o transporte de volta para casa” (como em muitos outros casos, o cálculo do efeito público do protesto era fundamental). Recorda igualmente que o grupo a que pertencia decidiu erguer um estandarte e entregar papéis com as palavras de ordem, tendo Maria José Ribeiro ficado encarregue de receber alguns deles.

Como a planeou ou preparou?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se concluir que os organizadores prepararam a manifestação essencialmente através da distribuição de panfletos a convocar as mulheres, os homens, os jovens, o povo em geral.

Num relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, informou que “circularam alguns [panfletos] preconizando que no próximo dia 8 do corrente se [faria] na Praça da Liberdade uma concentração, principalmente de mulheres, e nesse mesmo dia se [iriam] florir as campas de D. Herculana de Carvalho e D. Emília Verdial, mães respectivamente dos dirigentes comunistas Guilherme da Costa Carvalho e Henrique Nuno Verdial” (969-S.R., FDIM).

Noutros dois relatórios, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, comunicou que “começaram a circular em fins de Fevereiro último” / “em 24 de Fevereiro findo” os

primeiros “panfletos clandestinos lançando a ideia e preparando o ambiente para tal fim” (1.027-S.R.; 18/62-S.C., FDIM).

Em mais um relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, informou que a manifestação, “segundo havia sido anunciado através de panfletos clandestinos, seria levada a efeito no dia 8 de Março corrente, data do que chamam ‘Dia Mundial da Mulher’” (20/62-S.C., FDIM).

Noutro relatório já citado, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, comunicou que esses panfletos, “em pequenas quantidades e pouco difundidos”, foram aparecendo, “normalmente aglomerados num [ou noutro local menos concorrido] e não espalhados em [áreas largas]”, “mais deitados para a rua do que espalhados [pela rua]”, tendo sido recolhidos por agentes da PSP ou enviados à delegação por informadores. Comentou também que a quantidade de panfletos respeitantes à manifestação de 8 de Março era bastante inferior à de panfletos respeitantes à manifestação de 31 de Janeiro, revelando que, enquanto no período anterior à manifestação de 8 de Março foram recebidos 322 panfletos, contidos em 16 participações, no período anterior à manifestação de 31 de Janeiro foram recebidos 1875 panfletos, contidos em 60 participações, e sugerindo que essa diferença era “francamente elucidativa” quanto à “intensidade da preparação de cada uma das manifestações”. Referiu por fim que o serviço de informação e de vigilância indicava que a “projectada manifestação” não “encontrava ambiente nem quem nela estivesse disposto a participar” e antecipava que ela “fracassaria inteiramente”, o que, segundo o sub-director, se confirmou “no próprio dia”, “até à hora designada” (1.027-S.R., FDIM).

Num relatório, o comandante da PSP, António dos Santos Júnior, comentou que “à semelhança do que [tinha sido] feito no período que antecedeu o dia 31 de Janeiro, [tinham] sido, nos últimos dias, espalhados, com certa intensidade, durante a noite e clandestinamente, panfletos em que [era] convidada e incitada a população da cidade a reunir-se [no dia seguinte] na Praça da Liberdade a fim de realizar uma manifestação subversiva de perturbação da ordem” (DP).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se que “[se distribuíram] panfletos (...) [e se assentou] que a Praça da Liberdade seria o local escolhido para servir de palco ao ‘grande’ acontecimento” (*Diário da Manhã*, HML); “foram distribuídos pela cidade muitos manifestos a convidar a população feminina a participar na manifestação” (*O*

Comércio do Porto, HML); “elementos subversivos haviam convidado nos últimos dias as mulheres portuenses, por meio de manifestos hostis ao Governo distribuídos em estabelecimentos de ensino e locais de trabalho, [a aparecer na concentração]” (*Diário Popular*, HML); “há alguns dias elementos subversivos espalharam pela cidade manifestos de propaganda hostil ao Governo convidando as mulheres portuenses a concentrarem-se, ontem, dia 8, às 18 e 30, na Praça da Liberdade” e “esses manifestos foram distribuídos em larga escala nos estabelecimentos de ensino e locais de trabalho” (*O Século*, HML); “nesta cidade foram durante o dia de hoje distribuídos panfletos convidando as mulheres a manifestarem-se publicamente na Praça da Liberdade” (*Diário de Notícias*, HML); “nos últimos dois dias e em especial na tarde de ontem, começaram a ser distribuídos largamente e afixados nas paredes ‘papéis’, escritos à máquina”, e “neles se convidavam as mulheres do Porto a manifestar-se em 8 de Março, das 20 para às 20 e meia, na Praça da Liberdade” (*A Voz*, DP), ou não se escreveu nada a propósito da preparação da manifestação (*Novidades e Jornal de Notícias*, HML; *O Primeiro de Janeiro*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se que “em documentos dirigidos às mulheres, aos trabalhadores, aos jovens, aos intelectuais, aos militares e mesmo às forças repressivas, o [Partido Comunista] e outras forças democráticas exortaram [à] manifestação” (*Avante!*, AC), ou não se escreveu nada a propósito da preparação da manifestação (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros escreveu-se que “[a manifestação] fora preparada com uma distribuição de panfletos” (*L’Humanité*, FDIM); “tinham sido distribuídos panfletos na cidade a convidar a população a manifestar-se” (*Le Monde*, FDIM); “a manifestação (...) começou após a distribuição de impressos através da cidade” (*O Jornal e Última Hora*, FDIM), ou não se escreveu nada a propósito da preparação da manifestação (*Luta Democrática e Diário de Notícias*, FDIM).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro disse: “fizemos muita mobilização. Não só das mulheres, também de outras franjas da população, como os estudantes, os trabalhadores, todas as pessoas que sentiam que era legítima a nossa indignação. Para isso, usámos sobretudo manifestos, comunicados, papelinhos dos mais diversos tamanhos

e conteúdos²⁸, onde explicámos porque é que naquele ano queríamos assinalar o 8 de Março na rua. [A guerra] era um assunto proibido. Nós sabíamos que estávamos a correr um risco muito grande. Portanto, quanto melhor fosse feita a mobilização, quanto mais pessoas atraísse, mais garantias teríamos de que a repressão que se abateria sobre nós não seria tão violenta. Eu participei em alguns grupos de distribuição. Obviamente, nós não podíamos entregar os papéis às pessoas em mãos, pelo que desenvolvíamos várias estratégias²⁹ para os distribuir. Deixávamo-los nas caixas do correio (e aí corríamos mais perigos, mas tentávamos ir à noite, quando as pessoas estavam dentro de casa), nas fábricas, nas empresas. E nas faculdades, nos liceus. Nos mercados, mesmo nas ruas. Projectávamo-los com foguetes de São João, ou bombas que púnhamos nos caixotes do lixo. Atirávamo-los de varandas. Em vários pontos da cidade. Esforçávamo-nos por chamar a atenção e despertar a curiosidade das pessoas, para que elas olhassem, se baixassem e os apanhassem, comentassem umas com as outras...”.

Como se vê, as fontes sugerem que os organizadores prepararam a manifestação através da distribuição de panfletos. Porém, não a avaliam todas da mesma maneira. Os relatórios do sub-director da PIDE dão conta da distribuição de panfletos, “lançando a ideia e preparando o ambiente”, a partir do final de Fevereiro. Porém, acentuam que eles eram “clandestinos” e foram “pouco difundidos”, pois apareceram “em pequenas quantidades”, “normalmente aglomerados num [ou outro local menos concorrido] e não [espalhados] em [áreas largas], “mais deitados para a rua do que [distribuídos pela rua]”, tendo sido recolhidos por agentes da PSP ou enviados por informadores. Enfatizam que a quantidade de panfletos respeitantes à manifestação de 8 de Março era bastante inferior à de panfletos respeitantes à manifestação de 31 de Janeiro, observando que essa diferença era “francamente elucidativa” quanto à “intensidade de preparação de cada uma das manifestações”. Ou seja, questionam o seu alcance. Dizem, inclusive, que o serviço de informação e vigilância projectava que a manifestação não “encontrava ambiente nem quem nela estivesse disposto a participar” e antecipava que ela “fracassaria inteiramente”, o que, segundo o sub-director da PIDE, se confirmou “no próprio dia”, “até à hora designada”. Um relatório do comandante da PSP comenta igualmente que “nos últimos dias” tinham sido “espalhados” panfletos em que era “convidada e incitada a população

²⁸ “Milhares, milhares, milhares”, mediante as declarações de Maria José Ribeiro para a reportagem de Ana Luísa Rodrigues: “Quando o Estado Novo reprimia as manifestações do Dia da Mulher”, *RTP*, 2022. https://www.rtp.pt/noticias/pais/quando-o-estado-novo-reprimia-as-manifestacoes-do-dia-da-mulher_v1389960

²⁹ Distribuídos das “formas mais incríveis”, nas palavras da entrevistada para o mesmo trabalho jornalístico.

da cidade a reunir-se [no dia seguinte] na Praça da Liberdade a fim de realizar uma manifestação”. Destaca, mais uma vez, que eles foram distribuídos “durante a noite e clandestinamente”. Contudo, ao contrário dos relatórios do sub-director da PIDE, revela que essa distribuição ocorreu “com certa intensidade”. Os jornais portugueses legais reportam também que foram distribuídos panfletos pela cidade “convidando a população feminina a participar na manifestação”. Alguns salientam que os panfletos eram “hostis ao Governo” e foram difundidos “em estabelecimentos de ensino e locais de trabalho”. Umas quantas vezes mencionam uma distribuição “em larga escala”. Um jornal português clandestino (*Avante!*) informa que se exortou à manifestação “em documentos” dirigidos “às mulheres, aos trabalhadores, aos jovens, aos intelectuais, aos militares e mesmo às forças repressivas”, não os contabilizando. Os jornais estrangeiros relatam que a manifestação foi preparada “com uma distribuição de panfletos” a convidar a população a manifestar-se, não calculando o seu número. Maria José Ribeiro comprova a distribuição de panfletos, “às mulheres” e “a outras franjas da população”, “como os estudantes, os trabalhadores”, com recurso às mais variadas estratégias. Nota que os panfletos tinham os mais “diversos tamanhos e conteúdos” e explicavam porque é que os organizadores da manifestação naquele ano queriam “assinalar o 8 de Março na rua”. Sublinha ainda que ela e as restantes mulheres do grupo que integrava tentaram fazer a maior e a melhor mobilização possível, porque sabiam que estavam “a correr um risco muito grande” e que, quanto mais pessoas mobilizassem, mais garantias teriam de que a repressão que se abateria sobre todos não seria “tão violenta”.

Concretização

Como a concretizou?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se concluir que os manifestantes não só conseguiram atingir como, de certa forma, até conseguiram superar o seu objectivo geral e os seus objectivos específicos: além de assinalarem o dia internacional da mulher com uma manifestação na Praça da Liberdade em que protestaram contra o regime e a guerra e pelos direitos das mulheres, abriram um estandarte, espalharam papéis com palavras de ordem e floriram as campas de Herculana Carvalho e Emília Verdial, gritaram várias frases de teor revolucionário, cantaram o hino

nacional e subiram até meio da Rua 31 de Janeiro, só aí tendo sido dispersos pela PSP, que nesse momento chegou.

Num relatório-manifesto, a DORN escreveu que “o Dia Internacional da Mulher [naquele ano foi] assinalado (...) com uma concentração às 18,30h, na Praça da Liberdade, seguida de uma manifestação às 19h, rua 31 de Janeiro acima”, tendo a manifestação decorrido com “gritos de ‘Paz em Angola’ [e] ‘Abaixo a PIDE’” e “faixas de pano branco” com as palavras de ordem “Paz em Angola”, “Baixa do custo de vida”, “Paz, Pão e Liberdade”, “Amnistia para os Presos Políticos” no fundo e sido interrompida quando “as mulheres, os jovens e os trabalhadores” começaram “subindo a rua 31 de Janeiro” e “as forças repressivas” os “cercaram” (GES).

Em dois outros relatórios, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, escreveu que o serviço de observação montado na Praça da Liberdade, na Avenida dos Aliados e nas artérias convergentes ao local “entrou em funcionamento a partir das 17,30 horas”, sendo “o trânsito e o ambiente” a essa hora “absolutamente normais”, iguais aos de “todos os dias”, e mantendo-se assim “até cerca das 18,50 horas”, instante em que se formou “um pequeno grupo” junto à estátua de D. Pedro IV; que as “dezenas de jovens” que constituíam o grupo deram “vivas à liberdade, à democracia”, gritaram “abaixo a PIDE”, soltaram “slogans académicos”, cantaram o “Hino Nacional” por volta das 19 horas, se movimentaram em volta da estátua empunhando “cartazes com os dísticos ‘Amnistia’” cerca das 19,10 horas e marcharam em direcção à Rua de Santo António cerca das 19,15 horas; que os manifestantes começaram a subir essa rua “empunhando outros cartazes com os dísticos, ‘Paz sim, guerra não’, ‘Democracia’, ‘Paz, pão e trabalho’”, até os guardas da PSP entrarem em contacto com eles cerca das 19,30 horas; e que “o ambiente podia considerar-se normal” cerca das 19,45 horas. Escreveu ainda que a “vigilância [aos jazigos] de D. Herculana de Carvalho [e] D. Emília Verdial” revelou que “não houve a menor concentração (...) de pessoas que (...) fossem prestar-lhes homenagem”, tendo apenas sido avistados o viúvo da primeira de manhã, um “pequeno grupo de sete mulheres” que colocou ramos de flores naturais em ambos os jazigos por volta das 11,30 horas e uma “mulher de meia idade” isolada que neles colocou ramos de violetas à tarde (1.027-S.R.; 18/62-S.C., FDIM).

Num relatório, o sub-inspector da PIDE (...) Monteiro escreveu: “até cerca das 18,45 horas, nada vi que me despertasse a atenção, sendo o trânsito e o número de pessoas circulando ou estacionando na área o vulgar de todos os dias àquela hora”; porém, nessa

altura, um grupo de manifestantes, rodeado de pessoas “em atitude de expectativa e curiosidade”, pôs-se a cantar o Hino Nacional, “no propósito evidente de atrair as atenções e conseguir reunir multidão”, tendo ocorrido, “claro está”, mais “algumas dezenas de pessoas”; entretanto, esse grupo começou a marchar em volta da estátua, “gritando frases que não percebi” e “exibindo uns cartazes de que apenas pude ler um maior, com o dístico ‘AMNISTIA’”, e a encaminhar-se para a Rua de Santo António, na qual, “decorridos aproximadamente 10 a 15 minutos, [reparei em] algumas correrias de pessoas fugindo, pelo que calculei que a PSP as tivesse finalmente dispersado” (FDIM).

Noutro relatório, o agente da PIDE Ezequiel Moreira Gomes escreveu: depois de andarem em torno da estátua de D. Pedro IV, “ao fundo da Avenida da Liberdade (sic)”, “com letreiros”, “dando ‘Vivas à Liberdade’” e “cantando ‘A Portuguesa’”, os manifestantes deslocaram-se “para os lados da Rua de Santo António”, tendo “já a meio” daquela rua, “cerca das 19,30 horas”, aparecido a P.S.P., a qual “destroçou o agrupamento de pessoas” (DP).

Num relatório, o agente da PIDE Joaquim Fernandes (?) escreveu: “às 14,40 horas, uma senhora de estatura alta, aparentando ter 50 a 55 anos de idade e para mim desconhecida, depositou na porta do jazigo [de D.] **HERCULANA [CARVALHO]** um ramo de violetas orlado de flores brancas [e manteve-se] cerca de 8 minutos de pé em frente do respectivo jazigo, em atitude de quem fazia alguma prece. [Em seguida, dirigiu-se] ao jazigo [de D. **EMÍLIA] VERDIAL**, onde depositou [também] um ramo de violetas [e junto ao qual se manteve] cerca de 5 minutos, após o que se retirou, abandonando o cemitério, pelas 15,15 horas. Além do relatado, nada mais houve digno de registo” (DP).

Num relatório, o agente da PIDE Octávio da Fonseca Sanches escreveu que “cerca das 18,00 horas”, verificou que “tudo estava normal”, mas, “às 19 horas”, notou que “se adensava (...) uma multidão”, a qual cantou o Hino Nacional e gritou “Amnistia! Amnistia! Portugal sim! Salazar não! Portugal sim! Salazar não!”, “dirigindo-se para a Rua de Santo António”, onde, “passados cerca de 20 minutos”, a PSP chegou, afastando “os amotinadores” e “estabelecendo a ordem” (DP).

Noutro relatório, o agente da PIDE (nome ilegível) escreveu: “por volta das 18,30 horas, [período] para que estava marcada a concentração na Praça da Liberdade, o movimento naquele local era o do costume; contudo, “pelas 19,00 horas notei que [se começaram] a juntar algumas pessoas (...) a dar vivas à liberdade”; estas, quando eu

regressei à Praça, após “ter ido fazer um telefonema para esta Delegação”, já levavam “um dístico onde se lia ‘AMNISTIA’” e cantavam “a Portuguesa”, e depois de andarem “alguns metros em redor da estátua”, “talvez porque a maioria das pessoas que se encontrava por ali não correspondesse ao ênfase (sic) dos seus vivas à liberdade, encaminharam-se para a Rua de Santo António, onde [só] chegaram até meio”; nesse momento, “uma grande força da PSP – talvez dois pelotões –” também chegou, não tendo tido necessidade de “recorrer à força” uma vez que, “pelo menos na parte baixa da cidade, já o movimento era normal” (DP).

Em mais um relatório, o agente da PIDE (nome ilegível) escreveu: “das 9,30 às 12,00” compareceu ao Cemitério do Prado do Repouso “um grupo de 7 mulheres, empunhando ramos de camélias vermelhas, [com] a mulher do Proença, única que conheci, [à frente]”; estas “dirigiram-se ao jazigo de Herculana de Carvalho, onde já se encontrava o [seu marido], Luís Alves de Carvalho, e depois de ali deixarem alguns ramos dirigiram-se [ao] jazigo de Emília Verdial, onde também deixaram algumas flores”; “por volta das 11,35”, “abandonaram o cemitério, sem que nada mais se tivesse passado de interesse para esta Polícia” (DP).

Noutro relatório, o agente da PIDE José Correia de Carvalhal (?) escreveu: “até cerca das 18,45, tudo decorreu com normalidade; contudo, a essas horas, começou a formar-se “à rectarguarda da estátua” que se encontra ao centro da Praça da Liberdade um grupo de manifestantes cada vez maior que, “por volta das 19 horas”, deu “‘vivas’ à LIBERDADE, à DEMOCRACIA, à AGRIPINA”, soltou “‘slogans’ académicos”, cantou “a PORTUGUESA”, gritou “ABAIXO A PIDE” e, em seguida, exibiu cartazes que diziam “PAZ SIM, GUERRA NÃO”, “DEMOCRACIA”, “PAZ, PÃO E TRABALHO”, marchando em direcção à Rua de Santo António, onde foi parado a meio por guardas da PSP que surgiram do fundo (DP).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se: “a partir das 18 e 30, começaram a concentrar-se junto da estátua de D. Pedro IV manifestantes (...) que a P.S.P. conseguiu dispersar rapidamente” (*Novidades*, HML); “cerca das 19 horas, algumas dezenas de indivíduos aglomeraram-se na placa central da Praça, junto à estátua equestre de D. Pedro IV, dando gritos subversivos”; “duas mulheres empunharam um letreiro”; “os agentes da P.S.P. (...) restabeleceram prontamente a ordem, dispersando os manifestantes” (*Diário da Manhã*, HML); “a partir das 18 horas e meia, começaram a concentrar-se, junto da estátua de D. Pedro IV, manifestantes” que, “por volta das 19 horas”, “começaram a

entoar a ‘Portuguesa’, após o que começaram a desfilar para a Rua de Santo António”; “a P.S.P. (...) dispersou os manifestantes quando estes subiam aquela movimentada artéria” (*O Comércio do Porto*, HML); “por volta das 18 e 30, com efeito, começaram a concentrar-se grupos de homens e mulheres na Praça da Liberdade, os quais se dirigiram depois para a rua de Santo António, onde as forças da P.S.P. os dispersaram” (*Diário Popular*, HML); “cerca das 19 horas, no centro da cidade” manifestantes “reuniram-se na Praça da Liberdade, em volta do monumento a D. Pedro IV”, enquanto mais gente se detinha “nos outros passeios”; depois de cantarem o Hino Nacional, os manifestantes “seguiram (...) para a Rua de Santo António e subiram-na mais ou menos até meio – (...) altura em que, ao cimo, apareceu um piquete da P.S.P. a dispersá-los” (*Jornal de Notícias*, HML); “à hora de maior movimento na cidade, (...) grupos indistintos de homens e algumas mulheres começaram a juntar-se ao longo do passeio onde está situado o edifício do Banco de Portugal, e em redor da Praça da Liberdade, entoando, a meia-voz, algumas estrofes do hino nacional”; “perante o acontecimento, pessoas que nada tinham com os manifestantes aproximaram-se e pararam para observar o que se passava, o que deu origem a que naquela praça se concentrassem” e, às 19 horas, a multidão engrossasse; os manifestantes passaram do hino nacional para vários “slogans” e “gritos”; “ao subirem a Rua de Santo António, as forças da P.S.P., em rápidos minutos, dispersaram os manifestantes” e, “pouco depois das 20 horas, a ordem estava restabelecida” (*O Século*, HML); “cerca das 19 horas, reuniram-se de facto ali várias dezenas de indivíduos e algumas mulheres, que gritaram frases subversivas”, mas “a Polícia interveio” e, “pouco depois das 20 horas”, “os manifestantes dispersaram” (*Diário de Notícias*, HML); “pouco depois das 18 horas, a parte baixa da cidade começou a movimentar-se de uma maneira fora do normal”, “como a aglomeração na Praça da Liberdade e Avenida dos Aliados começasse a ter um aspecto de concentração, a Polícia de Segurança Pública tomou as posições adequadas para dispersar os populares” (*O Primeiro de Janeiro*, DP); ontem à tarde “poucas mulheres se juntaram na Praça da Liberdade”; “a Polícia facilmente dispersou a manifestação” (*A Voz*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se: “pelas 18 e 30 começaram a juntar-se grupos na Praça da Liberdade. (...) A pouco e pouco as pessoas [aproximaram-se e constituíram] uma grande massa. [Raparigas e rapazes levantaram] largos dísticos com as reivindicações fundamentais da manifestação (AMNISTIA! PAZ, SIM; GUERRA, NÃO! VIVA A LIBERDADE!), cantaram o Hino Nacional a plenos pulmões

e gritaram [Amnistia! Paz! Liberdade!] ABAIXO SALAZAR! FORA O FASCISMO! [Da Praça da Liberdade as pessoas] dirigiram-se em entusiástica manifestação para a Rua 31 de Janeiro. [Porém, ao subirem a rua], as “‘companhias móveis’ da PSP, dirigidas pela PIDE”, carregaram sobre elas. “Refugiando-se (...) nas lojas que os comerciantes deixaram abertas para desse modo os proteger, os manifestantes [gritaram]: ‘Criminosos!’, ‘Assassinos!’” (*Avante!*, AC); “as ruas centrais do Porto encheram-se de mulheres, jovens e muitos trabalhadores que em cartazes e a plenos pulmões gritaram “Paz em Angola. Queremos Paz. Amnistia!” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros escreveu-se: “ontem à tarde, no centro do Porto” a manifestação desenrolou-se “aos gritos de ‘Portugal, sim, Salazar, não!’”, “repetidos em coro” e “interrompidos com o hino nacional” durante duas horas, após as quais “a polícia interveio (...) contra os manifestantes” na Rua de Santo António (*L’Humanité*, FDIM); “quinta-feira, à tarde, no Porto (...), os manifestantes reuniram-se na Praça da Liberdade gritando “Viva a Liberdade!” e “Viva a Amnistia!” e brandindo cartazes nos quais se podia ler “A Paz, sim; a guerra, não”, “Portugal, sim; Salazar, não”; “o serviço da ordem não interveio senão quando a multidão quis desfilar para a parte alta e comercial da cidade”; nesse momento, os polícias “carregaram” e a manifestação foi rapidamente dispersa” (*Le Monde*, FDIM); “hoje à noite”, “mais de trezentas pessoas – em sua maioria, mulheres – promoveram manifestação” durante duas horas, em que “[cantaram] o Hino Nacional de Portugal, [entoaram] em coro o estribilho “Portugal fora Salazar” e [exibiram] bandeirolas que diziam “paz”, “sem Salazar”, “evitem a guerra”, “baixem o custo da vida”, e “Portugal sim, Salazar não!”; os agentes da ordem dissolveram a manifestação quando [ela] chegou ao momento de desfilar” (*O Jornal e Última Hora*, FDIM); “cêrca (sic) de trezentas pessoas, na maioria, mulheres, [participaram] numa manifestação no Porto (*Luta Democrática*, FDIM); “foi organizada uma movimentada manifestação” em plena “‘Praça da Liberdade’ do Pôrto (sic)” (*Diário de Notícias*, FDIM).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro disse que “após a abertura do estandarte, as pessoas que estavam nas paragens dos eléctricos, e outras que foram surgindo das ruas laterais, começaram a encaminhar-se para o meio da Praça da Liberdade e a gritar as palavras de ordem (Abaixo a PIDE, Liberdade, etc.). Eu fui para o meio da multidão. O meu pai também estava lá, numa paragem, e quando se apercebeu de que a polícia se encontrava na praça em força, a observar os movimentos, tentou localizar-me. Quando

me localizou veio ter comigo e disse-me ‘filha, é melhor ires embora, isto está cheio de PIDE’. Eu respondi-lhe ‘tudo bem, mas não estejas aqui perto de mim, vai andando’. Só que ele funcionou como pai e deixou-se ficar. Não me largou mais. Percebeu que eu tinha qualquer coisa dentro do saco. Eram os papéis, que eu lancei. No meio daquilo, houve um indivíduo que se me dirigiu dizendo ‘menina, dê-me um papelinho daqueles, dê-me um papelinho’. Eu disfarcei, respondi-lhe ‘não sei do que está a falar’, e ele disse ‘então eu não vi a menina a atirar papelinhos?’, ao que eu respondi ‘eu? De onde é que o senhor foi tirar uma coisa dessas?’. Apercebi-me logo de que era uma provocação. O meu pai sussurrou-me ‘temos de sair daqui. Vamos subir a Rua 31 de Janeiro devagar. Está aqui tanta gente, as outras pessoas fazem o resto, não há necessidade de ficares aqui tão à vista’. Eu lá aceitei, e fui com ele o mais calma que podia, devagarinho. Íamos a subir a rua quando a polícia de choque começou a descer, a bater em toda a gente e a prender. Olhei para trás e vi que estávamos a ser seguidos por dois indivíduos com as características que os agentes da PIDE tinham. Chapéu, gabardine debaixo do braço, nada subtis. O meu pai disse ‘bem, já vimos que temos companhia. Espero que não haja nenhum problema, mas para qualquer efeito eu vou a uma consulta, e tu vais comigo’ (lembrou-se de que o consultório do médico que o acompanhava ficava na Rua de Santa Catarina e era o álibi perfeito)”.

Como se vê, as fontes utilizadas sugerem que os manifestantes atingiram o seu objectivo geral e os seus objectivos específicos e, em certo sentido, até os superaram. Porém, não reconhecem sempre esse êxito e, enquanto umas realçam os pontos fortes das suas acções, as outras realçam os seus pontos fracos. O relatório da DORN reconstitui o percurso que os manifestantes seguiram, as “faixas de pano branco” que ostentaram e os gritos que emitiram, desde a Praça da Liberdade até à Rua 31 de Janeiro, onde “as forças repressivas” os “cercaram”. Ou seja, foca-se naquilo que eles conseguiram fazer. Em contraste, os relatórios do sub-director da PIDE destacam que “o trânsito e o ambiente” na Praça da Liberdade se mantiveram “absolutamente normais”, iguais aos de todos os dias”, “até cerca das 18,50 horas”, por um lado, e que “não houve a menor concentração” de pessoas que fossem prestar homenagem a Herculana Carvalho e Emília Verdial, tendo apenas sido avistados o viúvo da primeira de manhã, “um pequeno grupo de sete mulheres” por volta das 11:30 horas e uma “mulher de meia idade” isolada à tarde, por outro. Isto é, concentram-se naquilo que eles supostamente não conseguiram fazer. O relatório de um sub-inspector da PIDE também salienta que “até cerca das 18,45 horas”

não viu nada que lhe “despertasse a atenção”, “sendo o número de pessoas circulando ou estacionando na área o vulgar de todos os dias àquela hora”. Diz que, só por essa altura, um grupo de manifestantes, rodeado de pessoas “em atitude de expectativa e curiosidade” se pôs a cantar o hino nacional, “no propósito evidente de atrair as atenções e conseguir reunir multidão”, tendo ocorrido, “claro está”, mais “algumas dezenas de pessoas”, desmerecendo, portanto, o ajuntamento; não o atribuindo à capacidade de mobilização dos manifestantes, mas antes à curiosidade dos transeuntes. O relatório de outro agente da PIDE frisa que, depois de os manifestantes andarem “alguns metros em redor da estátua”, “talvez porque a maioria das pessoas que se encontrava por ali não correspondesse ao ênfase (sic) dos seus vivas à liberdade, encaminharam-se para a Rua de Santo António, onde [só] chegaram até meio”. Mais uma vez, desvaloriza os avanços dos manifestantes e os seus efeitos públicos. Os jornais portugueses legais, de maneira geral, afirmam que a PSP conseguiu “dispersar rapidamente” os manifestantes e “restabelecer prontamente a ordem”, tirando, de novo, o *Jornal de Notícias*, que se limita a informar que a PSP os dispersou mais ou menos a meio da “Rua de Santo António”. Um deles (*O Século*), coincidentemente ou não na mesma linha dos relatórios da PIDE, menciona que os manifestantes começaram a juntar-se em redor da praça, “entoando, a meia-voz, algumas estrofes do hino nacional”, o que levou pessoas que nada tinham a ver com eles a aproximar-se e a parar para observar o que se passava e, assim, a fazer com que se formasse uma multidão. Não equaciona, ou simula não equacionar, a adesão das pessoas ao protesto. Outro (*O Primeiro de Janeiro*) declara que a PSP “tomou as disposições adequadas para dispersar os populares”, aparentemente revelando a sua concordância com a actuação da polícia e, indirectamente, a sua congratulação com a interrupção da manifestação. Já os jornais portugueses clandestinos referem que as “ruas centrais do Porto se encheram” de pessoas que cantaram o hino nacional e gritaram palavras de ordem “a plenos pulmões”, dirigindo-se em “entusiástica manifestação” para a Rua 31 de Janeiro. Ou seja, descrevem triunfalmente o que os manifestantes foram capazes de alcançar. Acrescentam que, ao subi-la, as “companhias móveis da PSP”, dirigidas pela PIDE”, carregaram sobre eles, e que as pessoas se refugiaram nas lojas que os comerciantes deixaram abertas para as proteger, gritando “Criminosos!”, “Assassinos”. Assim, deixam ver muito nitidamente que, ao contrário dos anteriores, enaltecem a postura dos manifestantes e condenam a dos polícias. Os jornais estrangeiros também relatam os passos dos manifestantes e a sua intercepção pela polícia (segundo uns violenta, segundo outros não). Maria José Ribeiro, ajudando a perceber o ambiente

geral da manifestação, dá sobretudo conta da sua experiência individual, desde o momento em que chegou à Praça da Liberdade e lançou os papéis até ao momento em que atingiu o cruzamento da Rua 31 de Janeiro com a Rua de Santa Catarina e foi presa pela PSP com o seu pai. De forma expectável, vê a trajectória dos manifestantes positivamente e a intervenção da PSP negativamente.

Quantos e quais foram os seus manifestantes? Que características tinham? Entre eles havia mais homens, mais mulheres ou aproximadamente o mesmo número de uns e outros? Mais jovens, mais velhos, ou os dois? De que classes ou estratos sociais? Com que ocupações? Eram maioritariamente estudantes, trabalhadores ou intelectuais?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, não se consegue estabelecer um número fidedigno de participantes, visto que os dados disponíveis são muito díspares, indo das centenas aos milhares. Também não se consegue oferecer uma caracterização segura e inequívoca dos participantes, já que os dados, além de incompletos, mais uma vez não são consensuais.

Os manifestos dirigiram-se à “mulher”, às “mulheres”, às “mulheres do Porto”, às “mulheres no Porto”, às “mulheres do Porto e arredores”; às “[mulheres] da Senhora da Hora”, às “mulheres de S. Pedro da Cova”, às “mulheres que [tinham] mobilizados nas colónias os [seus] entes mais queridos”, “operárias, intelectuais, donas de casa” e “mães, irmãs, esposas”; aos “homens do Porto”, aos “homens honrados da PSP e da GNR”; “aos estudantes e à juventude operária”, aos “alunos do Ensino Liceal, estudantes das Escolas Técnicas”, aos “estudantes da Biosa Academia do Porto”; “ao povo do Porto”, “aos democratas” (FDIM, DP, GES).

Num relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, deu conta de que, no início da manifestação, se podia ver “um pequeno grupo constituído por [umas dezenas de] **indivíduos de ambos os sexos, com predomínio acentuado de elementos masculinos e jovens, todos eles com aspecto de estudantes**”, que, com o tempo, “foi engrossando”, até os manifestantes serem aproximadamente 300, “na sua grande maioria (...) ‘garotada’” (1.027-S.R., FDIM).

Num relatório, o sub-inspector da PIDE (...) Monteiro falou, no princípio, de um “grupo duns **20 jovens de ambos os sexos**, que, não obstante a distância a que [se] encontrava, [lhe davam] a impressão de [ser] **estudantes**”, rodeado por “cerca de **100 a 150 pessoas**”, “em atitude de expectativa e curiosidade”, e, no fim, de “**talvez já meia centena de manifestantes**” (...) **à frente [de] 300 pessoas, número máximo que conseguiram que se lhes reunisse**” (FDIM).

Noutro relatório, o agente Ezequiel Moreira Gomes, referiu “**cerca de 300 pessoas**” (DP).

Num relatório, o agente Octávio da Fonseca Sanches mencionou uma “**multidão de cerca de 100 pessoas inicialmente**” (DP).

Noutros dois relatórios, o agente (nomes ilegíveis) comentou que, cerca das 19h, “**em volta dumas seis mulheres, começaram-se a juntar algumas pessoas, a maioria rapaziada daquela classe ‘pé descalço’**”, bem como que “(...) no meio do grupo, que não devia ir além de meia centena de pessoas, se encontrava a **mulher do alfaiate Proença**” e que “**as pessoas que na verdade gritavam com ênfase não deviam ultrapassar algumas dezenas**”, tendo todas “**aspecto de gente baixa**” (9 de Março). Comentou ainda que, por volta das 19:30, apreendeu a **Abílio Pinto Catourrette** (?) uma máquina fotográfica, “quando este acabava de tirar uma fotografia a um grupo de indivíduos que se manifestava contra a situação, na Praça da Liberdade” (...) e explicou que o indivíduo em causa trabalhava como fotógrafo na “‘Foto Cine Alegre’ na Rua Conde Vizela 50” (DP). Dentro dos processos da FDIM e da DP há duas fotografias, provavelmente da máquina fotográfica apreendida por um agente da PIDE impossível de identificar a este fotógrafo que estava na manifestação. Na primeira vêem-se muitas pessoas, próximas umas das outras, umas 30 e tal entre as que foram apanhadas pela lente, a maioria homens, vários jovens, bastantes até ainda meninos. Dois deles, com aspecto de estudantes, seguram uma faixa grande, onde se lê “AMNISTIA”. Na segunda, que apanha o resto da envolvência, vê-se o mesmo, com uma excepção: em primeiro plano, entre os dois rapazes que seguram a faixa que diz “AMNISTIA” e por baixo dela, aparece uma mulher, com uma gabardine, um lenço no cabelo e óculos de sol, que aparenta estar a gritar. Essa mulher, segundo o que a própria disse na reportagem da RTP já citada³⁰, é

³⁰ Ana Luísa Rodrigues, “Quando o Estado Novo reprimia as manifestações do Dia da Mulher”, *RTP*, 2022. https://www.rtp.pt/noticias/pais/quando-o-estado-novo-reprimia-as-manifestacoes-do-dia-da-mulher_v1389960

Maria José Ribeiro. Perto dela, de costas, parece estar outra mulher, também com uma gabardine e uma mala (DP).

Num relatório, o agente José Correia de Carvalho (?) afirmou que, cerca das 18:45, “começou a formar-se (...) um **pequeno grupo constituído por indivíduos de ambos os sexos, com predomínio acentuado do elemento masculino e jovem, com aspecto de estudantes**, grupo esse **que foi engrossando sucessivamente**”; que, às 19h, o “grupo inicialmente pequeno” passou a ser “constituído por algumas centenas de indivíduos” e que “junto do grupo que procurou aglutinar as massas e, como se disse de aspecto estudantil, foi assinalada a presença dum **casal**, que se não reconheceu logo (...)”, só mais tarde, a que pertenciam “**MARIA JOSÉ DA SILVA RIBEIRO**” e “seu pai, **JOAQUIM RIBEIRO**”, “ambos com cadastro [naquela] Polícia”. Finalmente, estimou o “cortejo” em 300 “interessados”, acompanhados de “algumas centenas de curiosos” (DP).

Num bilhete anónimo enviado à delegação da PIDE do Porto, também inserido no processo da manifestação constante no fundo dessa delegação, o informador classificou os manifestantes de “**canalha reviralista**”; “**garotada das escolas comerciais, industriais, etc**” (DP).

Num relatório-manifesto, a DORN disse que “**as corajosas e valentes mulheres do Porto** foram acompanhadas por alguns **milhares de pessoas**, com destaque para os **jovens trabalhadores e estudantes** que as ampararam na sua luta”; incluiu, portanto, nos manifestantes, as “heróicas mulheres do Porto” e os “jovens e demais democratas que as acompanharam” (GES).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se que, por voltas das 18:30, “começaram a concentrar-se (...) **manifestantes de ambos os sexos**” (*Novidades e O Comércio do Porto*, HML) ou “**grupos de homens e mulheres**” (*Diário Popular*, HML); cerca das 19h, “**algumas dezenas de indivíduos**” se aglomeraram, sendo as **mulheres** entre eles, “além das [duas] **que empunhavam o letreiro**”, “**no máximo uma dúzia**”, e o resto “**rapazinhos imberbes**, cheirando ainda a cueiros e a pedirem todos eles palmatoadas” (*Diário da Manhã*, HML); “**mais de cem pessoas**” se reuniram na Praça da Liberdade; havendo mulheres “integradas no grupo” de manifestantes (*Jornal de Notícias*, HML); “à hora de maior movimento na cidade, em que todos procuravam os seus meios de transporte para regressarem aos lares, depois de um dia de trabalho, **grupos indistintos**

de homens e algumas mulheres começaram a juntar-se” e que “pessoas que nada tinham com os manifestantes [se aproximaram] e pararam para observar o que se passava, o que deu origem a que naquela praça se concentrassem algumas pessoas”, formando uma “multidão” que, por volta das 19h, “engrossou” (*O Século*, HML); se reuniram “**várias dezenas de indivíduos e algumas mulheres**” (*Diário de Notícias*, HML); “**poucas mulheres** se juntaram na Praça da Liberdade” (*A Voz*, DP), ou não se escreveu nada a propósito dos manifestantes (*O Primeiro de Janeiro*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se que “começaram a juntar-se grupos na Praça da Liberdade”, que “a pouco e pouco as pessoas [se aproximaram] e [constituíram] uma **grande massa**”, que “**raparigas e rapazes** [levantaram] largos dísticos com as reivindicações fundamentais da manifestação”, que **VINTE MIL pessoas** [se concentraram] na Praça da Liberdade e daí [se dirigiram] em entusiástica manifestação para a Rua 31 de Janeiro” (*Avante!*, AC); e que “**as ruas centrais do Porto [se encheram] de mulheres, jovens e muitos trabalhadores**” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros escreveu-se que “**várias centenas de pessoas, na maioria mulheres**, bloquearam completamente a circulação, ontem à tarde, no centro do Porto” (*L’Humanité*, FDIM); “a **multidão** quis desfilar para a parte alta e comercial da cidade” (*Le Monde*, FDIM); “**mais de trezentas pessoas – em sua maioria, mulheres –** promoveram manifestação (...) hoje à noite” (*O Jornal e Última Hora*, FDIM); “**cêrca (sic) de trezentas pessoas, na maioria, mulheres**, exigiram em plena rua (...)” (*Luta Democrática*, FDIM); “em plena ‘Praça da Liberdade’ do Pôrto (sic), foi organizada uma **movimentada** manifestação” (*Diário de Notícias*, FDIM).

Na sua entrevista, Margarida Tengarrinha disse: “com certeza que [a PIDE] subestimou [o número de manifestantes]. E pode ser que a pessoa que escreveu para o *Avante!* o tenha sobrestimado. Admito. Mas também não garanto”. Acrescentou ainda: “Não faço ideia [se havia mais homens, mais mulheres ou o mesmo número de pessoas na manifestação] porque não estive lá. A ideia essencial era que fossem mulheres, e sem dúvida nenhuma que estavam muitas mulheres”. Virgínia Moura era uma delas: “[ela] esteve na manifestação. Disse que para ela a manifestação teve uma grande importância.” Virgínia Moura era membro do PCP desde os 17 anos, e antes disso já fora membro das juventudes comunistas, pelo que, para Margarida Tengarrinha, “esteve presente na manifestação enquanto militante do Partido Comunista Português, não como integrante da Comissão Democrática de Mulheres”, apesar de pertencer à comissão; de ser uma das

mulheres que apoiou as candidaturas de José Norton de Matos, Rui Luís Gomes, Arlindo Vicente e Humberto Delgado, discursou nas suas campanhas e se destacou ao lado de outras grandes oradoras, como Maria Lamas, Maria Isabel Aboim Inglês e Cesina Bermudes. Segundo Margarida Tengarrinha, o papel de Virgínia Moura nessa manifestação foi, portanto, “cumprir aquilo que o Partido Comunista tinha dito”.

Por sua vez, na sua, Maria José Ribeiro declarou: “foram milhares as pessoas que se juntaram. Há muitas versões quanto ao número, dependendo das percepções, mas eram milhares, realmente. A praça estava apinhada de gente. [A multidão] ia até meio da avenida”. Acrescentou: “as contas que o guarda da PSP fez eram as dele. Normalmente as 300 pessoas da PIDE estavam para as 5000. Para eles [agentes da PIDE] quanto menos pessoas estivessem melhor. Não sei. Que eram milhares de pessoas eram, quantas ao certo não sei. Afirmações dessas não faço. As pessoas não estavam uma aqui, outra ali, distanciadas. Estavam juntinhas umas às outras. Na época quanto mais juntinhos estivéssemos mais protegidos estávamos”. E prosseguiu: “eu acho que devia haver mais homens. Até porque quando fomos presos eram mais homens presos. Mas houve mulheres presas, e outras que não foram. Eu também não estava à procura de quem estava ou não estava, não tinha de fazer nenhum relatório. Mas, pela sociedade que tínhamos, pelo clima que se vivia, desconfio que eram mais homens, que participavam mais homens. Também dependia do ângulo de onde se via”. Por último, concluiu: “Eu acho que os adultos trabalhadores tinham mais consciência, mas havia muita juventude, muita malta estudante, sobretudo do ensino superior mas também do ensino secundário, que já participava em muita coisa. Havia uma mistura grande. Como já disse, nós fizemos muita propaganda, que distribuímos nas caixas de correio, nas fábricas, nas empresas. E nas faculdades, nos liceus. Onde quer que tivéssemos gente conhecida. Sei lá. Neste momento não sei. Eu tinha 26 anos. E considerava-me uma adulta, uma senhora consciente. Aquela jovem a quem fracturaram o maxilar era estudante do liceu Carolina Michaelis [Maria Celeste Seixas?]. E ela não vinha sozinha. Com ela estava uma professora que também foi presa e espancada. A professora Rafaela [Rafaela Medina]. E não eram as únicas. De certeza que estavam outras. Agora, no meio de muita gente, naturalmente que a maioria eram homens/rapazes. Se eram mais velhos ou mais novos não tenho a certeza. [No dia da manifestação] não estava a fazer essa análise. Mas na altura já se tinha iniciado uma grande acção da luta estudantil, no início de sessenta, que depois foi crescendo. Portanto, é natural que houvesse muitos estudantes”.

Como se vê, as fontes não são unânimes em relação ao número de participantes e à sua caracterização. Se umas referem centenas de participantes, outras referem milhares. Se umas falam sobretudo de mulheres, outras falam sobretudo de homens, ou de ambos. Se umas mencionam apenas estudantes, outras mencionam também trabalhadores e intelectuais. Os panfletos dirigem-se a todos esses grupos. O relatório do sub-director da PIDE refere “aproximadamente 300” manifestantes, na sua grande maioria “garotada”; “indivíduos de ambos os sexos, com predomínio acentuado de elementos masculinos e jovens, todos eles com aspecto de estudantes”. O relatório do sub-inspector da PIDE menciona talvez “meia centena de manifestantes” à frente de “300 pessoas”, “número máximo que conseguiram que se lhes reunisse”; “jovens de ambos os sexos”, que, “não obstante a distância a que [se] encontrava [lhe davam] a impressão de [ser] estudantes”. O relatório de outro agente da PIDE refere que “em volta dum seis mulheres” se juntaram “algumas pessoas, a maioria rapaziada daquela classe ‘pé descalço’”; que o grupo “não devia ir além de meia centena de pessoas” e que as que “na verdade gritavam com ênfase não deviam ultrapassar algumas dezenas”, tendo todas “aspecto de gente baixa”. Ou seja, além de claramente os sub-avaliar, ofende-os. O relatório de mais um agente estima o “cortejo” em 300 “interessados”, acompanhados de “algumas centenas de curiosos”. Um bilhete postal anónimo enviado à delegação da PIDE do Porto também classifica os manifestantes em termos insultuosos, chamando-os de “garotada das escolas comerciais, industriais, etc” e “canalha reviralhista”. O relatório-manifesto da DORN menciona “milhares de pessoas”; “corajosas”, “valentes” e “heróicas” mulheres do Porto acompanhadas por outros democratas, principalmente “jovens trabalhadores e estudantes”. Os jornais portugueses legais raramente quantificam os manifestantes, mas quando o fazem referem “algumas” ou “várias dezenas de indivíduos”. Um deles (*Jornal de Notícias*) menciona até “cem pessoas”. Quase todos dão conta de “grupos de homens e mulheres”. Alguns também subestimam o número de manifestantes, e os qualificam de forma vexatória: *A Voz* diz que se juntaram “poucas mulheres” e o *Diário da Manhã* diz que as mulheres, “além das [duas] que empunhavam o letreiro”, eram “no máximo uma dúzia”, sendo o resto “rapazinhos imberbes, cheirando ainda a cueiros e a pedirem todos eles palmatoadas”. Os jornais portugueses clandestinos referem “uma grande massa” de “vinte mil pessoas”, “raparigas e rapazes”; “mulheres, jovens e muito trabalhadores”. Os jornais estrangeiros falam de “várias centenas de pessoas”, “cerca de trezentas” ou “mais de trezentas pessoas”, “na maioria mulheres”. Margarida Tengarrinha garante que a PIDE subestimou o número de manifestantes e admite que as pessoas que enviaram as

informações ao *Avante!* o tenham sobrestimado. Não informando se havia mais mulheres, mais homens ou o mesmo número de pessoas na manifestação, reforça que a “ideia essencial” era que fossem mulheres, e declara que “sem dúvida nenhuma estavam muitas mulheres”. Por seu turno, Maria José Ribeiro desvenda que “foram milhares as pessoas que se juntaram; há muitas versões quanto ao número, dependendo das percepções, mas eram milhares, realmente”. Comenta que “as contas que o guarda da PSP fez eram as dele” e que “normalmente as 300 pessoas da PIDE estavam para as 5000”, visto que, “para os agentes, quanto menos pessoas estivessem melhor”. As fontes identificam determinados manifestantes ou, pelo menos, transeuntes, como Maria José Ribeiro e o seu pai, Joaquim Ribeiro; Virgínia Moura; um fotógrafo a quem um agente da PIDE apreendeu a câmara, Abílio Pinto Catourrette (?); a “mulher do alfaiate Proença”, cujo nome não revelam. Nas fotografias presumivelmente capturadas com essa câmara, vêem-se mais de 30 pessoas: muitos homens, vários deles jovens, bastantes até ainda meninos, e duas mulheres (uma delas Maria José Ribeiro, segundo a própria). Seria importante procurar saber mais sobre os envolvidos, os seus nomes e as suas expectativas, interpretações e memórias acerca deste marcante acontecimento histórico.

Repressão

Que forças policiais estiveram presentes?

Ao se analisar os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se concluir que as forças policiais que estiveram presentes na manifestação foram a PIDE e a PSP.

No entanto, não se consegue perceber na totalidade quem, dentro dessas forças, vigiou a manifestação e reprimiu os manifestantes. Os panfletos não identificam os seus membros. Alguns dos relatórios escritos pelos agentes da PIDE e da PSP estão assinados. Mas outros não. Ou estão, mas têm apenas iniciais ou assinaturas incompletas, dúbias ou ilegíveis. Os jornais também não revelam as suas identidades. Por fim, das duas entrevistas, pelas razões já conhecidas, apenas a de Maria José Ribeiro contém referências aos seus nomes, e poucas, porque a entrevistada ou nunca os soube ou já não os sabe, quer devido às décadas que a separam do evento quer devido às recordações traumáticas com que os associa.

Da PIDE, conhecem-se os nomes completos do sub-director Rogério Coelho Dias, dos agentes Ezequiel Moreira Gomes, Aníbal de Magalhães, Octávio da Fonseca Sanches, Armindo Coelho, Mário Escaleira Ribeiro e Cândido Maia e dos escriturários Alcino Zeferino Moreira Pinto e Marcos de Sousa Dias, assim como os nomes incompletos ou dúbios do sub-inspector “Monteiro” e dos agentes “Horácio”, Joaquim Fernandes (?), “Oliveira Santos”, José Correia de Carvalho (?) e António (?) Maia.

Da PSP, conhecem-se os nomes completos do comandante António dos Santos Júnior, do agente António de Sousa e do agente António Cardoso, assim como os nomes incompletos dos tenentes “Paranhos” e “Faria”; dos comissários “Ascensão”, “Oliveira”, “Azevedo”, “Tavares” e “Almeida”; dos capitães “Brandão de Brito”, “Rebelo” e “Sousa Castro”; e dos sub-chefes ajudantes “Cândido” e “Lopes”.

Não se podendo nomear, com certeza, os membros desses organismos que vigiaram a manifestação e reprimiram os manifestantes, poder-se-ia, ao menos, assumir quem foram alguns deles com base em certas pistas, como as deixadas pela composição dos organismos à data, mesmo que com hesitações. No entanto, nem a sua própria composição se logrou apurar convenientemente: as ordens de serviço da PIDE, disponíveis para consulta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, têm os mesmos problemas que os relatórios (não) assinados pelos agentes.

Qual era o seu plano de actuação?

Ao se analisar os relatórios, pode-se concluir que, a partir do momento em que receberam e apreenderam alguns dos panfletos postos em circulação pelos seus organizadores, a PIDE e a PSP se aperceberam de que a manifestação se realizaria, tendo de imediato traçado um plano de vigilância e repressão para o dia e a hora em que ela foi marcada, mesmo afirmando que a manifestação não “encontrava ambiente nem quem nela estivesse disposto a participar” e prevendo que ela “fracassaria inteiramente”.

Na PIDE, o sub-director encarregou os agentes de observar a manifestação, na Praça da Liberdade e nos locais circundantes, e de narrar o que vissem³¹. Na PSP, o

³¹ No mínimo. Pode ter-lhes dado mais indicações, nomeadamente no sentido de uma actuação mais agressiva. Não se sabe. Ao contrário do comandante da PSP, o sub-director da PIDE não registou o seu plano de vigilância e repressão num relatório, nem o referiu explícita e pormenorizadamente. O que não é de espantar, uma vez que, como Irene Pimentel (2011) denota, a PIDE evitava deixar rasto das suas acções repressivas, sobretudo das mais violentas.

comandante incumbiu os agentes de ocupar determinadas posições na mesma zona da cidade e de actuar ao mínimo sinal de “perturbação da ordem”, em conformidade com as circunstâncias.

Nos seus relatórios, os agentes da PIDE revelaram que foram instruídos a deslocar-se para determinados sítios, de onde deviam monitorar os manifestantes: o sub-inspector (...) Monteiro para a Praça da Liberdade, a Avenida dos Aliados, a Universidade e as imediações, onde permaneceu entre as 18:00 e as 20:30; o agente Ezequiel Moreira Gomes, juntamente com o agente Armindo Coelho, para a Praça da Liberdade; o agente (nome ilegível), juntamente com o escriturário Alcino Zeferino Moreira Pinto, para a Praça da Liberdade; o agente Aníbal de Magalhães, juntamente com o agente Mário Escaleira Ribeiro e o escriturário Mário de Sousa Dias, também para a Praça da Liberdade; o agente José Correia de Carvalho (?), juntamente com os agentes Aníbal de Magalhães, (...) Oliveira Santos e Mário Escaleira Ribeiro, para a Praça da Liberdade, onde permaneceu entre as 17:45 e as 19:30; o agente Octávio da Fonseca Sanches para o Café Guarany, onde permaneceu entre as 18:00 e as 22:15; o agente (nome ilegível) para o Café Imperial, onde permaneceu entre as 18:30 e as 22:00; o agente (nome ilegível) para o Cemitério do Prado do Repouso, onde permaneceu entre as 9:30 e as 12:00; o agente Joaquim Fernandes (?), juntamente com o agente Horácio (...), também para o Cemitério do Prado do Repouso, onde permaneceu entre as 14:00 e as 16:45 (FDIM).

Por sua vez, noutra relatório, o comandante da PSP, António dos Santos Júnior, enunciou extensa e detalhadamente a sua intenção e a sua forma de execução, discriminando as forças de actuação (incluindo o serviço de vigilância e de informação) e os seus reforços em caso de necessidade, as suas missões, os seus horários de instalação e montagem, as suas normas de conduta e ainda o seu fardamento, equipamento e armamento (DP).

De acordo com o que expôs, a sua intenção era “ocupar ostensivamente a área central da cidade com fortes efectivos, [conservando] uma reserva (...) no Comando; impedir a todo o custo qualquer início de concentração ou manifestação actuando com toda a rapidez e a máxima energia na repressão de todas as tentativas (...) verificadas; efectuar o maior número de prisões entre os populares que [procurassem] concentrar-se ou manifestar-se visando, muito especialmente, os condutores e agitadores; [manter-se] permanentemente informado do que se [passasse] nas áreas adjacentes à área central;

tomar disposições especiais para a defesa das Esquadras contra a eventualidade de tentativas de golpes de mão; impedir o trânsito de veículos na área central e, [se necessário], encerrar o comércio na mesma área”.

As forças de actuação seriam cinco companhias da PSP, cada uma com três pelotões; o serviço de vigilância e de informação; a polícia da câmara municipal do Porto; e o serviço de trânsito.

A primeira companhia, cujo comandante era o tenente (...) “Paranhos” e adjunto era o comissário (...) “Ascenção”, ocuparia a área Praça da Liberdade – fundo da Rua dos Clérigos, Congregados – Café Astória, Travessa da Praça da Liberdade – Rua Sampaio Bruno, acompanhada de um carro de água e da sua respectiva viatura de apoio, um carro de som e um carro com rádio; a segunda companhia, cujo comandante era o capitão (...) “Brandão de Brito” e adjunto era o comissário (...) “Oliveira”, ocuparia a área Avenida dos Aliados – Rua Magalhães Lemos, Avenida dos Aliados – Rua Elísio de Melo, Avenida dos Aliados – Rua Rodrigues Sampaio, acompanhada de um carro com rádio; a terceira companhia, cujo comandante era o capitão (...) “Rebelo” e adjunto era o comissário (...) “Azevedo”, ocuparia a área Avenida dos Aliados – Rua Ramalho Ortigão, Avenida dos Aliados – Rua Clube dos Fenianos, Avenida dos Aliados – Rua António Sardinha – Rua Cancela Velho, acompanhada de um carro de água e da sua respectiva viatura de apoio e de um carro com rádio; a quarta companhia, cujo comandante era o capitão (...) “Sousa Castro”, ocuparia a área da zona central da Praça da Liberdade e da Avenida dos Aliados desde a estátua (parte N) até à Rua de Magalhães Lemos, acompanhada de um carro com rádio e três viaturas auto de transporte de pessoal; a quinta companhia, cujo comandante era o tenente (...) “Faria”, concentrar-se-ia no Comando (Edifício do Trânsito), acompanhada de três viaturas auto de transporte de pessoal. Enquanto a primeira, a segunda e a terceira companhias deveriam vigiar o comportamento da multidão e activar, por dispositivos adequados, a sua circulação, impedindo a ocupação das faixas de rodagem e toda a tentativa de concentração ou manifestação, efectuando o maior número de prisões entre os que procurassem concentrar-se ou manifestar-se, sobretudo agitando ou conduzindo os restantes; a quarta companhia deveria estar preparada para actuar em qualquer ponto da área central, de acordo com a evolução da situação ou a pedido dos comandantes das 1.ª, 2.ª e 3.ª companhias; e a quinta companhia deveria estar preparada para actuar à ordem do Comando, com o qual todas deveriam permanecer em contacto.

O serviço de vigilância e de informação consistiria em voltas a pé de brigadas de guardas à paisana, rondas de carros rádio-patrolha e patrulhamentos pelas esquadras.

Haveria treze brigadas, que estariam distribuídas deste modo pelos seguintes locais: duas brigadas – Avenida dos Aliados, uma brigada – Ruas Camões e Gonçalo Cristóvão, uma brigada – Rua Fernandes Tomás e Trindade, uma brigada – Ruas da Cancela Velha e Formosa, uma brigada – Praça da Batalha e Ruas de Santo António e Passos Manuel, uma brigada – Praça dos Poveiros e Rua Passos Manuel, uma brigada – Largo do Padrão, uma brigada – Rua de Sá da Bandeira (junto da “Brasileira”), uma brigada – Ruas de Mousinho da Silveira e S. João, uma brigada – Rua Saraiva de Carvalho e Avenida da Fonte, uma brigada – Praças da Universidade e Carlos Alberto, uma brigada – Cordoaria e Rua dos Clérigos. Estas deveriam manter-se a par da situação e informar o Comando.

Haveria duas rondas. A primeira passaria pelos locais Rua Gonçalo Cristóvão – Rua Sá da Bandeira – Rua da Firmeza – Rua da Alegria – Praça dos Poveiros – Entreparedes – Praça da Batalha – Santa Catarina e Passos Manuel; e a segunda pelos locais Rua dos Clérigos – Rua S. Filipe de Nery – Cordoaria – Rua do Carmo – Rua Carlos Alberto – Rua dos Mártires da Liberdade – Praça da República – Rua do Almada – Rua Alferes Malheiro e Rua da Trindade. Ambas serviriam para vigiar os movimentos da população nos itinerários e informar o Comando.

Por fim, haveria patrulhamentos pelas esquadras das ruas que conduziam à parte central da cidade. Estes serviriam para vigiar os movimentos da população e informar telefonicamente o Comando. Além de fazerem patrulhamentos, as esquadras deveriam reforçar o seu dispositivo de defesa, tendo em atenção eventuais tentativas de golpes de mão.

A polícia da câmara municipal do Porto concentrar-se-ia junto do edifício da câmara municipal do Porto e deveria actuar à ordem do Comando ou a pedido do comandante da 2.^a companhia, mantendo-se em ligação com o seu posto telefónico.

O serviço de trânsito deveria providenciar o corte do trânsito de automóveis e de todos os transportes colectivos na área central da cidade e tomar disposições para execução da eventual ordem do Comando para encerramento do comércio nessa área.

O reforço, em caso de necessidade, seriam um esquadrão a cavalo e uma companhia de atiradores da GNR.

As companhias deveriam instalar-se até às 17:45, os dispositivos do serviço de vigilância e de informação deveriam ser montados a partir das 17:00, o corte do trânsito deveria ser iniciado às 18:00 e o morro da Avenida da Ponte deveria ser ocupado a partir das 17:00 (por oito guardas armados de espingarda, para impedir o acesso e prender todos os que tentassem ali acoitar-se ou dali empreender acções de ataque com arremesso de pedras e outros objectos).

Só deveria fazer-se “uso do fogo das armas à ordem dos [comandantes de pelotão ou companhia] em casos absolutamente justificados pela necessidade de reprimir agressão com arma de fogo ou de arremesso, ou, por iniciativa individual, em emergência grave”; deveria começar-se por fazer “tiros para o ar” sempre que “[dessa prática pudesse] resultar o efeito desejado”; se possível, o carro de som deveria “fazer dois ou três avisos consecutivos e rápidos” antes de se iniciar a acção de repressão, [caso] ela [tivesse] de se realizar, em termos como “todas as pessoas alheias às manifestações devem retirar-se imediatamente, vai passar-se à repressão”; não se deveria impedir em ponto nenhum a livre circulação dos peões, desde que esta fosse feita pelos passeios, mas sim controlá-la e activá-la, fundamentalmente impedindo que se formassem aglomerações ou se fizessem manifestações de qualquer natureza, cenário no qual haveria que actuar sobre elas, COM TODA A RAPIDEZ E DECISÃO E A MÁXIMA ENERGIA, se não dispersassem imediatamente; as informações acerca da situação deveriam unicamente ser prestadas sobre factos positivos, com calma e objectividade, e em tempo oportuno.

O fardamento seria um uniforme de cotim, o equipamento seria um cinturão com suspensórios e um capacete e o armamento seriam uma pistola para todos, um cassetete para duas secções dos pelotões e uma espingarda para uma secção dos pelotões e o equipamento de lançamento de gases para os pelotões do piquete.

Como se vê, o plano de actuação traçado pela PIDE e sobretudo pela PSP era notoriamente desproporcional, considerando que a polícia política previa o inteiro fracasso da manifestação, o que leva a crer que, ou a sua apreciação não era sincera, ou estas duas forças policiais preferiam prevenir a não confirmação das previsões da primeira.

Como foi a sua implementação?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se concluir que os agentes da PIDE observaram a manifestação nos locais designados e narraram o que viram, e os agentes da PSP ocuparam as posições definidas e actuaram. Embora as fontes se contradigam, os últimos eram muitos (primeiro, 25 agentes e um chefe de esquadra e, depois, mais 200 agentes) e estavam munidos de muitos meios (carros-tanques, lança-jactos, rádios-patrolha), tendo actuado demorada mas agressivamente, com recurso a um imenso dispositivo. Mesmo assim, para a PIDE e para a própria PSP, a sua actuação, além de demorada, não foi suficientemente agressiva; os agentes não seguiram devidamente as orientações que lhes deram. Por isso, o chefe da esquadra da PSP de Gondomar, António de Sousa, não só foi repreendido pelo comandante, António dos Santos Júnior, como foi chamado a depor na delegação da PIDE do Porto, perante o agente António (?) Maia.

Num relatório, o sub-inspector da PIDE (...) Monteiro, que foi destacado para a Praça da Liberdade, a Avenida dos Aliados, a Universidade e as imediações, onde permaneceu entre as 18:00 e as 20:30, escreveu: “em cumprimento das instruções recebidas de V. Ex.^a, desloquei-me ontem, 8, pelas 18 horas, numa viatura desta Polícia à Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados, Universidade e imediações, a fim de observar se a manifestação que à (sic) semanas havia sido projectada, mas se sabia inteiramente falhada, teria (...) alguma possibilidade de ser levada a efeito, [não obstante o total desinteresse da população]. (...) Regressei à Delegação por cerca das 20,30 horas” (FDIM).

Noutro relatório, o agente Ezequiel Moreira Gomes, que, juntamente com o agente Armindo Coelho, foi destacado para a Praça da Liberdade, escreveu: “tendo-me deslocado à Avenida da Liberdade (sic), acompanhado do colega Armindo Coelho, a fim de dar cumprimento a ordem superior, tenho a honra de informar V. Ex.^a do seguinte (...)” (DP).

Num relatório, o agente (nome ilegível), que, juntamente com o escriturário Alcino Zeferino Moreira Pinto, foi destacado para a Praça da Liberdade, escreveu: “para os devidos efeitos, cumpre-me informar V. Ex.^a que, estando eu ontem parado na Praça da Liberdade, cerca das 18h50, no passeio em frente à Livraria Figueirinhas, [com o escriturário desta Polícia] Alcino Zeferino Moreira Pinto (...)” (DP).

Noutro relatório, o agente Aníbal de Magalhães, que, juntamente com o agente Mário Escalreira Ribeiro e o escriturário Mário de Sousa Dias, foi destacado para a Praça da Liberdade, escreveu: “para conhecimento de V. Ex.^a cumpre-me informar que ontem, pelas 19.00 horas, encontrando-me de vigilância na Praça da Liberdade desta cidade, e nas proximidades da estátua de D. João IV (sic), juntamente com o agente Mário Escalreira Ribeiro [e o escriturário desta Polícia Marcos de Sousa Dias] (...)” (DP).

Num relatório, o agente Octávio da Fonseca Sanches, que foi destacado para o Café Guarany, onde permaneceu entre as 18:00 e as 22:15, escreveu: “tendo-me sido ordenado superiormente que me deslocasse ontem, dia 8, para junto do Café ‘Guarany’, e ali observasse o que se passasse de interesse para esta Polícia, referente ao movimento do dia da mulher ontem comemorado, informo V.^a Ex.^a do seguinte: (...). Tendo chegado àquele café cerca das 18,00 horas (...) [saí do local] às 22,15 horas” (DP).

Noutro relatório, o agente (nome ilegível), que foi destacado para o Café Imperial, onde permaneceu entre as 18:30 e as 22:00, escreveu: “para os devidos efeitos, cumpre-me levar ao conhecimento de V.^a Ex.^a o que consegui observar quando me encontrava em serviço superiormente ordenado, no café ‘Imperial’. [Eram]18,30 horas [quando o iniciei e] 22,00 horas quando o terminei” (DP).

Num relatório, o agente José Correia de Carvalho (?), que, juntamente com os agentes Aníbal de Magalhães, (...) Oliveira Santos e Mário Escalreira Ribeiro, foi destacado para a Praça da Liberdade, onde permaneceu entre as 17:45 e as 19:30, escreveu: “encarregado superiormente de, juntamente com os Agentes ANÍBAL MAGALHÃES, OLIVEIRA SANTOS E ESCALEIRA RIBEIRO, montar um serviço de vigilância na Praça da Liberdade desta cidade, para onde estavam anunciadas manifestações de carácter subversivo, cumpre-me relatar a V. Ex.^a o seguinte (...). [Esse serviço funcionou entre as] 17,45 horas [e as] 19,30 horas” (DP).

Noutro relatório, o agente (nome ilegível), que foi destacado para o Cemitério do Prado do Repouso, onde permaneceu entre as 9:30 e as 12:00, escreveu: “para os devidos efeitos, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.^a [que] durante o período das 9,30 às 12,30, em vigilância ao Cemitério do Prado do Repouso (...)” (DP).

Num relatório, o agente Joaquim Fernandes (?), que, juntamente com o agente Horácio (...), foi destacado para o Cemitério do Prado do Repouso, onde permaneceu entre as 14:00 e as 16:45, escreveu: “tendo sido nomeado para prestar serviço no cemitério

do Prado Repouso, no dia 8 do corrente, com o meu colega Horácio, das 14,00 horas às 16,45, cumpre-me levar ao conhecimento de V^a Ex^a o seguinte: (...)” (DP).

Noutro relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, apontou que o “[pequeno grupo de estudantes] foi engrossando sem que os guardas da P.S.P. que se encontravam distribuídos pela Praça da Liberdade e onde algumas brigadas à paisana se deviam também encontrar tivessem actuado”, dispersando-o imediatamente. Comunicou que telefonou uma e depois outra vez ao “Sr. Comandante da PSP”, António dos Santos Júnior, e ao “Exmo. Governador Civil”, João de Brito e Cunha³², para os informar “do que se estava a passar”, tendo, da segunda vez, chamado “a atenção do Sr. Comandante da P.S.P.” para o facto de os “seus subordinados não terem [até àquela hora] aparecido a dispersar os manifestantes”. Declarou que, **cerca das 19:30, “os guardas da P.S.P. [entraram] em contacto com os manifestantes”, não se tendo verificado da parte daqueles “a dureza que era aconselhável em tais casos”**. Comentou ainda que “em conversa telefónica” que [no dia 9 de Março teve] com o “Sr. Comandante da P.S.P.” lhe mostrou a [sua] “estranheza” (sic) “pela demora verificada na actuação daquela Corporação” e que o “Sr. Comandante justificou essa demora com o engano que houve na indicação do itinerário que as forças policiais deviam seguir”. Afirmou que, a certa altura, o ambiente se “podia considerar normal”, mas que, mesmo assim, “forças da P.S.P. de capacete e armadas de espingarda” se distribuíram ao longo da Praça da Liberdade e da Avenida dos Aliados. Por fim, adicionou que “o trânsito de veículos foi também cortado” e o “acesso àquela Praça e Avenida” vedado, o que criou, “como não podia deixar de ser”, “alarme em todas as pessoas que por aqueles locais pretendiam passar para se dirigirem aos cafés e cinemas”, facto para o qual o sub-director chamou a atenção do “Exm.º Governador Civil”, supondo que “a ocupação” terminou em seguida (1.027-S.R., FDIM).

Num relatório, o sub-inspector da PIDE (...) Monteiro informou que o “arremedo de manifestação” que “acabou efectivamente” por se realizar “só foi possível por ter sido consentido que se criassem condições para tal”; que, no começo, “o policiamento por parte da P.S.P. na Praça e Avenida era feito por cerca de uma **dúzia de patrulhas dobradas, um chefe de esquadra e alguns graduados**, totalizando, ao que [calculou], **cerca de trinta homens, suficientes para impedirem que se esboçasse qualquer**

³² Este relato ilustra a colaboração que, segundo Irene Pimentel (2011), acontecia regularmente entre a PIDE e as restantes forças policiais e instâncias estatais, neste caso a PSP e o Governo Civil.

tentativa de ajuntamento, desde que mantivesse[m] sempre activa a circulação de peões". Disse que procurou um oficial da P.S.P. ao qual se pudesse dirigir para "solicitar a intervenção, já que inicialmente o pessoal daquela Corporação" não tinha intervindo, mas que não viu "qualquer oficial" nem o "chefe de esquadra", "cuja presença anteriormente havia notado", tendo comunicado esse facto e o de ele próprio estar impossibilitado de intervir por se "encontrar apenas acompanhado pelo motorista" ao sub-director. Acrescentou que, entretanto, reparou em "algumas correrias", "pessoas fugindo, vindas do lado da Rua de Santo António", pelo que "[calculou] que a P.S.P. as tivesse finalmente dispersado", tendo sublinhado que entre a hora em que fez a primeira comunicação e "aquela em que os manifestantes se dirigiram para a Rua de Santo António" decorreram 30 a 40 minutos. Declarou ainda: "**julgo que as patrulhas da P.S.P. ali em policiamento não tinham instruções de como deviam agir, ou se as tinham não as cumpriram**, pois o que presenciei é que algumas dessas patrulhas, enquanto o grupo dos manifestantes cantava e dava voltas à Praça, se procuravam reunir num dos passeios próximos". Comentou que "desbaratado, na Rua de Santo António, o *grupelho* de manifestantes e decorridos uns 7 ou 8 minutos, chegaram à Praça, com pequenos intervalos, dois grandes autocarros de transporte de passageiros de Empresas particulares e um auto-transporte de pessoal da P.S.P.", levando o que calculou ser "o efectivos duma **companhia de Polícia**", "cerca de uns **200 homens de capacete de aço e espingarda**", que "entravam em formatura à medida que iam chegando" aos quais, pouco depois, se juntaram "**dois carros-tanques, lança jactos**", "enquanto a área começava a ser percorrida por uns 7 a 8 **carros de rádio-patrolha**, que se viam em todas as direcções". Informou que, "concluída a formatura da companhia de polícia", começaram a destacar-se desta, "irradiando em várias direcções, **três ou quatro pelotões** marchando em formatura e levando à frente um **chefe de esquadra**, os quais ocuparam diversos sectores da área, estabelecendo patrulhas e ocupando as esquinas e cruzamentos das ruas", tendo continuado a não ver a "presença de oficiais da P.S.P. na área" e suposto que se "encontrariam nas viaturas". Por último, relatou que "foi cortado o trânsito na área da baixa e apareceram então alguns grupos de **guardas da P.S.P. armados de cassetete**, dispersando pequenos grupos que aqui e além se formaram, mas que se não manifestavam, e fazendo circular as pessoas que por ali estacionavam" (FDIM).

Referindo-se ao relatório do sub-inspector da PIDE (...) Monteiro, o sub-director, Rogério Coelho Dias, observou que os efectivos de "policiamento inicial" eram

ligeiramente menos que os mencionados, o que considerava “compreensível” (sic), “tratando-se de uma avaliação”; que o “Comandante da P.S.P.”, ao telefonar para sua casa no dia seguinte, por volta das 20:45 horas, lhe dissera que “tinha ali 25 homens e um chefe de esquadra, que não tinha agido em conformidade com as circunstâncias e ao qual havia já repreendido”, solicitando-lhe até que “se algum relatório do caso” o sub-director fizesse “não fosse muito severo nas suas apreciações” (1.061-S.R., FDIM).

Num relatório, o agente da PIDE Ezequiel Moreira Gomes informou que quando “aquelas pessoas” já iam “a meio” da Rua de Santo António, cerca das 19:30 horas, apareceu a PSP, “a qual destroçou o agrupamento de pessoas que levavam os letreiros” e as que as acompanhavam, cantando “A Portuguesa” e dando “Vivas à Liberdade”, tendo as pessoas, no momento em que a PSP destroçou o agrupamento, deitado os letreiros ao chão e fugido para “um corredor duma casa” dessa mesma rua (DP).

Noutro relatório, o agente da PIDE Octávio da Fonseca Sanches informou que a PSP chegou ao local, “**empunhando uns [guardas] o cacete (sic) e outros a espingarda**”, e dominou o movimento, estabelecendo a ordem; que, dispondo-se quer em grupo quer em separado, “junto ao café Astória, Igreja dos Congregados, Estação de S. Bento e Avenida dos Aliados”, “afastou pouco a pouco os amotinadores” enquanto **duas camionetas, uma fechada e outra aberta, cheias “percorriam a Praça” e os seus arredores, vigiando “o que se estava passando”, prontas a “intervir se necessário”** (DP).

Num relatório, o agente da PIDE (nome ilegível) informou que, quando os manifestantes atingiram o meio da Rua de Santo António, “chegou uma **grande força da PSP**” – “**talvez dois pelotões**” – que “não teve de recorrer à força porque, pelo menos na parte baixa da cidade, já o movimento era normal” mas que “ainda se manteve por ali até por volta das 21,00”, tendo levantado “o serviço aos poucos” e “estando tudo acabado” pelas 22:00 horas (DP).

Noutro relatório, o agente da PIDE José Correia de Carvalho (?) informou que, no momento em que o “serviço de vigilância” foi montado, se assinalou “a presença de **seis ou sete pares de guardas da P.S.P.**”, em “vigilância passiva”, “à volta da Praça” e de “**dois graduados**” que, “com o início dos acontecimentos, deixaram de ser vistos”, “junto à estátua de D. Pedro IV”. Referiu que o grupo de manifestantes “foi engrossando sucessivamente”, sem que ninguém o dispersasse e que, “nessa altura, uma pronta e

enérgica intervenção teria [matado] à nascença aquilo que depois se transformou numa autêntica manifestação pública”, devendo “essa atitude ter sido tomada pelo pessoal da P.S.P, que ali se encontrava”. Notou que, “porém, os pares de guardas, ali em serviço, não fizeram valer a sua presença, desaparecendo às primeiras [movimentações]” e que “as esperadas cacetadas não apareceram”. Apontou que o “cortejo” dos cerca de 300 “interessados”, juntamente com “algumas centenas de curiosos”, atingiu “impunemente” o meio da Rua de Santo António, só aí tendo surgido “os primeiros guardas da P.S.P., vindos do fundo da rua”, ladeando-a e procurando “atingir a frente da marcha”. Mencionou que as massas tentaram “recuar” mas logo depois “continuaram a subir a rua”, tendo, então, as forças da PSP descido de capacete e espingarda. Explicou que, como a prisão do “casal” (Maria José Ribeiro e Joaquim Ribeiro) se verificou nessa altura, não pôde observar “a restante acção dos guardas da P.S.P.”, mas disse ainda que “entre o início dos acontecimentos e o aparecimento das primeiras forças da P.S.P. (o primeiro verificado por volta das 19 horas e o segundo por volta das 19,30h) mediaram seguramente trinta a trinta e cinco minutos” (DP).

Num relatório, o agente da PIDE António (?) Maia, que interrogou o chefe da esquadra da PSP de Gondomar António de Sousa, escreveu: “logo que entrou no gabinete, notei[-lhe], em seguimento a uma pequena troca de impressões sobre os acontecimentos em causa, certa curiosidade de saber se o sub-chefe **António Cardoso** já depusera. É que, [dizia], muito embora tivesse sido ele quem fez o relatório, pois era o mais graduado e comandante do pelotão, a verdade é que havia sido aquele sub-chefe que por assim dizer fizera todas as prisões constantes da participação assinada por si, porquanto, desde o momento em que subiram a Rua de Santo António e começaram a ‘**varrer**’, cada qual tomara uma parte da artéria, e fora esse sub-chefe que o avisara de que um grupo se refugiara num portal. ‘Acontece que, [acrescentava], não posso fugir ao que referi no relatório’. Observei-lhe que estivesse descansado pois esta polícia o chamava para dizer apenas a verdade do que vira e não para atacar fosse quem fosse, **muito menos ainda os membros duma corporação que, pela natureza dos seus serviços, está ligada a esta por um elo de verdadeira afinidade e colaboração**³³. Naqueles pequenos intervalos do seu depoimento, o mesmo chefe contou ter vindo de Lisboa e ter sido colocado na esquadra de Gondomar, e logo por sinal ter sido ele o escolhido para tal serviço nesta

³³ Mais uma vez, este comentário comprova o que é dito por Irene Pimentel (2011) acerca da cumplicidade entre a PIDE e a PSP.

cidade cuja topografia mal conhecia, e daí talvez o serviço não ter surtido os efeitos desejados pelo senhor comandante, que após ter elaborado o seu relatório o mandara chamar e lhe mostrara o seu descontentamento. Que, segundo dissera o senhor comandante, logo que começara o ajuntamento deveria dispersá-lo pois o senhor Director da PIDE não havia concordado com as prisões. Estou até desgostoso, [confessava], pois de início mandaram apenas observar e comunicar o que visse, e foi o que eu fiz. Por outro lado, [continuava], eu não conhecia a cidade, entregaram-me o comando do pelotão com ordens vagas, imprecisas, e por isso distribuí o pessoal, facto que não teria sucedido se as ordens fossem concretas. Logo que surgissem os primeiros cartazes reunia o pessoal, cercava-os e prendia-os a todos com facilidade junto da estátua, ordem que sempre esperei, e por isso fiquei impossibilitado de o fazer, não só por falta de pessoal que estava disperso, como por falta de ordens nesse sentido. [Mais, terminava], se eu soubesse ou tivesse sido informado de que os manifestantes teriam o propósito de [subir] a Rua de Santo António, talvez com destino ao Governo Civil, nunca teria procurado cercá-los na Rua de Sá da Bandeira, o que se deve também ao facto de não conhecer a cidade, e, ainda, se o prometido reforço pelo telefone, tivesse sido enviado de carro e não a pé, que por sinal surgiu sem eu saber descendo aquela rua sem eu ver pois levava os manifestantes na frente, não teria começado a dispersá-los de qualquer maneira, [indo a] tempo de prender apenas os portadores de cartazes que não eram muitos” (DP).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se que “a P.S.P. conseguiu **rapidamente** dispersá-los” (*Novidades*, HML); “os agentes da P.S.P., coadjuvados por **um carro-de-água**, que não chegou a ser utilizado, restabeleceram **prontamente** a ordem, dispersando os manifestantes” (*Diário da Manhã*, HML); “a P.S.P., que tomara todas as disposições para sufocar a manifestação à nascença, concentrando-se nos pontos previamente estudados, **dispersou os manifestantes quando estes subiam aquela movimentada artéria**, e utilizando os meios de que dispunha os puzeram (sic) em debandada **sem que se visse forçada a empregar a força**” (*O Comércio do Porto*, HML); “os [manifestantes] se dirigiram depois para a rua de Santo António, onde as forças da P.S.P os dispersaram” e “a ordem foi prontamente restabelecida” (*Diário Popular*, HML); “[os manifestantes] seguiram depois para a Rua de Santo António e [a subiram] mais ou menos até meio – até à altura em que, ao cimo, apareceu um piquete da P.S.P. a dispersá-los” e “tudo acabou ao fundo daquela rua, onde apareceu também a Polícia, transportada em automóveis e camionetas” (*Jornal de Notícias*, HML); “depois, ao subirem a Rua de Santo António, as

forças da P.S.P., em rápidos minutos, dispersaram os manifestantes”, “levou seguramente uma hora esse estado de alteração da ordem, que foi reprimido pelas forças da P.S.P.”, estando a ordem, “pouco depois das 20 horas”, restabelecida (*O Século*, HML); “a Polícia interveio e fez algumas prisões, mas o **carro da água** não chegou a ser utilizado” (*Diário de Notícias*, HML); “como a aglomeração na Praça da Liberdade e Avenida dos Aliados começasse a ter um aspecto de concentração, a Polícia de Segurança Pública tomou as posições adequadas para dispersar os populares” (*O Primeiro de Janeiro*, DP); “há semanas houve uns tumultos no Porto” que “foram facilmente e sem violência dominados pela Polícia” e que “a Polícia facilmente dispersou a manifestação” (*A Voz*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se que “até [os manifestantes se dirigirem em entusiástica manifestação para a Rua 31 de Janeiro] a PSP não tinha intervindo (sic) e *muitos dos guardas que assistiam decerto consideravam como era justo o que o povo dizia*” e que “ao subirem porém a Rua 31 de Janeiro as ‘companhias móveis’ da PSP, dirigidas pela PIDE, irromperam violentamente” (*Avante!*, AC); ou não se escreveu nada a respeito da actuação das forças policiais (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros escreveu-se que “após duas horas de desfile na rua de Santo António, a polícia interveio com brutalidade contra os manifestantes” (*L’Humanité*, FDIM); “o serviço da ordem não interveio senão quando a multidão quis desfilar para a parte alta e comercial da cidade” e que “os polícias, **de capacete e armados de matracas**, carregaram, apoiados por um **camião de jacto de água**”, tendo a manifestação sido “rapidamente dispersa” (*Le Monde*, FDIM); “os agentes da ordem dissolveram a manifestação quando a mesma chegou ao momento de desfilar, porém não houve predomínio da violência” (*O Jornal e Última Hora*, FDIM); ou não se escreveu nada a respeito da actuação das forças policiais (*Luta Democrática e Diário de Notícias*, FDIM).

Não tendo ido à manifestação, na sua entrevista, Margarida Tengarrinha sublinhou que conhece apenas a informação que foi transmitida pelos militantes do Partido Comunista à Comissão de Redacção do *Avante!*, e que confia plenamente nela. Ainda assim, frisou que “a perspectiva da violência difere entre quem atinge e quem é atingido: quem dá acha sempre que é pouco, quem recebe acha sempre que é muito”, lembrando que, enquanto “Salazar classificava as torturas aos presos políticos como ‘safanões a tempo’ e a PIDE até nos funerais estava presente, de olho, tomando nota de que pessoas reclamavam”, as pessoas que eram feridas em manifestações “muitas vezes não iam para o hospital, eram recolhidas e tratadas por amigos ou médicos conhecidos, porque indo

para lá tinham de registar os seus nomes e isso podia significar que partiriam do hospital para a prisão”.

Pelo contrário, tendo ido à manifestação, na sua entrevista, Maria José Ribeiro assinalou: “foi realmente uma manifestação muito forte, com uma repressão igualmente forte. Ninguém tinha nem podia ter ilusões de que nós estaríamos naquele protesto com tanta gente e a polícia não exerceria o seu poder. Assim foi. A PIDE estava na Praça da Liberdade em força, a observar os movimentos. E, a certa altura, a polícia de choque desceu a Rua 31 de Janeiro, com viseiras e tudo isso. Posso dizer que eram muitos. Agora não sei contar, não me lembro se os contei, não devo ter tido tempo de os contar. Mas que eram muitos eram. Quando eles dizem que vinham os carros-patrolha e os jactos de água e tudo isso é porque era muita gente. Não iam com esses meios todos para cima de meia dúzia de pessoas, não é? Eles viram que a multidão era muita. Eu ia a outras manifestações e via bem quando os jactos de água chegavam e o que eles faziam. Punham-se no meio para as pessoas fugirem para os lados. E corriam atrás das pessoas de cassetete em punho e batiam-lhes desalmadamente. E aquilo ali também aconteceu, de certeza. Só que, a partir do momento em que o estandarte foi levantado e eu lancei os papelinhos e fui abordada por um homem que me pediu um, o meu pai disse-me que era melhor sairmos dali porque eu já estava localizada. Subimos a [Rua] 31 de Janeiro com a maior calma possível. Mas a polícia levou-nos. Depois de eu ser presa não vi mais nada. Os jactos de água devem ter chegado nessa altura, para dissipar as pessoas. Para mim só podia haver essas coisas todas se houvesse muita gente. Para meia dúzia elas não seriam precisas. Era mesmo uma imensidão de gente”. Prosseguiu: “a polícia só actuou depois de se abrir o estandarte. E só se tinha o arrojo de abrir um pano quando se via que estava muita gente reunida. Os panos eram abertos no meio de muita gente para que quem os abrisse ficasse protegido por quem estava à volta. A abertura do pano era até um sinal para que quem estivesse ainda disperso se juntasse mais. E também para a polícia, que percebia que a manifestação estava a aquecer, que era preciso apagar o fogo que estava a crescer. Portanto, que tenha levado uma hora é normal. As pessoas demoram a juntar-se. Vão chegando aos poucos, vendo se há ambiente... Eu própria só lancei os papéis pelo ar no meio da praça depois de o estandarte ser erguido, e a imagem que eu tenho é a de que era muita gente. Ou seja, a PSP só actuou quando já havia muita gente concentrada. Não actuou antes porque o grupo de pessoas estava a engrossar e o indivíduo devia estar ali a pensar ‘o que é que eu faço?’. Eles devem ter ido para lá muito mais cedo. E ao princípio devem ter ficado na

dúvida. ‘Será que vem muita gente? Será que esta gente toda vem para a manifestação?’. Mas depois, quando o tal indivíduo começou a ver as pessoas a confluírem para a praça e para as imediações, começou a pensar duas vezes. Eu não vou agir, tenho de chamar os reforços. E, quando viu que aquilo era mesmo a sério, a dar o toque para irem e agirem. ‘De repente encheu’. Devem ter dito isso”.

Como se vê, no seu conjunto, as fontes mostram que a PSP actuou demorada mas agressivamente. Porém, não avaliam a demora e a agressividade na actuação da PSP da mesma maneira. Um relatório do sub-director da PIDE censura o facto de os guardas da PSP não terem dispersado imediatamente os manifestantes, como estava estabelecido, mas uma hora depois de eles se terem começado a concentrar, assim permitindo que o grupo fosse engrossando, e ainda o facto de os guardas terem sido demasiado brandos. O relatório de um sub-inspector da PIDE também critica a sua intervenção tardia, confirmando que o “arremedo de manifestação” que “acabou efectivamente” por se realizar “só foi possível por ter sido consentido que se criassem condições para tal”; que os agentes da PSP que inicialmente patrulhavam a Praça da Liberdade eram “suficientes para impedirem que se esboçasse qualquer tentativa de ajuntamento, desde que mantivesse[m] sempre activa a circulação de peões”, o que não fizeram. Conclui até que ou as patrulhas “não tinham instruções de como deviam agir” ou “não as cumpriram”. O relatório do sub-director da PIDE já mencionado revela que, quando questionado acerca do atraso dos seus “subordinados”, o comandante da PSP declarou que este se deveu a um “engano na indicação do itinerário” que eles deviam seguir. E outro dos seus relatórios acrescenta que o comandante da PSP concordou que o chefe de esquadra “não tinha agido em conformidade com as circunstâncias” mas informou que já o tinha repreendido e solicitou que o sub-director da PIDE não fosse “muito severo nas suas apreciações” caso fizesse “algum relatório” sobre o assunto. Ainda assim, como já se disse, o tal chefe da esquadra da PSP de Gondomar, António de Sousa, foi chamado a depor na delegação da PIDE do Porto, perante o agente António (?) Maia, onde explicou que não conhecia bem a cidade, pois vinha de Lisboa e tinha ordens vagas. O relatório do sub-inspector da PIDE também já mencionado revela que aos 25 agentes e ao chefe de esquadra que no início estavam de patrulha na área se juntaram 200 agentes, acompanhados de um imenso dispositivo (carros-tanques, lança jactos, rádio-patrulha), os quais, de acordo com alguns dos outros agentes da PIDE (não todos), não chegaram a recorrer à força e a usar esses meios. Os jornais portugueses legais, em geral, afirmam que a PSP conseguiu dispersar

“rapidamente” os manifestantes e restabelecer “prontamente” a ordem: ou não dizem a verdade, ou falam do tempo que os agentes levaram a dissolver a manifestação quando surgiram, e não do tempo que levaram a intervir. Com excepção d’*O Comércio do Porto* e do *Jornal de Notícias*, que referem apenas que essa força policial os dispersou quando estes subiam a Rua de Santo António. Um desses jornais (*O Primeiro de Janeiro*) diz que “a Polícia de Segurança Pública tomou as posições adequadas para dispersar os populares”, ou seja, sanciona a sua postura. Dois outros adicionam que a PSP não precisou de recorrer à força: *A Voz* diz que os “tumultos” foram dominados pela polícia “facilmente e sem violência” e *O Comércio do Porto* diz que a polícia pôs os manifestantes “em debandada sem que se visse forçada a empregar a força”. Os mesmos jornais dividem-se quanto à PSP ter usado os meios que tinha: o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias* dizem que “um carro-de-água” que coadjuvava os agentes da PSP “não chegou a ser utilizado”, mas *O Comércio do Porto* diz que os meios de que eles dispunham foram aplicados. Um dos jornais portugueses clandestinos (*Avante!*), por um lado, expressa agrado pelo facto de a PSP não ter intervindo até os manifestantes se dirigirem em “entusiástica manifestação” para a Rua 31 de Janeiro, sugerindo que “muitos dos guardas que assistiam decerto consideravam como era justo o que o povo dizia”, mas, por outro, condena o facto de as suas “companhias móveis”, dirigidas pela PIDE, terem irrompido “violentamente”. Os jornais estrangeiros que se pronunciam (o *Luta Democrática* e o *Diário de Notícias* não o fazem) apresentam duas versões diferentes do que se passou: uns referem que “a polícia interveio com brutalidade contra os manifestantes” (*L’Humanité*), inclusive que “os polícias, de capacete e armados de matracas, carregaram, apoiados por um camião de jacto de água” (*Le Monde*), e outros referem que “não houve predomínio de violência” (*O Jornal* e *Última Hora*). Margarida Tengarrinha expressa confiança pelo reportado no *Avante!* e acentua que “a perspectiva da violência difere entre quem atinge e quem é atingido”. Maria José Ribeiro confirma que havia muitos polícias, que reprimiram fortemente a manifestação, e indica que o facto de eles, segundo as outras fontes, terem mobilizado tantos instrumentos é sinal de que havia muitos manifestantes, caso contrário esses instrumentos não seriam considerados necessários (“quando eles dizem que vinham os carros-patrolha e os jactos de água e tudo isso é porque era muita gente”; “para meia dúzia [de pessoas] elas não seriam precisas”).

Houve prisões? Quantas e de que pessoas?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se facilmente concluir que houve prisões, da responsabilidade da PSP. Segundo a PIDE, 17, de 10 homens e 7 mulheres, mas, de acordo com Maria José Ribeiro, muitas mais (no Governo Civil havia pelo menos cerca de 54 pessoas). Dos homens presos, conhecem-se apenas os nomes Joaquim Ribeiro, Maurício Costa, Luís Amaral e Firmino Castro. Das mulheres presas, conhecem-se os nomes Maria José Ribeiro, Maria Rafaela Medina, Maria Fernanda Seixas, Maria Celeste Seixas, Maria Carneiro de Sá, Aida Maria Viana e Virgínia Luísa Silva. Há outro homem que, não tendo sido preso, foi intimado a apresentar-se na delegação da PIDE, e cujo nome também se conhece, pelo menos parcialmente: Abílio Pinto Catourrette (?).

Num manifesto, as “mulheres do Porto” denunciaram que “no dia 8 de Março – DIA INTERNACIONAL DA MULHER –, durante a *legítima manifestação do Povo* contra o *odioso regime de Salazar*, foram presas e entregues à P.I.D.E. *numerosas* pessoas, entre as quais Maria José Ribeiro, seu Pai Joaquim Ribeiro (...), os jovens José Firmino Castro e Maurício Barreto, as jovens Fernanda e Celeste Seixas, outros [e ainda] a Dr.^a Rafaela Medina, professora efectiva do Liceu Carolina Michaelis, que ocasionalmente passava na rua, apenas porque tomou *corajosamente* a defesa duma aluna” e informaram que “a Dr.^a Rafaela Medina [tinha já sido] posta em liberdade, mas todos os outros [continuavam] presos” (DP).

Noutro manifesto, “um grupo de operários” também denunciou “as prisões dos jovens MAURÍCIO BARRETO, FERNANDA SEIXAS e irmã, MARIA JOSÉ RIBEIRO [empregada de seguros] e de outros jovens operários e estudantes”, assim como “a prisão [de] JOAQUIM RIBEIRO [operário da EFACEC], *gravemente doente* em consequência de mais de 15 anos de prisão no Tarrafal” (GES).

Num relatório-manifesto, a DORN informou que a PSP “[roubou] os cartazes, [prende] mulheres e jovens, etc...” (GES).

Em dois relatórios, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, primeiro afirmou que “foram feitas 13 prisões (quatro mulheres e nove homens) que na sua maioria se esconderam em portais aquando da intervenção da Polícia” (1.027-S.R.) e depois que “o número total [de presos foi] 17, (...) sete mulheres e 10 homens” (1.054-S.R.) (FDIM).

Noutro relatório, o agente da PIDE Ezequiel Moreira Gomes informou que a PSP “prende todas as pessoas” que, depois de deitarem os letreiros para o chão, “fugiram para o corredor” de uma casa da Rua de Santo António no momento em que essa polícia destroçou o agrupamento de pessoas, “cerca de catorze”: “**MARIA CARNEIRO DE SÁ**, casada, **guarda do dormitório da Empresa Fabril do Norte, de 36 anos de idade**”, a quem a PSP atribuiu “a responsabilidade da condução do letreiro que foi encontrado no (...) corredor atrás da porta”; e “**MARIA FERNANDA MACHADO DE SEIXAS**, **estudante**, [de 20 anos]”; “**AIDA MARIA TEIXEIRA GOMES VIANA**, **estudante**, [de 19 anos]”; “**VIRGÍNIA LUÍSA GUIMARÃES MOREIRA DA SILVA**, solteira, **doméstica (Sexto ano da Conservatória de Piano)**, [de 23 anos]”; “**MAURÍCIO FERNANDO FALCÃO BARRETO COSTA**, solteiro, **sem profissão**, [de 20 anos]”; “**LUÍS DA SILVA AMARAL**, casado, **encadernador**, [de 28 anos], que, de acordo com a PSP, “acompanharam de perto” os indivíduos portadores dos letreiros “desde a estátua de D. Pedro IV até ao momento de serem destroçados” por essa polícia, cantando “A Portuguesa” e dando “Vivas à Liberdade”. Referiu que Luís Amaral “foi encontrado num dos andares superiores, dentro dum escritório, escondido atrás duma secretária”, segundo o que lhe foi “comunicado pelo Guarda captor da P.S.P., que passou busca à escadaria e andares superiores”. Finalmente, acrescentou que “**todos os acima referenciados se encontravam detidos na Delegação da PIDE**; tendo “**os restantes 8 indivíduos**” ficado **detidos nas “prisões da P.S.P.”** (DP).

Num relatório, o agente da PIDE (nome ilegível) informou que, “estando (...) parado na Praça da Liberdade, cerca das 18h50, no passeio em frente à Livraria Figueirinhas, onde um desdobramento do grupo localizado no centro da referida Praça tentava agitar e engrupar elementos, [constatou] **ser uma senhora a primeira pessoa a lançar propaganda** da qual [enviou] um exemplar”. Acrescentou que “essa senhora [lhe] ficou referenciada” e que, “horas depois”, verificou que ela era a mesma que estava detida naquela polícia (**MARIA JOSÉ DA SILVA RIBEIRO**), garantindo que isso podia ser “comprovado pelo escriturário” da PIDE “**Alcino Zeferino Moreira Pinto**” (DP).

Noutro relatório, o agente da PIDE Aníbal de Magalhães informou que “[no dia 8], pelas 19.00 horas, [encontrando-se] de vigilância na Praça da Liberdade (...) e nas proximidades da estátua de D. João IV (sic), juntamente com o agente Mário Escalreira Ribeiro, [constatou] que uma senhora de braço dado com um cavalheiro, ambos fazendo parte do principal grupo dos elementos que originou os distúrbios ocorridos na parte baixa

[da] cidade, lançou vários panfletos de carácter subversivo mesmo junto a [seus] pés, dos quais [apresentou] alguns que pôde recolher”. Acrescentou que, “como a altura não era propícia para a sua imediata detenção, [aguardou] melhor oportunidade de o fazer com segurança, [limitando-se] a segui-la de perto e a controlar os seus movimentos, tendo essa oportunidade surgido “somente na Rua de Santa Catarina, por volta das 19.30 horas, já quando ambos iniciavam talvez o seu regresso a casa”. Afirmou ainda que “ao cavalheiro não foi notada qualquer distribuição de panfletos, mas em contrapartida [lhe foram ouvidos] vários insultos, em voz baixa, dirigidos aos guardas da P.S.P. quando então estes procuravam manter a ordem na Rua de Santo António” e que “tanto a um como a outro não foram notadas quaisquer atitudes ostensivas, embora [ambos] acompanhassem o grupo na sua marcha”. Por último, mencionou que, depois de identificados, se verificou que se [tratavam] de MARIA JOSÉ DA SILVA RIBEIRO e de seu pai JOAQUIM RIBEIRO, ambos já conhecidos [naquela] Polícia pelas suas ideias anti-situacionistas”, e que “estes factos [podiam] ser testemunhados pelo escriturário da PIDE **Marcos de Sousa Dias**, que também os [presenciara]” (DP).

Num relatório, o agente da PIDE (nome ilegível) informou que no dia 8, por volta das 19:30, apreendeu a **Abílio Pinto Catourrette (?)** “uma máquina fotográfica”, “quando este acabava de tirar uma fotografia a um grupo de indivíduos que se manifestava contra a “situação”, na Praça da Liberdade”, assim como “o Bilhete de Identidade”, tendo-lhe dado” ordem para se apresentar” no dia 9 [naquela] Delegação. Acrescentou que “o referido indivíduo [trabalhava] como fotógrafo na ‘Foto Cine Alegre’ na Rua Conde Vizela 50” (DP).

Noutro relatório, o agente da PIDE José Correia de Carvalhal (?), que montou “um serviço de vigilância” com os agentes “ANÍBAL MAGALHÃES, OLIVEIRA SANTOS E ESCALEIRA RIBEIRO” na Praça da Liberdade, “para onde estavam anunciadas manifestações de carácter subversivo”, informou que “junto do grupo que procurou aglutinar as massas e, como se disse de aspecto estudantil, foi assinalada a presença dum casal, que se não reconheceu logo, mas que não se abandonou mais, visto que a mulher tinha distribuído panfletos, alguns dos quais (...) apanhados por agentes [daquela] Polícia, conforme informações [adicionadas], embora se [tivesse] verificado que esse casal não assumiu atitudes ostensivas, limitando-se a acompanhar o grupo e a [dirigir] insultos, em surdina, contra as autoridades, quando estas mais tarde começaram a actuar”. Acrescentou que, “porque a prisão não pôde ser imediata, dado que não havia meios de transporte ao

alcance, foi o referido casal acompanhado de perto e depois preso à entrada da Rua de Santa Catarina, onde a melhor oportunidade surgiu, verificando-se, depois, tratar-se de **MARIA JOSÉ DA SILVA RIBEIRO** e de seu pai, **JOAQUIM RIBEIRO, ambos com cadastro [naquela] Polícia**” (DP).

Num relatório, o agente da PIDE Ezequiel Moreira Gomes informou que as pessoas “presas no corredor” foram para ali “quando se viram na contingência de serem atingidas pela P.S.P.”, para se tentarem livrar, e que a P.S.P. as deteve em virtude de ter sido encontrado um panfleto alusivo à manifestação. O referido agente reparou que essas pessoas comprometidas na manifestação estavam sob o controlo da PSP no momento em que apanhou as “ditas bandeiras”. Acrescentou que, para “transportar aqueles detidos”, o “chefe da P.S.P. que ali dirigia o serviço mandou vir um carro celular daquela Polícia, no qual seguiram para o Comando” e que, “em virtude dessa diligência”, [se deslocou], primeiro, ao (...) Comando, onde o Snr. Oficial de Serviço disse que os presos iam dar entrada no Aljube”, deliberação com a qual o “Senhor Comandante daquela Polícia” concordou, e, depois, “à Cadeia do Aljube, onde [procurou] comunicar o facto superiormente” (DP).

Noutro relatório, o agente Ezequiel Moreira Gomes informou que, “após a confusão que motivou ter acabado a manifestação” e terem fugido as pessoas que nela “tomavam parte” ou “por ali iam a passar” para os corredores mais próximos, apanhou as “bandeiras já referidas do chão” e reparou que várias pessoas estavam a ser “guardadas pela P.S.P.” no corredor que se encontrava em frente a si porque havia lá aparecido um panfleto, atribuindo a PSP a culpa a algum dos presentes, razão pela qual esse agente ficou por ali. Acrescentou que “a busca à escadaria dos andares superiores foi feita por um guarda da P.S.P., havendo no local vários” (DP).

Num relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, afirmou que “em 8 [de Março] foi detida pela [PSP do Porto] e entregue [à PIDE] a nacional **MARIA RAFAELA DA ROCHA GONZALEZ DE MEDINA**, professora efectiva do Liceu de Carolina Micaelis (sic), acusada de ter tomado parte [na] manifestação que [na] mesma data ocorreu [naquela] cidade”, assim como que “a referenciada, que [era] arguida num processo em instrução [naquela] Delegação, respeitante aos aludidos acontecimentos, foi (...) restituída à liberdade condicional em 12 [de Março], por se ter provado [que não tinha] qualquer responsabilidade ou intervenção no ocorrido” embora [tivesse] “interferido no serviço da [PSP]”. (1.112-S.R., DP)

Noutro relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, afirmou que “em 8 [de Março] foram detidas pela [PSP do Porto] e entregues [à PIDE], sob a acusação de terem tomado parte [na] manifestação [na] mesma data ocorrida [no Porto], as nacionais **MARIA FERNANDA MACHADO SEIXAS**, aluna do 1.º ano da Faculdade de Ciências, e **MARIA CELESTE MACHADO SEIXAS**, aluno do 5.º ano do Liceu de Carolina Micaelis (sic)”, assim como que “as referenciadas [eram] arguidas num processo em instrução [naquela] Delegação”. (1.114-S.R., DP)

Num bilhete anónimo, um informador assinala que “em 8 de Março (...), dia da mulher, foram detidas quando subiam, em atitude hostil, várias raparigas *tresloucadas* e com elas uma senhora professora” mas que “a senhora professora foi posta em liberdade dentro de dias, as raparigas estiveram detidas cerca de um mês...”, afirmando não dizer mais porque “nem S.^a Ex.^a (o sub-director da PIDE) [tinha] culpa, nem tão pouco se [desejava] prejudicar alguém; simplesmente [se lamentava] o sucedido, notando-se, contudo, que “essa polícia gosou (sic) sempre fama de incorruptível, fama que bom seria para todos voltasse a ter” (DP).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se que a PSP “dispersou os manifestantes (...) *sem que se visse forçada* (...) a fazer muitas prisões” (*O Comércio do Porto*, HML) e que “a Polícia interveio e fez *algumas* prisões” (*Diário de Notícias*, HML); ou não se escreveu nada a propósito das prisões (*Novidades*, *Diário da Manhã*, *Diário Popular*, *Jornal de Notícias*, *O Século*, HML; *O Primeiro de Maio*, *A Voz*, DP).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se que “prisões (...) foram realizadas” (*Avante!*, AC) e que “se [deram] prisões de muitas mulheres” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Nos jornais estrangeiros não se escreveu nada a propósito das prisões (*L'Humanité*, *Le Monde*, *O Jornal*, *Última Hora*, *Luta Democrática*, *Diário de Notícias*, FDIM).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro, que, além de ter sido uma das manifestantes, foi uma das detidas pela polícia na manifestação, relatou: “não sei se entretanto as soltaram, mas não eram 17 as pessoas que estavam no Governo Civil. Eram muitas mais. O número que tínhamos era o de 54 pessoas, um número bastante elevado”. E continuou: “Havia mulheres, jovens, homens... Uma operária, a Maria... [Maria Carneiro de Sá?]. Uma jovem do liceu, cujo nome não sei [Maria Celeste Seixas?]. Uma

professora, Rafaela... Medina? E mais gente. Não me lembro dos nomes”. Falando da experiência que o pai e ela tiveram, disse: “quando chegámos à **esquina da Rua 31 de Janeiro com a Rua de Santa Catarina** estava lá um Volkswagen, a que se chamava Nívea, por ser azul e branco, pequenino, redondinho. Era um carro da polícia. Um agente da PSP dirigiu-se-me e disse ‘a menina está presa, faça favor de entrar ali naquele carro’, e eu reagi, perguntei ‘estou presa porquê?’, ele respondeu ‘não interessa, está presa’. O meu pai reagiu também, disse ‘não é assim. Não podem pegar nas pessoas e dizer-lhes que estão presas sem explicar porquê’, e o polícia retorquiu ‘o senhor também’. Empurraram-nos e meteram-nos aos dois na carrinha. Levaram-nos para o Governo Civil, onde também era o comando da PSP, e depois para a delegação da PIDE. O meu pai já tinha estado preso, durante 16 anos, no Tarrafal. Fez parte da revolta dos marinheiros, de 1936 (a revolta histórica nos navios Bartolomeu Dias, Afonso de Albuquerque e Dão, na altura da guerra civil de Espanha), e foi, como outros, demitido da Marinha e condenado a 16 anos de degredo e internamento no que chamavam de colónia penal (aquilo era um campo de concentração, com tudo o que se pode imaginar). Tinha 25 anos, e estava casado com a minha mãe, que tinha 18, há pouco tempo. Foi solto estava eu, que quando ele foi preso tinha 9 meses, prestes a fazer 17 anos. Só aí é que o conheci. Eu também já tinha estado presa, durante 9 meses. Fiz parte de uma comissão de jovens de apoio à candidatura de Humberto Delgado, em 1958, e fui presa após as eleições, em 1959. Tinha 23 anos, e estava casada há 15 dias. Era a única rapariga num processo de 24 jovens, o que espelha a época. Mas isto quer dizer que tanto ele como eu já estávamos sinalizados. Eu temia mais por ele do que por mim. Tinha medo do que lhe podia acontecer, ainda por cima depois de ter passado tantos anos no Tarrafal. E lembrava-me da minha mãe, sozinha com os meus três irmãos, meninos. Na altura, corria-se o risco de perder o emprego por pressão da polícia, e tudo isso, então eu estava muito preocupada. Enquanto estive presa tive sempre a imagem deles presente”.

Como se vê, as fontes evidenciam que houve prisões, mas nem todas as mencionam, e as que o fazem não as contabilizam da mesma maneira. Os panfletos, mencionando-as, não apresentam números. Falam apenas de “prisões” ou “muitas prisões”. Um relatório do sub-director da PIDE não tece comentários sobre elas, limitando-se a dizer que foram 17. Os jornais portugueses legais ignoram-nas praticamente todos, por razões facilmente compreensíveis. Só dois não o fazem. Um deles fala em “algumas prisões” (*Diário de Notícias*) e o outro (*O Comércio do Porto*) diz que

a polícia dispersou os manifestantes “sem que se visse *forçada* a fazer *muitas* prisões”, parecendo colocar o ónus da culpa pelas prisões neles em vez de nela. O facto de sequer as mencionarem não deixa de ser intrigante, mas não foi possível averiguar os motivos pelos quais o fizeram neste trabalho. Os jornais portugueses clandestinos, denunciando-as, não as calculam. E os jornais estrangeiros também não as referem, possivelmente por não terem conhecimento delas (seria interessante saber quais eram as fontes de informação dos jornais estrangeiros e compreender as semelhanças e as diferenças de reportagem entre eles e os jornais portugueses). Maria José Ribeiro, considerando os presentes no Governo Civil, indica cerca de 54 pessoas, desde que nenhuma tenham sido libertadas entretanto. Os panfletos falam sobretudo de “mulheres e jovens operários e estudantes”. O relatório do sub-director da PIDE de mulheres e homens. Maria José Ribeiro menciona “mulheres, jovens e homens”. Algumas fontes revelam os nomes de certos presos. Os panfletos e os relatórios da PIDE identificam os homens Joaquim Ribeiro, Maurício Costa, Luís Amaral e Firmino Castro e as mulheres Maria José Ribeiro, Maria Rafaela Medina, Maria Fernanda Seixas, Maria Celeste Seixas, Maria Carneiro de Sá, Aida Maria Viana e Virgínia Luísa Silva. Revelam ainda o nome de um fotógrafo presente na manifestação que, não tendo sido preso, foi intimado a apresentar-se na delegação da PIDE: Abílio Pinto Catourrette (?). Aparentemente, Maria José Ribeiro também descreve uma parte destas pessoas, assim como a sua experiência individual de prisão, que é ilustrativa da violência do regime. Portanto, se há discordância nos números, há concordância nos nomes (mais uma vez, seria importante explorar as suas vidas e ligações, mas não foi possível fazê-lo durante este trabalho). Por fim, um bilhete anónimo mostra que determinados apologistas do regime não ficaram satisfeitos com o tempo de prisão das manifestantes e criticaram a polícia por as ter libertado tão depressa, qualificando-as de raparigas “tresloucadas” acompanhadas por uma “senhora professora”.

Houve agressões? Quantas e de que pessoas? Quão graves?

Ao se analisar os manifestos, os relatórios, os jornais e os testemunhos, pode-se concluir que houve agressões na manifestação. Segundo a maioria dos jornais, três, de homens ou mulheres (dependendo das versões). Essas pessoas tratavam-se de Aníbal José Silva, António José Pinto e Rogério da Silva, de acordo com o *Jornal de Notícias*. Em consequência dos ferimentos que sofreram (segundo algumas fontes ligeiros), os três

tiveram de ser levados para o hospital (ou de Santo António ou da Misericórdia, havendo informações contraditórias).

Num relatório-manifesto, a DORN denunciou que “como as mulheres, os jovens e os trabalhadores não tivessem temido esse aparato policial e começassem subindo a rua 31 de Janeiro, as forças repressivas, às ordens de Salazar, dos comandos fascistas e do *palhaço* do novo governador civil do Porto, cercaram as forças populares e agrediram-nas *miseravelmente* (sic), abrindo cabeças, batendo indistintamente mulheres, homens e crianças, enviando alguns dos manifestantes ao hospital” (GES).

Num relatório, o sub-director da PIDE comentou que “**apenas três indivíduos [receberam] tratamentos no Hospital por ferimentos ligeiros**”, sendo isso prova de que “**os guardas da P.S.P.**” não actuaram com “**a dureza que era aconselhável**” (1.027-S.R., FDIM).

Nos jornais portugueses legais escreveu-se que “[se registaram] correrias e atropelos, tendo sido transportados ao Hospital de Santo António três manifestantes que sofreram ligeiros ferimentos na cabeça”, não se atribuindo a responsabilidade por esses ferimentos a ninguém (*Novidades*, HML) ou que “[se registaram] correrias e atropelos, sendo transportadas, ao Hospital Geral de Santo António, três pessoas, que sofreram ferimentos na cabeça, e que regressaram a suas casas depois de socorridas” (*O Comércio do Porto*, HML); “houve três feridos no recontro da Polícia com os manifestantes: **Aníbal José Pereira da Silva, de 18 anos, chapeiro (...); António José da Conceição Pinto, de 18 anos (...); e Rogério da Silva Cardoso, de 30 anos, picheleiro (...)**” e que “todos atingidos na cabeça, tiveram de receber tratamento no Hospital de Santo António” (*Jornal de Notícias*, HML); o “estado de alteração da ordem” foi “reprimido pelas forças da P.S.P.” sem “causar danos materiais” nem “ferimentos em nenhum dos manifestantes” (*O Século*, HML); “no meio das correrias que, por vezes, se registaram ficaram feridas na cabeça três pessoas que tiveram de ser socorridas no ‘banco’ do Hospital da Misericórdia” (*O Primeiro de Janeiro*, DP) e “ficaram feridas três mulheres” (*A Voz*, DP); ou não se escreveu nada a respeito das agressões. (*Diário da Manhã*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, HML).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se que “sem atender se eram mulheres ou homens, se eram velhos ou crianças, os guardas *brutais* dessas companhias carregaram sobre os manifestantes, fazendo vários feridos” e que as lutas se travaram

“durante cerca de uma hora”, tendo-se assistido à fuga de manifestantes, que exclamavam ‘Criminosos! Assassinos! Fora Salazar’, para as lojas que os comerciantes deixaram abertas para os proteger, ouvido “gritos de mulheres feridas” e visto “manchas deixadas pelo sangue no pavimento” (*Avante!*, AC).

Nos jornais estrangeiros escreveu-se que “três pessoas ficaram feridas no decorrer de uma manifestação que se realizou quinta-feira, à tarde, no Porto” (*Le Monde*, FDIM); que “as autoridades desmentiram as informações de que haviam sido hospitalizadas três senhoras” (*O Jornal*, FDIM); ou não se escreveu nada a propósito das agressões (*L’Humanité*, *Última Hora*, *Luta Democrática*, *Diário de Notícias*, FDIM).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro comentou: “eu a chegada desse aparato já não apanhei. Conforme subi a rua vi-os a descer. Aos polícias. Mas é normal que isso tenha acontecido. Claro que eles iam irromper. Eles batiam em toda a gente que lhes aparecia à frente. Fossem homens, mulheres ou crianças. Quem se pusesse à frente. Por isso é que as pessoas protestavam. E as pessoas escondiam-se e refugiavam-se nas lojas sim senhor. Na rua 31 de Janeiro. Porque sabiam. Se reagiam, eles batiam. Íamos a subir a rua ali a meio quando eles começaram a descer por ali abaixo em força em direcção à multidão. Isso eu vi. Mas não deviam estar sozinhos, aqueles, já deviam ter lá comparsas do outro lado. Eles eram a polícia de choque. Com viseiras, etc. O que eu sei das pessoas hospitalizadas foi o que me disseram directamente mais tarde da operária que abortou e da estudante que fracturou o maxilar. Mais não sei. Só que muitos foram torturados e não foram hospitalizados, como eu e o meu pai, e outros”.

Como se vê, as fontes evidenciam que houve agressões, mas nem todas as mencionam, e as que o fazem não as avaliam da mesma maneira. O relatório da DORN refere-as e condena os seus responsáveis, que inclusive insulta, dizendo que “as forças repressivas, às ordens de Salazar, dos comandos fascistas e do *palhaço* do novo governador civil do Porto, cercaram as forças populares e agrediram-nas *miseravelmente* (sic), abrindo cabeças” e “enviando alguns dos manifestantes ao hospital”. O relatório do sub-director da PIDE, pelo contrário, lamenta que as agressões tenham sido poucas e ligeiras e critica a falta de dureza dos polícias, comentando que “*apenas* três indivíduos” receberam “tratamentos no Hospital” por “ferimentos *ligeiros*”, o que prova que “os guardas da P.S.P.” não [actuaram] com a dureza “aconselhável”, o que, novamente, põe a descoberto o ethos repressivo que caracterizava a PIDE e era incentivado pelos seus superiores. Muitos jornais portugueses legais ignoram as agressões. Um deles (*O Século*)

nega-as, dizendo que “o estado de alteração da ordem” foi “reprimido pelas forças da P.S.P.” sem “causar danos materiais” nem “ferimentos em nenhum dos manifestantes”. E outros, mesmo referindo que três pessoas foram feridas na cabeça e transportadas para o hospital (que todos dizem que é o Hospital de Santo António excepto *O Primeiro de Janeiro*, que diz que é o Hospital da Misericórdia), ignoram a responsabilidade da PSP, relacionando os ferimentos de alguns manifestantes unicamente com “correrias e atropelos”. Só um (o *Jornal de Notícias*) as reconhece e associa de modo transparente à intervenção policial, dizendo que houve feridos no “recontro da Polícia com os manifestantes” e que, tendo sido “todos atingidos na cabeça, tiveram de receber tratamento no Hospital de Santo António”). Os jornais portugueses clandestinos, em contraste e sem surpresa, denunciam-nas veementemente, culpando sem rodeios os agentes da PSP: dizem que houve “vários feridos”, provocados pelos “guardas brutais” dessas companhias, que “carregaram sobre os manifestantes”. Acrescentam que se travaram lutas “durante cerca de uma hora”; que se assistiu à fuga de alguns manifestantes, que exclamavam “Criminosos! Assassinos! Fora Salazar!”, para as lojas que os comerciantes deixaram abertas para os proteger; se ouviram “gritos” e se viram manchas de sangue no pavimento. Os jornais estrangeiros, em geral, não as mencionam, o que levanta outra vez a questão da proveniência da informação que veiculam. Um deles (*Le Monde*) fá-lo, mas não responsabiliza ninguém pelas agressões, informando apenas que “três pessoas ficaram feridas no decorrer de uma manifestação”. Outro (*O Jornal*) afirma que “as autoridades desmentiram as informações de que [foram] hospitalizadas três [pessoas]”, o que leva a pensar na possível tentativa de encobrimento das agressões pelos governantes para o exterior. Os panfletos e os jornais portugueses clandestinos referem que as forças da PSP bateram indistintamente nos manifestantes, “sem atender se eram mulheres ou homens, se eram velhos ou crianças”. Os jornais portugueses legais não esclarecem se os feridos eram homens ou mulheres, tirando *A Voz*, que fala em “três mulheres”, e o *Jornal de Notícias*, que fala em três homens, revelando inclusivamente os seus nomes (Aníbal José da Silva, António José Pinto e Rogério da Silva) e as suas idades (18, 18 e 30 anos), profissões (chapeiro e picheleiro) e moradas. O único jornal estrangeiro que refere os géneros dos feridos é *O Jornal*, que fala em “três senhoras”. Maria José Ribeiro oferece a sua perspectiva: “o que eu sei das pessoas hospitalizadas foi o que me disseram directamente mais tarde da operária que abortou e da estudante que fracturou o maxilar. Mais não sei. Só que muitos foram torturados e não foram hospitalizados, como eu, e o meu pai, e outros”.

Houve torturas?

Segundo Maria José Ribeiro, cujas declarações são corroboradas por dois manifestos e um jornal português clandestino (*A Voz das Camaradas*), houve torturas na delegação da PIDE. Pelo menos dela própria, que ficou com a cara e o corpo completamente retalhados; de seu pai, Joaquim Ribeiro, que ficou com a cabeça fracturada; de uma operária grávida (analisando os relatórios da PIDE, talvez Maria Carneiro de Sá), que abortou; e de uma estudante (analisando esses mesmos relatórios, talvez Maria Celeste Seixas), que ficou com o maxilar fracturado.

Num manifesto, as “mulheres do Porto” denunciaram que “Maria José Ribeiro” e “seu Pai Joaquim Ribeiro” foram “*barbaramente* espancados” e a “Dr.^a Rafaela Medina” não só foi “presa e *maltratada*” e “sujeita a interrogatórios pela P.I.D.E” como “*sofreu o vexame*” de ficar na mesma cela do Aljube que “uma prostituta” com a criança que [tomou] sob a sua protecção” (DP).

Noutro manifesto, “um grupo de operários” denunciou que “JOAQUIM RIBEIRO e sua filha MARIA JOSÉ RIBEIRO” [estavam] a “ser espancados nos antros da PIDE, no Porto”, lamentando que “ a [sua] cidade de trabalho e de *gente séria* [estava] a ser alvejada [pelo] *grupo de assassinos profissionais da PIDE*” e ameaçando que com eles “*o Povo [acertaria] contas*”, assim como com “*certos elementos da PSP e da GNR*”, que “*nada [tinham] a ver com os outros homens honrados dessas corporações que [eles] também [conheciam]*” (GES).

Num jornal português clandestino, uma militante comunista não identificada denunciou que “algumas [das mulheres presentes na manifestação] foram entregues à PIDE e **sofreram a tortura do sono e violentos espancamentos**” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro contou: “quando entrámos na sala de recepção, digamos assim, do Governo Civil, já lá se encontravam outras pessoas, a protestar por terem sido presas, alegando que só estavam a descer a rua, no regresso do trabalho. E o comandante da PSP na altura, o [António] Santos Júnior, que se dirigiu às mulheres dizendo ‘parece impossível. Em vez de estarem casa, a limpar o ranho aos filhos, a coser as meias aos maridos, vêm para aqui meter-se nestas coisas. Não têm vergonha?’. Entretanto também apareceu uma brigada da PIDE, que, depois de olhar em redor, apontou para mim e para o meu pai e exclamou ‘são eles! São eles os cabecilhas!’,

arrastando-nos para a delegação da PIDE. Assim que lá chegámos separaram-nos. A mim mandaram-me subir umas escadas e eu vi-me numa salinha vazia, sem nada nem ninguém, até chegar um elemento da PIDE. Eu reconheci-o da minha primeira prisão. Ele também me reconheceu. Chamou-me um nome muito feio e começou a bater-me. Deu-me várias chapadas, murros. Eu uso óculos e os óculos foram pelo ar. Pus a mão na cabeça para me proteger e o relógio soltou-se e foi também. Não contente, empurrou-me pelas escadas de onde tinha vindo para outra sala, onde eu fui recebida por uns 10 homens. Antes sabia os nomes deles todos, na altura isso até veio em várias publicações da oposição, mas agora só me lembro do Cândido Maia, que era chefe de brigada, por uma razão específica. Conforme eu entrei na sala, eles começaram a bater-me. Com um cavalo marinho. Davam-me por todos os sítios. Tentavam atingir-me nos seios, o que eu não deixava. Fiquei com a cara completamente retalhada. E as costas e tudo. Eu protegia-me o mais que podia. Tentava não ir para o meio da sala e encostar-me às paredes, dar a volta. Mas eles estavam loucos. Não sei se estavam bêbedos, como já eram oito da noite. Sei que estavam totalmente alucinados. Para além dos nomes que me chamavam, das coisas mais incríveis que me diziam, [enchiam-me de] pancada. Gritavam, chamavam-me ‘comunista’ (o que para mim não era o menor insulto, era um elogio). Diziam ‘sua comunista. Não choras. Os comunistas não choram. Chora, chora, chora!’ e batiam-me. Eu não reagia aos insultos, fazia de conta que eles não existiam, só tentava defender-me. A certa altura, ao dar a voltinha na parede, senti qualquer coisa nas pernas. Era um banco. Sentei-me. Quando me sentei (estes gestos por vezes não são esperados) eles pararam. Mas rapidamente o chefe de brigada (é por isso que eu ainda me lembro dele) se aproximou de mim, me chamou o nome da praxe, ‘sua esta’, e me deu duas bofetadas daquelas que eu não esqueço mais, porque eu nunca tinha levado uma bofetada. Os meus pais nunca me tinham batido. De repente eu ouvi uma voz, vinda de fora da sala, a dizer ‘já chega! já chega!’. Perguntei-me ‘quem será o mensageiro?’. A verdade é que eles pararam. Um deles pôs-me numa cela subterrânea, onde me deixou ficar umas horas. Ao fim desse tempo, abriram a porta, olharam pelo postigo e disseram ‘ela está ali sentada, ainda por cima de lencinho. Não lhe doeu nada. Vamos trazê-la cá para fora’. É evidente que, ao ouvir isto, a minha cabeça começou a ferver. Porque eu tinha informações sobre formas indizíveis de violência contra mulheres. Eles sabiam como nos humilhar. Não deixavam as mulheres vestir-se, não deixavam as mulheres com o período menstrual limpar-se e lavar-se... Também havia mulheres polícias e, de uma maneira geral, elas é que faziam esse trabalho com mulheres. Tudo isso me passou pela cabeça. Pensei ‘bem,

agora é que vai ser a sério, vão-me dar mais uma carga de porrada. Mas nem que eu morra. Eles não vão fazer o que querem'. No meio dos meus pensamentos, mandaram-me sair. Eu saí, fui seguindo pelos corredores labirínticos e subi umas escadas. Abriram uma porta e meteram-me num sítio que chamavam de 'quarto especial', um quarto muito pequenino. Tinha uma cama de ferro, sem roupa nem nada, só com o colchão, e eu tentei encostarme, só que não consegui, porque estava cheia de vergastas, de vergões nas costas e nas pernas. Tudo me doía. De maneira que acabei por ficar de joelhos, com a testa nos braços, para poder descansar. Nesse dia e nos dois dias seguintes. Como eu, o meu pai foi espancado sozinho. E, enquanto a mim me chamavam nomes, a ele diziam-lhe que eu era isto e aquilo. Só que ele ainda se mexia bem e reagia. Batiam-lhe e ele respondia. Claro que ficou em mau estado. Fracturaram-lhe a cabeça. Além de nós, sei que havia uma operária na empresa fabril do norte, na Senhora da Hora, a Maria. Era assim que a conhecia. Ela estava grávida. No meio daquela pancadaria, caiu. Tiveram de levá-la para o hospital, porque ela acabou por abortar [Maria Carneiro de Sá?]. Havia ainda uma jovem estudante que, ao ser forçada a descer as escadas, tropeçou. Para a fazerem levantar, deram-lhe um pontapé, e fracturaram-lhe o maxilar. Também tiveram de levá-la para o hospital [Maria Celeste de Seixas?].” E retrocedeu: “dois dias após eu ter sido presa, chamaram-me para a identificação e o interrogatório. Perguntaram-me o que estava a fazer ali. Eu disse que estava apenas a ir para casa. Eles não acreditaram. Levaram-me outra vez para o quarto, onde eu fiquei até passar precisamente um mês, sem voltar a ser interrogada. No dia 8 de Abril um agente da PIDE mandou-me apanhar as minhas coisas e segui-lo. Encaminhou-me para o gabinete do inspector [Octávio?] Sanches, que me disse ‘parece mentira, uma menina tão jovem andar metida nisto. Mas pelos vistos gosta, já não é a primeira vez que está aqui. E como gosta vai para Caxias, que é onde devia estar sempre. Para ao pé das suas amigas, que há lá muitas, passar o seu tempo. Talvez uns dez anitos’. Algo muito absurdo. Mas podia ser verdade. Era tudo muito arbitrário. Eu deixei-o falar. Ele tocou a campainha e um agente veio novamente buscar-me ao gabinete. Quando estávamos a atravessar a porta eu vi o meu pai, no mesmo piso, junto a uma coluna. Presumi que lhe ia acontecer o mesmo. O agente conduziu-me até ao portão, onde me mandou sair e esperar, e foi isso que eu fiz. Encostei-me à parede à espera. Não sabia do quê. Talvez de uma carrinha. Mas não se deixava um preso assim. Comecei a andar devagarinho para ver o que acontecia. Pensei que podia ser uma armadilha, para eles dizerem que eu fugi ou uma coisa parecida, e que não valia a pena arriscar. Então parei na esquina. Vi o meu pai a sair do mesmo portão por onde eu tinha saído, a fazer

exactamente o mesmo que eu fiz. A olhar para um lado, a olhar para o outro, intrigado por não estar ali nenhuma carrinha. Quando me viu, eu fiz-lhe sinal com a mão para ter calma. Ele assentiu e foi andando devagarinho, até chegar ao pé de mim, tão confuso quanto eu. Esperámos mais algum tempo e, como não houve mais nenhum movimento, eu telefonei a um amigo, um colega de trabalho da empresa, que nos foi buscar de táxi. Quer dizer, prenderam-nos, espancaram-nos e ainda nos soltaram desta forma. Foi realmente muito mau. Só confirmou o que nós já sabíamos sobre o regime”.

Como se vê, as fontes evidenciam que houve torturas, físicas e psicológicas, a alguns manifestantes na sequência da manifestação, mas apenas os panfletos, um jornal português clandestino (*A Voz das Camaradas*) e Maria José Ribeiro as mencionam. O outro jornal português clandestino (*Avante!*), não as mencionando na edição citada, possivelmente menciona-as em edições posteriores, visto esta ter saído pouco depois da manifestação. O mesmo não se pode dizer das restantes fontes: os relatórios da PIDE nunca referiam as torturas a que sujeitavam os presos; os jornais portugueses legais, mesmo que o quisessem fazer, obviamente eram impedidos pela censura; e os jornais estrangeiros, a não ser que estivessem em contacto com a oposição, provavelmente não as conheciam, ou podiam comprovar. Nesse sentido, além dos manifestantes enumerados por Maria José Ribeiro, outros poderão ter sido torturados (o que merece uma investigação mais aprofundada).

Cobertura e divulgação

**Que repercussão teve a manifestação nos meios de comunicação portugueses?
E estrangeiros? Quantos e quais a reportaram?**

Entre os jornais portugueses legais, no mínimo nove – o *Novidades*, o *Diário da Manhã*, o *Comércio do Porto*, o *Diário Popular*, o *Jornal de Notícias*, o *Século*, o *Diário de Notícias*, o *Primeiro de Janeiro* e *A Voz* – reportaram a manifestação. Outro deles – o *República* –, não a tendo reportado, publicou um artigo surpreendentemente progressista para a época sobre o dia internacional da mulher. Entre os jornais portugueses clandestinos, pelo menos dois – o *Avante!* e *A Voz das Camaradas* – a reportaram. Estes jornais não só escreveram os artigos sobre a manifestação como escreveram outras colunas sobre o problema colonial. Finalmente, entre os jornais estrangeiros, no mínimo seis – o *L’Humanité*, o *Le Monde*, o *Jornal*, o *Última Hora*, o *Luta Democrática* e o

*Diário de Notícias*³⁴ – a reportaram. Além destes, mais, que não se tenham identificado no curso desta investigação, a podem ter reportado.

De que modo? Que informação revelaram e/ou não revelaram? De que forma? Com ou sem correcção e rigor? Que interpretação promoveram?

Os jornais portugueses legais, salvo raras excepções, reportaram a manifestação com bastantes deturpações, ocultações e imprecisões, o que não é de admirar, sobretudo considerando que um deles era o órgão oficial do governo (*Diário da Manhã*), outro o órgão oficial da Igreja Católica (*Novidades*), cúmplice do regime, e os restantes, pelo menos sob determinadas direcções³⁵, os órgãos oficiosos do governo (*O Comércio do Porto*, o *Diário Popular*, *O Século*, o *Diário de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro*) e da Igreja Católica (*A Voz*), tirando um (o *Jornal de Notícias*), o único destes órgãos conotado com a “oposição” em vez de com a “situação” (Tengarrinha *apud* Alves 2016).

Contudo, tendo em conta que estes jornais eram visados pela censura³⁶, não se pode apurar se as deturpações, ocultações e imprecisões com que reportaram a manifestação foram ou não intencionais, a não ser que se consultem os seus cortes. E nem mesmo esse exercício oferece garantias de que se descobrirá o que realmente se passou, já que muitos jornalistas acabaram por interiorizar o crivo censório e por se antecipar à acção da censura, auto-censurando-se (Rosas e Brito 1996). De qualquer forma, seria importante tentar averiguar se a censura teve efeitos sobre os artigos que estes publicaram; se existiram tensões entre os jornalistas e os censores; se os primeiros foram persuadidos a retirar, alterar ou acrescentar informações ou avaliações sobre os eventos pelos últimos.

Por outro lado, o facto de sequer terem reportado a manifestação, e na maior parte dos casos em mais do que uma ou duas linhas, não deixa de surpreender, principalmente

³⁴ O *L'Humanité* e o *Le Monde* eram franceses; o *Jornal*, o *Última Hora*, o *Luta Democrática* e o *Diário de Notícias* eram brasileiros.

³⁵ O *Diário de Notícias* quando dirigido por Augusto de Castro, *O Século* quando dirigido por João Pereira da Rosa, o *Diário Popular* quando dirigido por Francisco da Cunha Leão e Martinho Nobre de Melo, o que se verificava na data da manifestação.

³⁶ Antes de os jornais portugueses “legais” serem publicados, os seus funcionários tinham de se deslocar às comissões de censura com provas dos seus artigos em triplicado, para que estas fossem examinadas. Uma dessas provas regressava com dois carimbos (o primeiro contendo a palavra ‘visado’ e a indicação do local da comissão e o segundo contendo uma das variantes possíveis: ‘autorizado’, ‘autorizado com cortes’, ‘suspensão’, ‘retirado’ ou ‘cortado’). Se, por acaso, fossem alterados, não podiam evidenciá-lo nas suas páginas, sendo obrigados a preencher todos os espaços em branco, para que os leitores não se apercebessem da acção da censura (Rosas e Brito 1996).

porque esta se tratava de uma manifestação, entre outras coisas, contra a guerra colonial, e promovida por mulheres. No seu testemunho para a reportagem de Andreia Friaças (2020), Maria Teresa Horta contou: “[passei] pela *Capital*, pelo *Século* [e] pelo *Diário de Notícias* [e verifiquei que] a censura cortava sempre qualquer referência ao envolvimento de mulheres fosse no que fosse”. “[Porque] o regime não podia deixar que se soubesse que as mulheres estavam a sair de casa e a protestar”. E, se “[mulheres numa] manifestação [já irritavam] o poder, [mulheres a organizar uma manifestação irritavam-no ainda mais]”. No seu, Irene Pimentel reforçou: “a lógica era: apaga-se dos jornais, apaga-se da memória”. “Este era (...) um dia de luta das mulheres e isso ia completamente contra a ideologia do regime”³⁷. No entanto, convém lembrar que estes jornais, tendo reportado a manifestação, e até mencionado a presença e a centralidade das mulheres, ignoraram ou desprezaram a data da sua realização (o dia internacional da mulher) e o seu significado, assim como as motivações dos seus organizadores (nomeadamente protestar contra a guerra colonial), os quais descredibilizaram e denegriram. De qualquer modo, seria interessante saber em que condições o fizeram; se os seus jornalistas tiveram de negociar essa possibilidade com os censores e se estes lhes impuseram condições. E também porque é que outros jornais portugueses legais não a reportaram; se por os terem impedido ou lhes terem imposto condições que eles recusaram.

Os jornais portugueses clandestinos reportaram a manifestação de modo mais rigoroso, mas possivelmente com alguns exageros (por exemplo, quanto ao número de manifestantes, muito superior ao referido pelos restantes jornais) e também com algumas omissões e imprecisões (por exemplo, quanto aos números de presos e feridos), que são compreensíveis: por um lado, esses jornais precisavam de manter as pessoas galvanizadas para prosseguir e intensificar a luta contra o regime, e, por outro, eram produzidos em constante sobressalto, pelo que tinham muito pouco tempo para apurar os factos. Margarida Tengarrinha, a autora do artigo sobre a manifestação no *Avante!*, declara que “a descrição que aparece no [jornal] é a correcta porque se baseia em informações facultadas por pessoas que nela participaram” e ainda que “as notícias publicadas no *Avante!* correspondiam sempre à realidade”, pois “no [jornal] nunca se pretendeu avolumar os factos ou multiplicar por 10 aquilo que era 1, apenas pôr em relevo a

³⁷ Andreia Friaças, “8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros”, *Público*, 2020. <https://www.publico.pt/2020/03/08/impar/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>

importância de determinados dados”. Mesmo assim, admite que as pessoas que transmitiram as informações sobre a manifestação à redacção do *Avante!* tenham sobrestimado o número de manifestantes, embora não o garanta.

Por fim, os jornais estrangeiros também reportaram a manifestação de modo relativamente rigoroso, mas com bastantes omissões (por exemplo, quanto aos organizadores, à efeméride em causa, aos presos e aos feridos) e algumas imprecisões ou incoerências (por exemplo, quanto à violência da actuação da PSP), que provavelmente se devem ao seu desconhecimento ou à sua impossibilidade de comprovação dos factos, visto que pelo menos dois deles (o *L’Humanité* e, sobretudo, o *Le Monde*, que era o mais lido pela oposição) publicavam frequentemente notícias não só sobre as manifestações e os protestos internos contra o regime, mas também sobre a guerra colonial, até sobre as prisões e os assassinatos da responsabilidade da PIDE/DGS (Tengarrinha *apud* Alves 2016).

Qualquer um destes jornais enfrentava sérios problemas no acesso à informação isenta e objectiva sobre os acontecimentos em Portugal. Mas cada um deles tinha as suas próprias fontes e os seus próprios circuitos informativos, que seria importante conhecer em profundidade para tirar conclusões sólidas. Quanto aos jornais portugueses clandestinos, nomeadamente o *Avante!*, segundo Margarida Tengarrinha, “as informações, escritas ou orais, sobre os acontecimentos eram transmitidas pelos camaradas dos organismos nas várias regiões aos funcionários que os controlavam, e por eles à comissão de redacção, que as publicava”³⁸. No caso particular da manifestação, a entrevistada, que, quando escreveu o artigo, tinha 35 anos e “vivia na clandestinidade, nos arredores de Lisboa, onde estava escondida a redacção” do jornal, evoca: “lembro-me de que a informação me chegou muito completa, com (...) os locais, o que se gritou. Na altura pensei até que tivesse sido escrita pela Virgínia Moura, [que nela estive presente], mas não o posso [assegurar]”³⁹. Quanto aos jornais estrangeiros, de acordo com José Tengarrinha, estes mantinham contactos “muito reservados” com a oposição (Tengarrinha *apud* Alves 2016: 192).

³⁸ Entrevista a Margarida Tengarrinha.

³⁹ Andreia Friças, “8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros”, *Público*, 2020. <https://www.publico.pt/2020/03/08/impar/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>

Os jornais portugueses clandestinos e os jornais estrangeiros também se deparavam com grandes entraves à sua distribuição. Os primeiros eram expressamente proibidos e corriam o risco permanente de ser apreendidos, precisando de seguir uma série de regras conspirativas extremamente apertadas para ser distribuídos. Os seus autores estavam sempre na mira da polícia política, que os perseguia e, à mínima oportunidade, os prendia (PCP 1982). Os últimos, quando publicavam notícias desfavoráveis ao governo, eram impedidos de entrar em Portugal, confiscados nos correios e nas bancas de venda, tendo de passar as fronteiras em segredo e de ser distribuídos com muitas precauções. Os seus autores muitas vezes também eram perseguidos, ameaçados e até expulsos do país (Tengarrinha *apud* Alves 2016).

Nesse sentido, os jornais portugueses legais eram os que tinham mais alcance e, à partida, mais influência sobre os leitores, pelo que é possível, ou mesmo provável, que a versão da manifestação que eles apresentaram seja a que moldou mais a opinião pública da época.

Mesmo assim, ao que parece, até essa versão passou despercebida, talvez pelo pouco destaque, ou pela pouca relevância, que os jornais portugueses legais deram à manifestação. Maria José Ribeiro, por exemplo, desconhecia os artigos que estes publicaram. Na sua entrevista, disse: “creio que [os jornais não reportaram a manifestação]. Se tiver saído alguma coisa foi no JN, que tinha uma secção onde às vezes apareciam umas notícias pequeninas, todas truncadas, quando havia coisas destas. [Os jornais] qualificavam sempre os manifestantes como grupos de malfeitores, comunistas, que queriam deitar o regime abaixo. Ou de meliantes, jovens inconscientes. Para as pessoas ficarem com medo e não se meterem em nada. E em notícias que passariam despercebidas a quem não andasse ali às voltas. Tenho ideia de ter ouvido um moço que era jornalista lá dizer que havia um localzinho onde saíam umas notícias pequenas quando aconteciam coisas destas. Mas censuradíssimas, porque também não podiam dizer mais do que aquilo. Só o que a censura deixava passar”⁴⁰.

⁴⁰ Entrevista a Maria José Ribeiro.

Consequências

Que impacto teve a manifestação na opinião pública? Que reacções provocou por parte das pessoas, sobretudo das mulheres? E do governo e da assembleia nacional?

É muito difícil avaliar o impacto real da manifestação na opinião pública, e saber as verdadeiras reacções das pessoas, sobretudo das mulheres, tendo esta ocorrido durante a ditadura fascista, num clima de medo, de terror. Pela informação que se extrai dos panfletos, dos relatórios e do testemunho de Maria José Ribeiro, constata-se, no entanto, que houve contestação das prisões dos manifestantes, inclusive com novas manifestações, que resultaram também em mais prisões. Ao mesmo tempo, com base no pedido de pesquisa que se efectuou no Arquivo Oliveira Salazar e na pesquisa que se efectuou no arquivo virtual dos debates parlamentares, não é possível conhecer o impacto que a manifestação teve no governo e na assembleia nacional, saber as reacções dos altos responsáveis estatais.

Num manifesto, “estudantes” denunciaram que “colegas [seus], rapazes e raparigas, foram presos no (...) dia 8 de Março, quando manifestavam a sua solidariedade para com os presos políticos e exigiam a sua libertação” e que eles estavam “sofrendo insultos e maus tratos na PIDE”; apelaram a que todos os estudantes se solidarizassem “com os [seus] colegas presos e [exigissem] do Reitor da Universidade a sua imediata libertação”; a que [na] sexta-feira, 16, às 18 horas, [se concentrassem] no átrio de Química da Faculdade de Ciências e [apresentassem] ao Reitor as [suas] reivindicações; todos juntos, pelos [seus] colegas!” (FDIM).

Num manifesto em resposta a esse, outros “estudantes” protestaram que “um grupo de jovens ‘exigiu’, em nome de *uma* Academia do Porto, a Sua Excelência o Snr. Ministro da Educação Nacional a libertação de *determinados* estudantes universitários **detidos por ofensa e desrespeito à dignidade da Nação Portuguesa (sic)**”, afirmando não poder de modo algum estar **coniventes** com esta “**atitude ‘influenciada’** dos determinados jovens” e denunciando “1. a inexistência de tal Academia do Porto; 2. a exigência absurda a um membro de uma hierarquia governativa, sem estar fundamentada em nenhum órgão representativo; 3. o modo *arrogante, abusivo e provocador* em que está redigido; 4. a já anterior libertação de tais elementos; 5. a ignorância da finalidade do texto por alguns dos signatários; e ainda o **fim oculto desta posição, tendente a servir**

determinados objectivos políticos – *perfeita quinta coluna de um movimento que nega a missão histórica da nossa Pátria* e que desvirtua a presença do estudante, tentando alargar esta a campos fora do seu âmbito” (FDIM).

Num manifesto, um “grupo de operários” apelava a que “[protestassem] – através de cartas, postais, telefonemas, concentrações junto das autoridades civis e eclesiásticas e por todas as formas ao [seu] alcance – contra as prisões dos jovens **MAURÍCIO BARRETO, FERNANDA SEIXAS e irmã, MARIA JOSÉ RIBEIRO**” e “outros jovens operários e estudantes”, assim como “contra a prisão [de] **JOAQUIM RIBEIRO** (...), gravemente doente em consequência de mais de 15 anos de prisão no Tarrafal”, denunciando que Maria José Ribeiro e o seu pai Joaquim Ribeiro estavam a ser espancados. Deram ainda conta de que “algumas centenas de estudantes, encorajados pelos trabalhadores, protestaram, junto da Universidade do Porto, contra as prisões [de] vários operários e estudantes” em 8 de Março (GES).

Num manifesto, as “mulheres do Porto” declaravam que “[era] um dever [protestarem] energeticamente junto das autoridades e [exigirem] a sua imediata libertação” e incitavam “**NÃO NOS DEIXEMOS INTIMIDAR. O SALAZARISMO ESTÁ NA AGONIA**” (GES).

Num relatório-manifesto, a DORN apelava a que “[exigissem] a libertação dos presos do 8 de Março” (GES).

Num relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, disse que “junto [remetia] a [S. Ex.^a] (director da PIDE) cópia dum panfleto intitulado ‘ESTUDANTES DO PORTO! UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSITÁRIAS!’ e um exemplar de outro com a epígrafe ‘COMUNICADO’ chegados ao conhecimento [daquela] Delegação”. Comentava que “tudo [levava] a crer que o panfleto A [tinha sido] forjado por elementos ligados às manifestações realizadas [na] cidade, em 8 do corrente, a *pretexto* das comemorações do ‘Dia Mundial da Mulher’, ao passo que o panfleto B [deveria] ter sido, sem dúvida, posto a circular por elementos opostos aos primeiros” (1.141-S.R., FDIM).

Noutro relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, declarou que “na sequência do plano de agitação que [estava] sendo levado a efeito, [se pretendeu] ao passado dia 16 realizar o que devia ser uma concentração de estudantes com o propósito anunciado de junto do Reitor da Universidade lavrar o protesto da Academia pelas prisões de estudantes que teriam sido efectuadas quando da manifestação de 8 de [Março], das

agressões de que teriam sido vítimas quando foram dispersados e da dureza do regime prisional a que estariam sujeitos”. Acrescentou que “à hora anunciada – 18 horas – [se foram] juntando em frente da Universidade **menos de 50 estudantes, na sua maioria com aspecto de desinteressados e simples espectadores**” e que “a presença dum piquete da P.S.P. foi suficiente para que dispersassem”, que “só decorridos minutos se notou a formação dum pequeno grupo em atitude como que de provocação”, tendo os estudantes que o constituíam sido então dispersos “com algumas cassetetadas (sic)”. Afirmou ainda que [no dia 18] “circulou o boato de que haveria manifestações no decorrer do encontro de futebol com a Associação Académica de Coimbra marcado para o Estádio das Antas, o que levou a P.S.P. a tomar medidas visíveis de actuação”, não se tendo verificado porém “o menor esboço de alteração da ordem” (1.190-S.R., DP).

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro confirmou que a manifestação “teve repercussões na população”, como “é evidente”. Esclareceu: “as famílias das pessoas que estavam presas eram muitas, o edifício da PIDE há anos tinha sido habitação e estava metido no meio de outras habitações, e estas coisas vêem-se e ouvem-se e sabem-se. Cada notícia que vinha lá de dentro e era partilhada entre as famílias cá fora solidificava a ideia de que os presos estavam a ser muito mal tratados, o facto de [algumas] pessoas terem ido parar ao hospital também. Pelo que houve uma grande onda de solidariedade na cidade. De protestos, imensos, para as várias instâncias superiores. Documentos, abaixo-assinados... Porque foi muito violento. Mesmo para os parâmetros de violência da PIDE. Era muito raro isso acontecer tão [publicamente]. Acontecia mais com a PSP e [outras polícias]. Houve protestos para o Ministério do Interior, que dizia que ia averiguar e dar reprimendas, para ‘tapar o sol com a peneira’. Que não tinha nada a ver com isso, que os agentes é que tinham ido além das suas competências, essas coisas. De qualquer forma, toda essa movimentação deve ter aquietado um bocadinho aqueles ânimos, porque ninguém foi levado a tribunal. Eu penso que, se não fosse isso, nós teríamos sofrido ainda mais, sobretudo durante a prisão; que não nos teriam deixado estar lá sem nos darem um susto ainda maior”. Partilhou a sua experiência pessoal: “no dia depois de eu e o meu pai termos sido presos, a minha mãe procurou ter visitas connosco, para saber como nós estávamos, para nos ver. [Na PIDE] não a deixaram, nem receberam as coisas que ela levava. Mas entregaram-lhe, dentro de um jornal, uma roupa do meu pai, que ia cheia de sangue. Naturalmente, ela ficou alarmadíssima. Com as informações que andavam a circular, convenceu-se de que estávamos mortos. E voltou, nos doze dias seguintes,

dizendo que não saía de lá sem nos ver, vivos ou mortos. Mais tarde contou-nos que o medo de nos ter perdido era tão forte que não o conseguiu evitar. Eventualmente, deixaram-na ter a visita, com cada um de nós em separado. Eu já não tinha muitas marcas, mas o meu pai ainda estava com adesivos/pensos. Vendo-o assim, a minha mãe ficou preocupada, mas ele aquietou-a, e ela regressou a casa mais descansada, por nos ter visto e verificado que estávamos vivos. A partir daí marcaram-lhe as visitas”.

Suscitou ou não a consciência de mais gente para os problemas da guerra colonial, do colonialismo e do regime fascista como um todo? E da condição das mulheres? Proporcionou ou não a criação e/ou a consolidação de identidades e solidariedades femininas em torno da luta contra a guerra, o colonialismo e o regime? Traduziu-se ou não em mais acções com vista a contestar a guerra, o colonialismo e o regime? Se sim, com que regularidade, natureza e eficácia?

Mais uma vez, é muito difícil avaliar se a manifestação suscitou ou não a consciência de mais gente para os problemas da guerra colonial, do colonialismo e do regime como um todo, assim como da condição das mulheres, e se proporcionou ou não a criação e/ou a consolidação de identidades e solidariedades femininas em torno da luta contra a guerra, o colonialismo e o regime, considerando que esta aconteceu durante a ditadura fascista, em que não havia liberdade de expressão, de associação e de reunião. No que toca às acções, sabe-se, no entanto, que, após a manifestação de 8 de Março, houve, por exemplo, as manifestações de 1 e 8 de Maio, que tinham como dois dos seus objectivos protestar contra a guerra colonial e o regime. Porém, estas já estavam previstas pelo PCP há meses, pelo que não se podem considerar uma consequência propriamente dita da manifestação.

Num manifesto, um “grupo de operários” declarou que “o salazarismo, enfurecido pelas grandiosas manifestações [de] 31 de Janeiro e 8 de Março, no Porto, em que a classe operária [tinha] demonstrado ser a força de vanguarda na luta por PAZ EM ANGOLA, AMNISTIA, AUMENTO IMEDIATO DE SALÁRIOS, [faria] todos os esforços para deter a marcha do Povo português a caminho da LIBERDADE e da DEMOCRACIA” mas que a “cada dia que [passava] o Povo português se [robustecia] e [temperava mais] para as grandes jornadas libertadoras que se [aproximavam]”. Apelou a que “NO DIA 1º DE MAIO todos [faltassem] ao trabalho e [comemorassem] em passeios, festas e bailes

o DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR”, lembrando que perder um dia não trabalhando significava ganhar “muitos anos de PÃO, PAZ, TRABALHO E ALEGRIA!”, e “NO DIA 8 DE MAIO – fim da 2ª guerra mundial – a voz da classe operária gritando “PAZ EM ANGOLA!” numa gigantesca manifestação de rua [fizesse] calar a boca dos canhões, assassinos dos [seus] jovens e dos patriotas e mártires angolanos – todos vítimas dos grandes monopólios a quem a guerra [interessava]” (GES).

Noutro manifesto, o “Núcleo de Junta de Acção Patriótica” constatou que se aproximava o mês de Maio, “o [seu] mês”, e informou que “as datas de 1, 8 e 28 [seriam] assinaladas em todo o país, por manifestações que [eles tornariam] grandiosas”. Assegurou que “se todos [quisessem] e [se mantivessem] unidos [poderia] esse mês ser decisivo para o derrubamento do fascismo”. Prosseguiu dizendo que “se [o Povo do Alentejo estava] há anos em luta permanente”; “no último período eleitoral o Povo de Almada, de Grândola, da Cova da Piedade, do Couço e de Lisboa se [tinham manifestado] contra o salazarismo”; “a Academia das três Universidades do país [sustentava] com greve uma luta pertinaz e conseqüente, pela sua autonomia”, e “no Porto as jornadas de 31 de Janeiro e 8 de Março [tinham sido] afirmações de que o Povo, mesmo desarmado, não [virava] a cara à luta contra os carrascos da repressão armados até aos dentes” poderiam “ter a certeza de que as lutas que se [aproximavam constituiriam] uma série de seguros passos em frente no caminho da sublevação nacional para o total derrubamento do fascismo português”. Apelou: “POVO DO PORTO! À LUTA! POVO DO PORTO! COM A NOSSA UNIDADE VENCEREMOS! DEMOCRATAS! UNIDOS! PORTUGAL SIM! FASCISMO NÃO!” (GES).

Num relatório-manifesto, a DORN afirmou que “o povo não está disposto a aguentar mais esta situação”. Profetizou que “do Sangue caído na rua 31 de Janeiro se [ergueriam] novos braços, novas vozes, novas heróicas e poderosas manifestações por Paz, Pão e Liberdade”, que “o povo não [pararia] mais até ao fim do fascismo e [que] o fim do fascismo [seria] a acção do povo que o [apressaria e conquistaria]”. Acrescentou que “ao saudar (sic) as heróicas mulheres do Porto, assim como os jovens e demais democratas que as acompanharam, o Partido Comunista Português” apelava a que eles cerrassem “fileiras com todo o Povo do Porto nas duas próximas grandes acções”: no dia 1º DE MAIO em todo o país, “não comparecendo ao trabalho, confraternizando e discutindo os problemas dos trabalhadores”; no dia 8 DE MAIO na Praça da Liberdade, exigindo na manifestação “a Paz em Angola e o fim do fascismo”. Lançava o repto de

que organizassem desde logo as acções do 1º de Maio e constituíssem grupos de acção para a manifestação do 8 de Maio!” (GES).

Noutro relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, informou que “em panfletos com a indicação de serem da autoria da ‘d direcção da organização regional do Norte do partido comunista’ [se preconizava] a efectivação de **‘novas acções’ em seguimento da de ‘31 de Janeiro’**”, nos quais “se [fazia] apelo a que se [realizassem] demonstrações nas datas de **8 de Março – dia mundial da mulher; 1º de Maio – dia do trabalhador e 8 de Maio – dia mundial da paz**” (969-S.R., FDIM).

Num relatório, o sub-director da PIDE, Rogério Coelho Dias, comunicou que “do plano traçado pelos agitadores que levaram a cabo as manifestações do ‘31 de Janeiro’, faziam parte **três outras datas que deviam ser assinaladas** de igual forma: **8 de Março – ‘Dia mundial da mulher’, 1º. De Maio – ‘Dia mundial do trabalhador’, e 8 de Maio – ‘Dia mundial da paz’** (1.027-S.R., FDIM).

Nos jornais portugueses clandestinos escreveu-se que “as lutas que durante cerca de uma hora se travaram”, “as prisões que foram realizadas”, “os gritos das mulheres feridas, o sangue que [deixou] manchas no pavimento (...) fortaleceram ainda mais a vontade do bravo povo do Porto de expulsar o salazarismo, de conquistar o Pão, a Liberdade e a Paz” e apelavam a que no dia 1 de Maio “por todo o lado o (...) povo [seguisse] o exemplo do Porto, gritando a sua vontade de varrer com o fascismo, de conquistar a Liberdade Política!” (*Avante!*, AC); que “a presença das mulheres não se verificou apenas nesta jornada”, tendo a sua “corajosa” intervenção também sido notada nas “grandes manifestações populares contra Salazar dos dias 31 de Janeiro, 1 e 8 de Maio”, e que “tanto em Lisboa, Porto, Couço, como em Setúbal, Aljustrel e Ervidel muitas mulheres incitavam os seus companheiros de luta a não ceder perante a repressão e apedrejavam a polícia” (*A Voz das Camaradas*, CC). Concluiu-se que havia que se prosseguir com as “lutas pelas suas reivindicações fundamentais e prementes”, pois elas poderiam “cada vez mais esclarecer, educar e trazer as mulheres à luta política” e, para isso, “fazer um intenso trabalho de organização”. Que era necessário que todas [as funcionárias do partido se desenvolvessem], de modo a que “em qualquer altura o [seu] Partido [pudesse contar com elas] como quadros femininos, capazes de organizar as mulheres na luta contra o fascismo” (*A Voz das Camaradas*, CC).

Na sua entrevista, Margarida Tengarrinha disse: “todos os tipos de manifestação contra a guerra colonial, e foram variadíssimos, e não só do PCP (com os anos surgiram outras organizações políticas, ainda que mais débeis), deram um contributo importante para a activação das consciências das pessoas. Porque cada família, cada pessoa, cada mulher (tirando as fascistas do MNF, que eram uma ínfima parcela da população), odiava, dentro de si própria, que os seus entes queridos fossem para a guerra colonial, sabendo que eles possivelmente morreriam. Mas odiava-o isoladamente. Estas acções criavam uma ideia geral do que era a guerra colonial e um espírito de indignação colectivo. Ora, o papel destas acções contra as guerras coloniais foi um papel de explicação, de mobilização consciente. Além das grandes manifestações contra a guerra colonial, houve montes de pequenas manifestações, inclusivamente dos próprios soldados, nos quartéis; muitíssimos documentos redigidos e lançados ou postos nas caixas de correio, maioritariamente pelo PCP. Nessa época, o esclarecimento do que era a guerra colonial, o colonialismo e a luta pela auto-determinação e independência das colónias foi grandemente encabeçado pelo PCP. Desde o V Congresso, que se realizou em 1957⁴¹. Foi nesse congresso, do qual existe muita documentação e no qual houve várias intervenções importantes contra a guerra colonial, que o PCP claramente se expressou ‘pela independência dos povos submetidos ao colonialismo português’. E os congressos são os órgãos máximos do partido, portanto, se essa orientação foi posta num congresso, ela foi seguida por todo o partido ao longo dos anos, até ao fim da guerra, e expressada em movimentações, em lutas, grandes ou pequenas, nesse sentido. É para isso que servem os congressos. Para apresentar orientações que depois são seguidas. Durante a guerra colonial, o PCP tinha como palavras de ordem ‘fim da guerra colonial, regresso dos soldados, independência das colónias’. Quando falamos da adesão às lutas contra a guerra também temos de tomar em consideração a propaganda brutal do regime fascista, e a sua repressão implacável. Esse regime de medo, de terror, endureceu ainda mais quando a guerra colonial se iniciou, o que atemorizava as pessoas. Havia várias formas de luta contra a guerra, mas nem todas tinham uma expressão muito grande. Porque havia um medo muito grande. A luta teve momentos tão agudos quanto aqueles em que [as forças policiais] atiraram sobre os manifestantes e os assassinaram. E não se temia ‘só’ os assassinatos, as torturas e as prisões, temia-se ainda a perda do emprego e do que comer.

⁴¹ Convém sublinhar que, como já se mencionou no enquadramento histórico, apesar de pioneira, e incontestavelmente essencial e louvável, a atitude anti-colonialista do PCP não deixou de ser demorada e, muitas vezes, vaga e hesitante (Rosas 2017; Madeira 2013).

O regime não tirava apenas a liberdade aos seus opositores, tirava tudo. Era preciso ter muita coragem para lutar contra o fascismo”.

Na sua entrevista, Maria José Ribeiro disse: “deve ter colocado interrogações. Era proibidíssimo falar na guerra, quanto mais contestá-la. Mas nenhuma família que não estivesse integrada na ideologia dominante ficava contente quando o seu filho era mobilizado. Todas as famílias ficavam numa angústia, numa inquietação horrível. Então, algumas pessoas já falavam, à boca pequena. As outras, que ainda não falavam, devem, pelo menos, ter-se interrogado. Principalmente as mulheres. Tendo a manifestação de 8 de Março sido uma manifestação de mulheres, ou melhor, organizada por mulheres, com o apoio e a participação de muitos homens, deve ter mergulhado umas quantas mulheres em interrogações”. E adicionou: “outras iniciativas assim tão públicas julgo que aconteceram mais na altura dos embarques dos militares. Houve manifestações de mulheres contra a guerra nos cais de partida e chegada. Normalmente na Rocha Conde de Óbidos, aí; no Porto de Leixões, aqui... E noutros sítios. Do que eu soube. Eu não participei em nenhuma. Ao princípio eram espontâneas, um simples reflexo da dor sentida, mas depois devem ter passado a ser organizadas. O PCP e outras entidades não as devem ter deixado passar em branco. Porque era preciso transformar o sofrimento das pessoas em contestação. Para acabar com a ideia de que estávamos de acordo em mandar os nossos jovens para uma guerra no mínimo incompreensível. Contestação consistente. O tipo de contestação que levava a polícia a tomar medidas (como afastar cada vez mais as barreiras). Lamentar a partida dos jovens e chorar eles iam deixando. Pôr papéis com informações a circular e ofender o governo é que já não”.

III

Conclusão

As mulheres têm não só conhecido os impactos das guerras como exposto uma série de impressões e adoptado uma panóplia de posturas perante elas ao longo de todos os tempos. Ainda assim, por normalmente se encontrarem nas margens ou na retaguarda em vez de no centro ou na dianteira das batalhas, a apoiar e a assistir os combatentes ao invés de a combater, têm sido sistematicamente descuradas ou mesmo ignoradas nas descrições, análises e interpretações sobre as guerras.

Em Portugal e nas ex-colónias portuguesas, as mulheres sentiram os efeitos da guerra colonial, reflectiram e formaram opiniões acerca da sua ocorrência, assumiram posições e desempenharam papéis face ao cenário bélico. Apesar disso, têm ficado persistentemente de fora ou apenas em notas de rodapé nos relatos sobre a guerra.

É preciso contrariar essa tendência de marginalização ou invisibilização das mulheres e da sua presença na guerra colonial e demonstrar que os seus posicionamentos e envolvimento nela foram tão importantes e determinantes como os dos homens e, por isso, merecem ser igualmente documentados e considerados. Foi nesse sentido que esta dissertação se propôs a investigar a manifestação de 8 de Março de 1962 no Porto, um acontecimento relacionado com a guerra colonial que as mulheres portuguesas idealizaram, planearam e concretizaram, e através do qual se podem entrever algumas das suas experiências, visões e actuações, nomeadamente no lado da “oposição”.

Esta manifestação é muito importante, por um conjunto de razões: não só foi a primeira manifestação no dia internacional da mulher em Portugal como foi organizada sob uma ditadura fascista que atentava contra os direitos, as liberdades e as garantias e propiciava a miséria, a ignorância, o obscurantismo e o conservadorismo, recorrendo a um forte aparato de censura, propaganda, doutrinação e repressão; ainda por cima, em parte, por mulheres, as principais vítimas da pobreza e do analfabetismo, ensinadas a só aspirarem a ser esposas, mães e donas de casa pela escola, pela igreja e pelas organizações femininas estatais; e para protestar, além de contra o regime e pelos direitos das mulheres, contra a guerra colonial, um assunto absolutamente proibido para o regime e controverso mesmo dentro da oposição.

No entanto, apesar da sua relevância, em primeiro lugar, não foi devidamente reportada e reconhecida na época. Como todos os protestos políticos realizados na

ditadura fascista, foi reprimida pela PIDE e pela PSP e, depois, foi ocultada ou deturpada pela maioria dos jornais, pelo menos legais, cujas versões do acontecimento provavelmente foram as que mais moldaram a opinião pública; e, como quaisquer actos protagonizados por mulheres que não se encaixavam no perfil feminino construído pelo regime, foi abafada. Em resultado, mesmo muitas das mulheres destacadas da oposição só ouviram falar dela e dos artigos sobre ela mais tarde, o que é um sintoma de um sério problema historiográfico e de memória histórica de uma comunidade. Entre as mulheres entrevistadas para a reportagem de Andreia Friaças (2020)⁴², “Maria Teresa Horta foi uma das [únicas que se apercebeu do] ‘burburinho’ da manifestação em 1962”. “Helena Neves só soube [dela em 1968], quando conheceu Maria José Ribeiro no Movimento Democrático das Mulheres”, e Isabel do Carmo e Maria Antónia Fiadeiro também só se deram conta da manifestação “vários anos” mais tarde. Maria José Ribeiro confidenciou que às vezes reflecte “como é que não se falou mais” sobre ela, dada a “imensa” mobilização que os seus organizadores fizeram, e contou que, quando preparavam almoços ou reuniões no 8 de Março, por norma havia algumas intervenções no fim e, sempre que a entrevistada ia discursar, Virgínia Moura dizia-lhe baixinho: “não te esqueças de [mencionar o] 8 de Março de [19]62. Foi tão importante e ninguém [o conhece]”. Como declarou na sua entrevista para esta investigação, ela própria, uma das organizadoras e participantes, ignorava os artigos dos jornais sobre a manifestação.

Em segundo lugar, não é suficientemente recordada e valorizada na actualidade. As referências à manifestação são escassas na academia, na literatura e nos média. Esta é uma “história quase desconhecida”⁴³, que permanece ausente dos “manuais escolares”⁴⁴ e dos “livros”⁴⁵ até hoje. Citando Irene Pimentel, “se formos à famosa cronologia verde [*Contribuição para a Cronologia dos Factos Económicos e Sociais*, de João Morais e

⁴² Andreia Friaças, “8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros”, *Público*, 2020. <https://www.publico.pt/2020/03/08/imp/par/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>

⁴³ João Adelino Faria na abertura da reportagem de Ana Luísa Rodrigues: “Quando o Estado Novo reprimia as manifestações do Dia da Mulher”, *RTP*, 2022. https://www.rtp.pt/noticias/pais/quando-o-estado-novo-reprimia-as-manifestacoes-do-dia-da-mulher_v1389960

⁴⁴ Sofia Branco, *As Mulheres e a Guerra Colonial. Mães, filhas, mulheres e namoradas. A retaguarda dos homens na frente de batalha* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015).

⁴⁵ Irene Pimentel na reportagem de Andreia Friaças: “8 de Março de 1962. A manifestação das mulheres que não está nos livros”, *Público*, 2020. <https://www.publico.pt/2020/03/08/imp/par/noticia/8-marco-1962-manifestacao-mulheres-nao-livros-1905465>

Luís Violante], que todos os historiadores usam, está lá a data, mas tem uma frase. Não [sabemos] quem foi à rua, quem organizou, se fez um comício, um colóquio”⁴⁶.

Assim, definitivamente é necessário investigar e divulgar mais a manifestação de 8 de Março de 1962. Foi para isso que a presente dissertação pretendeu contribuir.

Esta não conseguiu encontrar respostas completas, ou mesmo quaisquer respostas, para todas as perguntas secundárias, mais precisamente: de que organização ou organizações (PCP ou CDM) partiu a ideia e a iniciativa de realizar a manifestação; quem, em concreto, idealizou, organizou e executou a manifestação dentro dessa organização ou dessas organizações; quem, em concreto, vigiou a manifestação e reprimiu os manifestantes dentro da PIDE e da PSP; quantos manifestantes, ao certo, havia; quais eram todos os manifestantes; que manifestantes estavam ligados às organizações mencionadas e que responsabilidades tinham dentro delas; quantos manifestantes, ao certo, foram presos (e possivelmente torturados), e de que maneira; quem e como eram os manifestantes presos (e possivelmente torturados) cujos nomes se desconhecem; quem, ao certo, os prendeu (e possivelmente torturou) dentro da PIDE e da PSP, e de que maneira; quantos manifestantes, ao certo, foram agredidos, e de que maneira; quem e como eram os manifestantes agredidos cujos nomes se desconhecem; quem, ao certo, os agrediu dentro da PIDE e da PSP, e de que maneira; se a censura teve efeitos sobre os artigos que os jornais publicaram acerca da manifestação; se existiram tensões entre os jornalistas e os censores; se os primeiros foram persuadidos a retirar, alterar ou acrescentar informações ou avaliações sobre os eventos pelos últimos; que impacto teve a manifestação na opinião pública; que reacções provocou por parte das pessoas, sobretudo das mulheres, e do governo e da assembleia nacional; se suscitou ou não a consciência de mais gente para os problemas da guerra colonial, do colonialismo e do regime fascista como um todo, assim como da condição das mulheres; se proporcionou ou não a criação e/ou a consolidação de identidades e solidariedades femininas em torno da luta contra a guerra, o colonialismo e o regime; se se traduziu ou não em mais acções com vista a contestar a guerra, o colonialismo e o regime e, se sim, com que regularidade, natureza e eficácia.

Em consequência, também não conseguiu encontrar uma resposta completa para a pergunta principal da qual elas decorreram: o que a manifestação de 8 de Março de 1962

⁴⁶ Idem.

no Porto dá a conhecer sobre as experiências, as visões e as actuações das mulheres portuguesas perante a guerra colonial, nomeadamente no lado da “oposição”.

Na verdade, algumas destas perguntas provavelmente não têm respostas precisas, ou não têm respostas de todo. No entanto, outras presumivelmente têm-nas, e seria fundamental encontrá-las. Com esse intuito, em trabalhos futuros poderá tentar-se seguir outras pistas de investigação essenciais. Deixam-se aqui os exemplos de dois caminhos que se pretendia, mas infelizmente não se logrou, percorrer. Primeiro, entrevistar outros manifestantes cujos nomes se conhecem, e através deles possivelmente manifestantes cujos nomes não se conhecem; actuais e antigos donos de estabelecimentos na Praça da Liberdade e nas suas imediações que possam ter-se apercebido da manifestação, e assistido ao desenrolar dos eventos, ou ouvido falar sobre ela (como, por exemplo, os do Café Guarany, os do Café Imperial, os da Livraria Figueirinhas e os do Foto Cine-Alegre, todos eles mencionados pelos agentes da PIDE nos seus relatórios sobre a manifestação). Segundo, localizar e consultar os processos individuais dos manifestantes presos; os registos do hospital onde alguns manifestantes agredidos foram internados; mais correspondência entre o sub-director da PIDE e o comandante da PSP, o governador civil, o ministro do Interior e o ministro da Educação Nacional, entre todas estas instâncias ou entre estas instâncias e outras; os cortes de censura dos jornais com artigos sobre a manifestação; os livros de memórias de alguns dos organizadores ou manifestantes.

Com os dados obtidos através dessas fontes talvez se consiga oferecer um retrato mais abrangente, minucioso e esclarecedor da manifestação e, quem sabe, das mulheres envolvidas na sua idealização, no seu planeamento e na sua concretização.

Por enquanto, fica-se a saber que essas mulheres consideravam a guerra injusta, pensavam que ela devia terminar e, por isso, decidiram sair à rua, pela primeira vez no dia que internacionalmente lhes é consagrado, para a condenar, denunciar e contestar publicamente, tendo estado presentes em todos os momentos: do momento da reflexão, discussão e organização ao momento da execução. Só isso já revela a sua “ousadia” e a sua coragem e a premência de as assinalar e (re)inscrever na história e, eventualmente, na memória.

Referências

Fontes

Entrevistas

Margarida Tengarrinha

Maria José Ribeiro

Esclarecimento

João Madeira

Arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança (PIDE/DGS)

- Processo da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM): PIDE/DGS SC SR 51/54 PT 3 NT 2376

Relatórios

Rogério Coelho Dias, 5 de Março (969-S.R.)

Rogério Coelho Dias, 9 de Março (1.027-S.R.)

Rogério Coelho Dias, 12 de Março (1.054-S.R.)

Rogério Coelho Dias, 12 de Março (1.061-S.R.)

Rogério Coelho Dias, 13 de Março (18/62-S.C.)

Rogério Coelho Dias, 14 de Março (20/62-S.C.)

Rogério Coelho Dias, 15 de Março (1.141-S.R.)

(...) Monteiro, 10 de Março

Jornais

L'Humanité, 10 de Março de 1962

Le Monde, 10 de Março de 1962

O Jornal, 9 de Março de 1962

Última Hora, 9 de Março de 1962

Diário de Notícias, 10 de Março de 1962

Luta Democrática, 10 de Março de 1962

- Processo da Manifestação de 8 de Março de 1962, Delegação do Porto (DP):
PIDE/DGS DP PT 3 NT 9639

Relatórios

Rogério Coelho Dias, 14 de Março (1.112-S.R.)

Rogério Coelho Dias, 14 de Março (1.114-S.R.)

Rogério Coelho Dias, 14 de Março (1.115-S.R.)

Rogério Coelho Dias, 19 de Março (1.190-S.R.)

Ezequiel Moreira Gomes, 8 de Março

Ezequiel Moreira Gomes, 12 de Março

Aníbal de Magalhães, 9 de Março

Octávio da Fonseca Sanches, 9 de Março

Joaquim Fernandes (?), 9 de Março

José Correia de Carvalhal (?), 9 de Março

Nome ilegível, 9 de Março

Nome ilegível, 9 de Março

Nome ilegível, 9 de Março

Nome ilegível, 9 de Março

António Santos Júnior, 7 de Março

Jornais

O Primeiro de Janeiro, 9 de Março de 1962

A Voz, 9 de Março de 1962

- Processo individual (PI) de António de Sousa, Delegação do Porto (DP): PIDE/DGS
DP PI 30515 NT 3925

Relatório

António (?) Maia, 14 de Março

Arquivo do Partido Comunista Português (PCP)

Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais (GES)

Arquivo *online* do *Avante!* Clandestino (AC)

Jornal

Avante!, série VI, n.º 314, Março de 1962, p. 1

Arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML)

Jornais

Novidades, n.º 21 974, avulso, 9 de Março de 1962, p. 7

Diário da Manhã, n.º 11 023, 9 de Março de 1962, p. 7

O Comércio do Porto, n.º 66, 9 de Março de 1962, p. 7

Diário Popular, n.º 6971?, 9 de Março de 1962, p. 8

Jornal de Notícias, n.º 276, 9 de Março de 1962, p. 8

O Século, n.º 28 704, de 9 de Março de 1962, p. 6

Diário de Notícias, n.º 34 491, 9 de Março de 1962, p. 4

República, n.º 11 193, 8 de Março de 1962, p. 2

Arquivo da Fundação Mário Soares (FMS)

Arquivo *online* da Casa Comum (CC)

Jornal

A Voz das Camaradas, n.º 24, Junho de 1962, p. 5

Literatura académica

Outra bibliografia

- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos. *Guerra Colonial*. Lisboa: Porto Editora, 2020.
- Almeida, João Miguel. *A Oposição Católica ao Estado Novo*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2008.
- Almeida, Vanessa. *Mulheres da Clandestinidade*. Lisboa: Parsifal, 2017.
- Alves, Tânia. “O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial”. *Revista Brasileira de História da Mídia* 5, n.º 1 (Janeiro-Junho de 2016): 185-194.
- Araújo, António. “A oposição católica no marcelismo: o caso da Capela do Rato”, tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- Branco, Sofia. *As Mulheres e a Guerra Colonial. Mães, filhas, mulheres e namoradas. A retaguarda dos homens na frente de batalha*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.
- Cardina, Miguel; Martins, Bruno Sena (org.). *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- Cardina, Miguel. “Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974”, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2010.
- Cardina, Miguel. “O passado colonial: do trajeto histórico às configurações da memória”. Em *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, ed. Rosas, Fernando, Louçã, Francisco, Lopes, João Teixeira, Peniche, Andrea, Trindade, Luís, Cardina, Miguel, 357-411. Lisboa: Tinta da China, 2020.
- Carmo, Isabel do. *Luta Armada*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2017.
- Castanheira, Alexandre. *Outrar-se ou a Longa Invenção de Mim*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- Cohn, Carol (ed.). *Women and Wars: Contested Histories, Uncertain Futures*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Enquadramento Geral (vol. 1). Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988.

- Cova, Anne; Pinto, António Costa. “O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa”. *Revista de História e Ciências Sociais* 17 (Janeiro de 1997): 71-94.
- Cruzeiro, Manuela. “As Mulheres e a Guerra Colonial: um silêncio demasiado ruidoso”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 68 (Abril de 2004): 31-41.
- Cunhal, Álvaro. *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Lisboa: Edições Avante, 1979.
- Elshtain, Jean Bethke. *Women and War*. New York: Basic Books, 1987.
- Ferreira, Ana Sofia. “Luta armada em Portugal (1970-1974)”, tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- Ferreira, Verónica. “Criação do Movimento Nacional Feminino”. Em *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, ed. Cardina, Miguel, Martins, Bruno Sena, 89-95. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- Gorjão, Vanda. “As organizações de mulheres nos movimentos de oposição ao Estado Novo (1945-1973)”. Em *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974*, ed. Cova, Anne, Gorjão, Vanda, Freire, Ana Isabel, Lopes, Ana Costa, Monteiro, Natividade, 231-265. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022.
- Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Pinto, António Costa. “A Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism”. Em *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*, ed. Jerónimo, Miguel Bandeira, Pinto, António Costa, 51-80. London: Palgrave Macmillan, 2015.
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Pinto, António Costa (org.). *Portugal e o fim do Colonialismo. Dimensões internacionais*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- Lindim, Isabel. *Mulheres de Armas. Histórias das Brigadas Revolucionárias*. Lisboa: Editora Objectiva, 2012.
- Lopes, Joana. *Entre as brumas da memória: os católicos portugueses e a ditadura*. Porto: Ambar, 2007.

- Machado, Carla; Silva, Raquel da. “O envolvimento na luta armada política em Portugal: A perspectiva dos seus actores”. *Análise Psicológica* XXX (2012): 193-213.
- Madeira, João. *História do Partido Comunista Português: das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- Mascarenhas, João Mário (coord.); Neves, Helena; Calado, Maria (texto). *O Estado Novo e as Mulheres. O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- Mathers, Jennifer Gayle. “Women and war”. Em *The Encyclopaedia of War*, 5 Volume Set, ed. Martel, Gordon. New Jersey: Blackwell Publishing, 2012.
- Monteiro, José Pedro. *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado - Um Império Sob Escrutínio (1944-1962)*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- Narciso, Raimundo. *ARA — Acção Revolucionária Armada: a História Secreta do Braço Armado do PCP*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.
- Neves, Helena. “Amor em tempo de guerra: Guerra Colonial, a (in)comunicabilidade (im)possível”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 68 (Abril de 2004): 43-63.
- Oliveira, Pedro Aires; Tomás, António. *Portugal, uma retrospectiva: 1961* (vol. 4). Lisboa: Tinta da China, 2019.
- Oluwaniyi, Oluwatoyin O. “Women’s Roles and Positions in African Wars”. Em *The Palgrave Handbook of African Women's Studies*, ed. Yacob-Haliso, O.; Falola, T, 1-20. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- Partido Comunista Português, *60 Anos de Luta Ao Serviço do Povo e da Pátria*. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- Pimentel, Irene Flunser. *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- Pimentel, Irene Flunser; Melo, Helena Pereira de. *Mulheres Portuguesas. História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor, 2015.
- Pinto, António Costa (coord.). *O Estado Novo de Salazar: Uma Terceira Via Autoritária na Era do Fascismo*. Lisboa: Edições 70, 2022.

- Pinto, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Pontes, Joana. *Sinais de Vida*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- Ramos, Afonso. “Angola 1961, o horror das imagens”. Em *O Império da Visão: Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*, ed. Vicente, Filipa Lowndes, 397-432. Lisboa: Edições 70, 2014.
- Ribeiro, Margarida Calafate. “África no feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 68 (Abril de 2004): 7-29.
- Ribeiro, Margarida Calafate. *África No Feminino. As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007.
- Rodrigues, Luís Nuno. *Portugal, uma retrospectiva:1936* (vol. 5). Lisboa: Tinta da China, 2019.
- Rosas, Fernando. “1962, ano de fronteira”. Em *100 Dias Que Abalaram o Regime. A Crise Académica de 1962*, ed. Pinto, Artur, 27-35. Lisboa: Tinta da China, 2012.
- Rosas, Fernando; Brito, J. M. Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo* (vols. 1 e 2). Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Rosas, Fernando; Louçã, Francisco; Lopes, João Teixeira; Peniche, Andrea; Trindade, Luís; Cardina, Miguel. *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*. Lisboa: Tinta da China, 2020.
- Rosas, Fernando; Machaqueiro, Mário; Oliveira, Pedro Aires. *O Adeus ao Império. 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2017.
- Rosas, Fernando. *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- Rosas, Fernando. *Salazar e os fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- Santo, Sílvia Espírito. *Adeus, Até ao Teu Regresso. O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Santo, Sílvia Espírito. “O Movimento Nacional Feminino: milhares de mulheres na retaguarda da guerra colonial (1961-1974)”. Em *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974*, ed. Cova, Anne, Gorjão, Vanda, Freire, Ana Isabel, Lopes,

- Ana Costa, Monteiro, Natividade, 269-293. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022.
- Santos, Aurora Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2017.
- Serra, Rosa. *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*. Lisboa: Fronteira do Caos, 2014.
- Soares, Alberto Ribeiro (coord.). *A Mulher Portuguesa na Guerra e nas Forças Armadas*. Lisboa: Liga dos Combatentes, 2017.
- Sousa, Pedro Marquês. *Os Números da Guerra de África. Angola, Guiné, Moçambique: mortos, feridos, armas e combates, custos, desertores*. Lisboa: Guerra e Paz, 2021.
- Stucki, Andreas. *Violence and Gender in Africa's Iberian Colonies: Feminizing the Portuguese and Spanish Empire, 1950s–1970s*. New York: Palgrave Macmillan, 2019.
- Tavares, Manuela. “A militância antifascista e a luta pelos direitos das mulheres na história do *Movimento Democrático de Mulheres*: retalhos de histórias de vida (1968-1974)”. Em *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974*, ed. Cova, Anne, Gorjão, Vanda, Freire, Ana Isabel, Lopes, Ana Costa, Monteiro, Natividade, 295-316. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022.
- Tavares, Manuela. “Feminismos em Portugal (1947-2007)”, tese de doutoramento, Universidade Aberta, 2008.
- Thébaud, Françoise. “Understanding twentieth-century wars through women and gender: forty years of historiography”. *Clio Women, Gender, History* 39 (2014): 152-178.
- Torrão, Susana. *Anjos na Guerra A aventura das enfermeiras paraquedistas portuguesas*. Lisboa: Oficina do Livro, 2011.
- União de Resistentes Antifascistas Portugueses. *Elas estiveram nas prisões do fascismo*. Lisboa, 2021.

Apêndice

Biografias

Entrevistadas

Margarida Tengarrinha (1928)⁴⁷

Pintora/artista plástica. Estudante de Belas Artes, membro do MUD Juvenil, militante do PCP, funcionária do partido de 1955 a 1974. Viveu na clandestinidade durante 19 anos, tendo sido responsável pela oficina de falsificação de documentos do PCP juntamente com o seu companheiro, José Dias Coelho, assassinado pela PIDE em 1961. Pertenceu à redacção do *Avante!* e à direcção d'*A Voz das Camaradas*. Foi correspondente da *Rádio Portugal Livre* em Bucareste e preparou o VI Congresso do PCP com Álvaro Cunhal em Moscovo. Depois do 25 de Abril integrou o Comité Central, onde se manteve até à década de 1990, e foi deputada à Assembleia da República pelo PCP. Actualmente é professora na universidade sénior de Portimão. Recebeu o prémio regional Maria Veleda, pela sua “atividade cívica no desenvolvimento social do Algarve, o seu percurso cultural ligado às artes visuais, à investigação e à história da região, assim como toda a sua participação na formação democrática de Portugal ao longo de toda a sua vida”.

Maria José Ribeiro (1936)⁴⁸

Funcionária de companhias de seguros e primeira mulher presidente do Sindicato Nacional de Profissionais de Seguros. Militante do PCP desde os 20 anos, só conheceu o pai (que tinha sido desterrado para o Tarrafal na sequência da Revolta dos Marinheiros, em 1936) com quase 17 anos. Pertenceu à comissão de jovens de apoio à candidatura de Humberto Delgado e à CDM do Porto. Foi presa três vezes, uma em 1958 (durante a campanha de Humberto Delgado, por 9 meses, com 23 anos), outra em 1962 (durante a manifestação de 8 de Março, por um mês, com 26 anos) e outra em 1964 (antes da manifestação de 31 de Janeiro, por 15 dias, com 27 anos). Foi uma das fundadoras do MDM e integrou, com Maria da Piedade Morgadinho, Cecília Areosa Feio, Maria Luísa

⁴⁷Página de Facebook “Antifascistas da Resistência”.

https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/margarida-tengarrinha-n-1928margarida-tengarrinha-escreveu-ilustrou-e-paginou-o-/74866355243026/?locale=pt_BR

⁴⁸Página de Facebook “Antifascistas da Resistência”.

<https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/a.559109110865139/1918966834879353/?type=3>

Costa Dias, Sofia Ferreira e Lúcia Veloso, a delegação portuguesa do Congresso Mundial das Mulheres em Helsínquia, realizado entre 14 e 17 de Junho de 1969. Depois do 25 de Abril foi membro da Assembleia Municipal de Matosinhos e fundadora da URAP e do MDP. Foi homenageada na Casa da Beira Alta, no Porto, pelo seu contributo para a causa da democracia.

Possíveis organizadores (PCP)

Alexandre Castanheira (1928-2018)⁴⁹

Estudante, antigo dirigente do MUD Juvenil, funcionário do PCP desde 1955 e membro do CC desde 1956. Responsável pela DORN.

João Honrado (1929-2013)⁵⁰

Empregado de comércio. Desenvolveu funções no CL do Porto de 1955 a 1958, passando depois a ser o responsável entre o Porto e Coimbra. Foi preso a 24 de Abril de 1962, na altura da crise académica, em Coimbra.

Dinis Miranda (1929-1991)⁵¹

Assalariado agrícola, funcionário do PCP desde 1959. Evadiu-se da Cadeia Central do Norte nesse ano, passando a desenvolver trabalho de controlo partidário no Porto nos anos de 1961 a 1962.

Isidro da Conceição Paula⁵², “Quim”

Operário corticeiro, funcionário no CL do Porto de 1958 a Maio de 1962, depois transferido para o CR do Minho.

António Pinto Ferreira⁵³, “Antero”

Operário corticeiro, funcionário do PCP desde 1954, no CL em finais de 1961. Participou no V Congresso e integrou o CC entre 1959 e 1962, ano em que se demitiu.

⁴⁹ Esclarecimento de João Madeira.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

Francisco Canais Rocha (1930-2014)⁵⁴

Carpinteiro, funcionário do PCP desde 1960. Actuou no Porto de finais de 1961 a 1962; ainda nesse ano foi destacado para o CR do Minho, onde manteve a instalação clandestina na Rua do Carvalhido. Era companheiro de Rosalina Labaredas.

Rosalina Labaredas (1940-2020)⁵⁵

Manteve-se no CL provavelmente até 1964. Era companheira de Francisco Canais Rocha.

Possíveis organizadoras (CDM)

Virgínia Moura (1915-1998)⁵⁶

Sócia da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Engenheira civil (segunda em Portugal). Dos rostos mais destacados do PCP, juntamente com o seu companheiro, António Lobão Vital. Tornou-se militante do partido aos 17 anos, e pertenceu ao MUD e ao MND, no qual era uma de duas mulheres (sendo a outra Maria Lamas). Foi presa 17 vezes, processada 9 vezes, condenada 3 vezes, perseguida e agredida pela PIDE múltiplas vezes. Apoiou as candidaturas de José Norton de Matos, Rui Luís Gomes, Arlindo Vicente e Humberto Delgado às eleições para a presidência da república, participou nos congressos da Oposição Democrática de 1956, 1969 e 1973 e nas campanhas das eleições para a Assembleia Nacional em 1969 e 1973. Depois do 25 de Abril foi agraciada com a Ordem da Liberdade pelo presidente da República António Ramalho Eanes e com a Medalha de Honra da Câmara Municipal do Porto pelo presidente da câmara Fernando Cabral. Segundo Margarida Tengarrinha, Virgínia Moura era “uma pessoa querida por toda a gente. Muito simples, afável, com uma grande facilidade de contactar e de ouvir as outras, e uma maneira muito pedagógica de falar. Mesmo estando envolvida em todas as lutas, e sendo conhecida como comunista, nunca esteve na clandestinidade, porque era tão acarinhada pelas pessoas que dificilmente a denunciavam. Apoiou várias candidaturas da oposição, especialmente a do professor Rui Luís Gomes, de quem era amiga. Os dois fizeram uma campanha fantástica e foram espancados numa sessão de esclarecimento”.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Página de Facebook “Antifascistas da Resistência”.

https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/741918285917553/?locale=pt_PT
Entrevistas a Margarida Tengarrinha e Maria José Ribeiro.

De acordo com Maria José Ribeiro, “era um símbolo da resistência anti-fascista do Porto. Uma das figuras da cidade perante as quais as pessoas se vergavam de respeito. Porque era de uma simpatia, mas também de uma coragem, imensa. Tinha uma forma de estar que era de uma fragilidade tão grande que ninguém imaginava a sua força. E, como ela, outras pessoas, mas ela era o expoente. Uma mulher que estava sempre na primeira linha, que lutava desde a sua juventude, desde os seus 15 anos, e inspirava confiança. Já quando era estudante de liceu participou numa greve estudantil de protesto contra o assassinato de um estudante pela PIDE a tiro. Por tudo isso, foi muito massacrada”.

Maria Teresa Ruela (1922)⁵⁷

Sócia da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Era vice-presidente da delegação do Porto desde 1950 quando a ditadura extinguiu a agremiação, em 1952. Foi presa pela PIDE no Porto em 1958 (como o companheiro, o médico comunista Manuel Joaquim Ruela), julgada e condenada a prisão por dois meses (já expiados com a detenção sofrida) e suspensão dos direitos políticos por três anos. Para escapar a possíveis novas prisões exilou-se em Argel.

Olívia Vasconcelos (1922-2015)⁵⁸

Sócia da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Enfermeira-parteira. Militante do PCP desde jovem. Era companheira do poeta anti-fascista Papiniano Carlos Rodrigues, tendo a casa de ambos servido de ponto de apoio aos funcionários clandestinos do partido. Depois do 25 de Abril marcou presença, com Arnaldo Mesquita, Óscar Lopes, Virgínia Moura e Papiniano Carlos, na libertação dos presos políticos no Porto e integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Maia.

⁵⁷ Página de Facebook “Antifascistas da Resistência”.

https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/maria-teresa-de-machado-teixeira-ruela-n-1922filha-de-maria-olga-de-machado-teix/2685429174899778/?locale=pt_BR

⁵⁸ Página de Facebook “Antifascistas da Resistência”.

<https://m.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/935491506560229/>

Homenageadas

Herculana Carvalho (1900-1952)⁵⁹

Sócia da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Foi visitar o filho, Guilherme da Costa Carvalho, militante do PCP, a todas as prisões onde ele esteve, sozinha ou acompanhada pelo marido, Luís Alves Carvalho, inclusive ao campo de concentração do Tarrafal, tendo sido a única visita recebida pelos presos políticos aí mantidos em todos os anos que eles passaram lá. Levou-lhes medicamentos e vestuário, tomou nota das moradas das suas famílias, prometendo visitá-las e levar-lhes notícias deles e depois regressar e trazer-lhes notícias delas (e cumpriu a sua promessa, tendo para isso percorrido o país de norte a sul); floriu as campas dos presos já falecidos. Devido à sua generosidade e solidariedade, era reverenciada por todos. Incontáveis pessoas estiveram presentes no seu funeral. Fernando Lopes Graça compôs uma Elegia em sua memória, e muitos outros, mulheres e homens, escreveram-lhe homenagens nos jornais. Segundo Margarida Tengarrinha, Herculana Carvalho era “considerada pelos presos políticos, em particular os do Tarrafal, uma mãe”.

Emília Verdial (1884-1960)⁶⁰

Sócia da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Professora primária da Escola Normal do Porto, directora da Escola Primária da Fábrica de Têxteis de Pinto de Azevedo. Mãe de Rolando dos Santos Silva Henrique Verdial, militante do PCP, e companheira de Mem Verdial, engenheiro industrial e professor. Faleceu no regresso de uma visita ao filho, então preso em Caxias, supostamente pelo tratamento que recebeu da PIDE. Segundo o *Avante!*, milhares de pessoas compareceram no seu funeral, para manifestar a sua dor e a sua repulsa. De acordo com Maria José Ribeiro, “é natural” que tenha havido aquela convocatória para homenagem a Herculana Carvalho e Emília Verdial, “símbolos de cidadãs e mães, exemplos a seguir pelo comportamento cívico e pela postura a todos os níveis”.

⁵⁹ Página de Facebook “Antifascistas da Resistência”.

<https://pt-br.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/herculana-carvalho-1900-1952a-m%C3%A3e-que-visitou-o-filho-guilherme-da-costa-carvalho/733659736743408/>

Entrevista a Margarida Tengarrinha.

⁶⁰ Blogue “Silêncios e Memórias”.

<http://silenciosememorias.blogspot.com/2016/01/1328-emilia-dionisia-ferreira-dos.html>

Entrevista a Maria José Ribeiro.